

SEI Bahia agiliza trâmite de solicitações de isenção de ICMS e IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os taxistas e as pessoas portadoras de necessidades especiais já podem requerer o seu direito a isenção de **ICMS** na compra de automóveis e também a isenção do pagamento anual do **IPVA** por meio do SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do governo estadual.

A novidade - que traz ganhos de segurança e agilidade para o contribuinte - é resultado da implantação de processos da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) no módulo de petição eletrônico do SEI Bahia, uma solução que permite a cidadãos interagir diretamente com o Estado, utilizando a ferramenta de tramitação eletrônica para abrir e acompanhar processos de seu interesse.

De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-BA, Félix Mascarenhas, o órgão recebe, em média, 1.200 solicitações por mês

de isenção de **ICMS** e **IPVA** para taxistas e pessoas com necessidades especiais. 'Com certeza, o envio pelo sistema é o método mais eficiente e prático para atender esta demanda', assinala o superintendente.

'Antes, os solicitantes tinham de imprimir, preencher e assinar o requerimento, fazer cópia em papel de todos os documentos necessários e se deslocar até uma das unidades da Sefaz nos postos SAC para entregar os documentos à equipe de atendimento, que só então abria o processo no SEI', completa o **auditor fiscal Rommel Araújo**, da **Assessoria de Planejamento e Gestão** da Sefaz-BA.

No ano passado, em razão da demanda de distanciamento social gerada pela pandemia do coronavírus, a Sefaz-BA passou a receber as solicitações por e-mail, acompanhadas de cópias escaneadas da documentação. 'Agora, com o módulo de petição eletrônico, o solicitante cadastrado no SEI pode iniciar diretamente o seu processo no sistema e anexar os documentos eletrônicos sem necessidade de intervenção dos atendentes da Sefaz', assinala o auditor, explicando que o solicitante utiliza a própria senha criada ao se cadastrar como usuário externo do SEI Bahia para assinar digitalmente os documentos.

Uma das principais vantagens da mudança é que o prazo para atendimento começa a contar a partir do momento do petição eletrônico no sistema, o que dá mais agilidade ao trâmite processual. Além disso, o auditor ressalta que software SEI conta com um número maior de requisitos de segurança que as ferramentas de troca de mensagem por e-mail.

'É fundamental, no entanto, que os cidadãos busquem informações na Carta de Serviços que está disponível no site da Sefaz, sobre como iniciar os processos eletrônicos de atendimento e inserir os documentos necessários por meio do módulo de peticionamento', alerta Rommel. No site da Sefaz, o usuário encontra também orientações para se cadastrar como usuário externo do SEI Bahia. O procedimento - realizado no Portal SEI Bahia - é pré-requisito para utilização do módulo de peticionamento eletrônico.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - APG, Posto SAC | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais, ICMS, IPVA

Taxistas e pessoas com necessidades especiais já podem solicitar isenção de tributos relacionados a veículos de forma eletrônica



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A partir de agora, taxistas e portadoras de necessidades especiais já podem requerer o direito à isenção de **ICMS** na compra de automóveis e do pagamento anual do **IPVA** por meio do SEI Bahia. O procedimento realizado no Portal SEI Bahia é pré-requisito para utilização do módulo de petição eletrônico.

O novo sistema de gestão de processos e documentos administrativos digitais do governo estadual é resultado da implantação de processos da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) no módulo de petição eletrônico do SEI Bahia. O objetivo é permitir que os cidadãos interajam diretamente com o Estado e possam a abrir e acompanhar processos de seu interesse.

Antigamente, os solicitantes tinham de imprimir, preencher e assinar o requerimento, fazer cópia em papel de todos os documentos necessários e se

deslocar até uma das unidades da Sefaz nos postos SAC para entregar os documentos para então abrir o processo no SEI. Com o novo sistema, o solicitante pode iniciar diretamente o seu processo no sistema e anexar os documentos eletrônicos sem necessidade de intervenção dos atendentes da Sefaz.

Além disso, com a ferramenta, o prazo para atendimento começa a contar a partir do momento do petição no sistema, o que dá mais agilidade ao trâmite processual já que o software SEI conta com um número maior de requisitos de segurança que as ferramentas de troca de mensagem por e-mail, o que facilita ainda mais a vida do cidadão que não vai ter que se deslocar para enviar documentações.

LEIA MAIS: Médicos investem em tratamento terapêutico de Bolsonaro, mas "próximas 48 horas ainda inspiram cuidados"

Acompanhe todas as notícias sobre o novo coronavírus.

?Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos no www.aratuon.com.br/aovivo. Nos mande uma mensagem pelo WhatsApp: (71) 99986-0003.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Posto SAC | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS,IPVA

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 16/07/2021	Coluna: Economia



GOVERNO AGILIZA TRÂMITE PARA SOLICITAR ISENÇÃO DE ICMS E IPVA



16 Julho, 2021

Os taxistas e as pessoas portadoras de necessidades especiais já podem requerer o seu direito a isenção de ICMS na compra de automóveis e também a isenção do pagamento anual do IPVA por meio do SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do governo estadual.

A novidade – que traz ganhos de segurança e agilidade para o contribuinte – é resultado da implantação de processos da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** no módulo de peticionamento eletrônico do SEI Bahia, uma solução que permite a cidadãos interagir diretamente com o Estado, utilizando a ferramenta de tramitação eletrônica para abrir e acompanhar processos de seu interesse.

De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-BA, Félix Mascarenhas, o órgão recebe, em média, 1.200 solicitações por mês de isenção de ICMS e IPVA para taxistas e pessoas com necessidades especiais. “Com certeza, o envio pelo sistema é o método mais eficiente e prático para atender esta demanda”, assinala o superintendente.

“Antes, os solicitantes tinham de imprimir, preencher e assinar o requerimento, fazer cópia em papel de todos os documentos necessários e se deslocar até uma das unidades da Sefaz nos postos SAC para entregar os documentos à equipe de atendimento, que só então abria o processo no SEI”, completa o auditor fiscal Rommel Araújo, da Assessoria de Planejamento e Gestão da Sefaz-BA.

No ano passado, em razão da demanda de distanciamento social gerada pela pandemia do coronavírus, a Sefaz-BA passou a receber as solicitações por e-mail, acompanhadas de cópias escaneadas da documentação. “Agora, com o módulo de peticionamento, o solicitante cadastrado no SEI pode iniciar diretamente o seu processo no sistema e anexar os documentos eletrônicos sem necessidade de intervenção dos atendentes da Sefaz”, assinala o auditor, explicando que o solicitante utiliza a própria senha criada ao se cadastrar como usuário externo do SEI Bahia para assinar digitalmente os documentos.

Uma das principais vantagens da mudança é que o prazo para atendimento começa a contar a partir do momento do petiçãoamento no sistema, o que dá mais agilidade ao trâmite processual. Além disso, o auditor ressalta que software SEI conta com um número maior de requisitos de segurança que as ferramentas de troca de mensagem por e-mail.

“É fundamental, no entanto, que os cidadãos busquem informações na Carta de Serviços que está disponível no site da Sefaz, sobre como iniciar os processos eletrônicos de atendimento e inserir os documentos necessários por meio do módulo de petiçãoamento”, alerta Rommel. No site da Sefaz, o usuário encontra também orientações para se cadastrar como usuário externo do SEI Bahia. O procedimento – realizado no Portal SEI Bahia – é pré-requisito para utilização do módulo de petiçãoamento eletrônico.

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

SEI Bahia agiliza trâmite de solicitações de isenção de ICMS e IPVA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tags: SEI Bahia

Fonte: Ascom/Saeb

Os taxistas e as pessoas portadoras de necessidades especiais já podem requerer o seu direito a isenção de **ICMS** na compra de automóveis e também a isenção do pagamento anual do **IPVA** por meio do SEI Bahia, o sistema informatizado de gestão de processos e documentos administrativos digitais do governo estadual.

A novidade - que traz ganhos de segurança e agilidade para o contribuinte - é resultado da implantação de processos da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) no módulo de petição eletrônico do SEI Bahia, uma solução que permite a cidadãos interagir diretamente com o Estado, utilizando a ferramenta de

tramitação eletrônica para abrir e acompanhar processos de seu interesse.

De acordo com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-BA, Félix Mascarenhas, o órgão recebe, em média, 1.200 solicitações por mês de isenção de **ICMS** e **IPVA** para taxistas e pessoas com necessidades especiais. 'Com certeza, o envio pelo sistema é o método mais eficiente e prático para atender esta demanda', assinala o superintendente.

'Antes, os solicitantes tinham de imprimir, preencher e assinar o requerimento, fazer cópia em papel de todos os documentos necessários e se deslocar até uma das unidades da Sefaz nos postos SAC para entregar os documentos à equipe de atendimento, que só então abria o processo no SEI', completa o **auditor fiscal Rommel Araújo**, da **Assessoria de Planejamento e Gestão** da Sefaz-BA.

No ano passado, em razão da demanda de distanciamento social gerada pela pandemia do coronavírus, a Sefaz-BA passou a receber as solicitações por e-mail, acompanhadas de cópias escaneadas da documentação. 'Agora, com o módulo de petição eletrônico, o solicitante cadastrado no SEI pode iniciar diretamente o seu processo no sistema e anexar os documentos eletrônicos sem necessidade de intervenção dos atendentes da Sefaz', assinala o auditor, explicando que o solicitante utiliza a própria senha criada ao se cadastrar como usuário externo do SEI Bahia para assinar digitalmente os documentos.

Uma das principais vantagens da mudança é que o prazo para atendimento começa a contar a partir do

momento do peticionamento no sistema, o que dá mais agilidade ao trâmite processual. Além disso, o auditor ressalta que software SEI conta com um número maior de requisitos de segurança que as ferramentas de troca de mensagem por e-mail.

'É fundamental, no entanto, que os cidadãos busquem informações na Carta de Serviços que está disponível no site da Sefaz, sobre como iniciar os processos eletrônicos de atendimento e inserir os documentos necessários por meio do módulo de peticionamento', alerta Rommel. No site da Sefaz, o usuário encontra também orientações para se cadastrar como usuário externo do SEI Bahia. O procedimento - realizado no Portal SEI Bahia - é pré-requisito para utilização do módulo de peticionamento eletrônico.

Os comentários estão encerrados.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - APG, Posto SAC | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais, ICMS, IPVA

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 19/07/2021	Página: 02
ICMS	

Tribuna

Reformulação

O deputado Tom Araújo (DEM) protocolou, na Assembleia Legislativa, uma indicação em que propõe ao governador Rui Costa a regulamentação do repasse aos municípios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) Exportação. No texto, o parlamentar sugere que o Executivo elabore um projeto sobre o tema, criando na Bahia o ICMS e IPI Ecológicos.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 17/07/2021	Coluna: Economia



BAHIA REDUZ EM 10% IMPOSTO SOBRE MILHO EM GRÃOS



17 Julho, 2021

O Governo da Bahia diminuiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do milho em grãos, nas operações interestaduais, de 12% para 2%. O decreto foi publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (14). De acordo com o Governo do Estado, a estratégia tem objetivo de reduzir também o preço dos ovos de galinha, carnes e do leite, já que o milho é responsável por 70% a 80% da composição da ração que alimenta aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos.

“O milho é essencial no processo de cria e engorda de suínos e aves, o que faz com que seu preço impacte nos custos de criação dos animais, com efeito direto no desempenho desses segmentos. Além disso, o milho é ingrediente energético para a ração de animais em atividade leiteira, dentre outras utilizações”, explicou o secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia, João Carlos Oliveira.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 19/07/2021	Coluna: Economia



BOLSONARO CULPA GOVERNADORES POR PREÇO DA GASOLINA



19 Julho, 2021

O presidente Jair Bolsonaro criticou neste domingo os governadores pelo peso do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o preço dos combustíveis, e os culpou pelos efeitos danosos na economia com o fechamento no âmbito das medidas restritivas decorrentes do avanço da pandemia do novo coronavírus, inclusive de igrejas. Segundo o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes mais caro do que o cobrado na saída das refinarias por conta da carga tributária que incide sobre combustível nos estados.

“Cresceu a arrecadação de ICMS em cima de uma ganância”, disse Bolsonaro na saída do Hospital Vila Nova Star, na zona sul de São Paulo, onde estava internado desde quarta-feira, 14, para tratar uma obstrução intestinal. O presidente prometeu também reduzir a alíquota da Pis Cofins cobrada sobre o diesel, “em quatro centavos”. “Diferente do Estado de São Paulo, que aumentou ICMS de combustíveis durante a pandemia”, acrescentou, aproveitando para alfineta o governador João Doria, seu rival, que já havia mencionado ao contestar a eficácia da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Bolsonaro voltou a culpar os governadores também pelo abalo sofrido na economia com o isolamento promovido nos estados e mencionou também o fechamento de igrejas como um sinal do exagero nas medidas tomadas por eles. O presidente enalteceu o papel do governo federal na distribuição do auxílio emergencial e elogiou o desempenho da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, “está abrindo espaço à agricultura familiar”. “Auxílio emergencial ano passado foi maior que dez anos de Bolsa Família ”

Bolsonaro culpa governadores por preço alto dos combustíveis



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Agência Estado

O presidente Jair Bolsonaro criticou neste domingo os governadores pelo peso do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o preço dos combustíveis, e os culpou pelos efeitos danosos na economia com o fechamento no âmbito das medidas restritivas decorrentes do avanço da pandemia do novo coronavírus, inclusive de igrejas. Segundo o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes mais caro do que o cobrado na saída das refinarias por conta da carga tributária que incide sobre combustível nos estados.

"Cresceu a **arrecadação** de ICMS em cima de uma ganância", disse Bolsonaro na saída do Hospital Vila Nova Star, na zona sul de São Paulo, onde estava internado desde quarta-feira, 14, para tratar uma obstrução intestinal.

O presidente prometeu também reduzir a alíquota da

Pis Cofins cobrada sobre o diesel, "em quatro centavos". "Diferente do Estado de São Paulo, que aumentou ICMS de combustíveis durante a pandemia", acrescentou, aproveitando para alfinetar o governador João Doria, seu rival, que já havia mencionado ao contestar a eficácia da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Bolsonaro voltou a culpar os governadores também pelo abalo sofrido na economia com o isolamento promovido nos estados e mencionou também o fechamento de igrejas como um sinal do exagero nas medidas tomadas por eles. O presidente enalteceu o papel do governo federal na distribuição do auxílio emergencial e elogiou o desempenho da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, "está abrindo espaço à agricultura familiar". "Auxílio emergencial ano passado foi maior que dez anos de Bolsa Família."

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Bolsonaro diz que preço de combustíveis está alto e culpa não é sua, mas dos governadores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro criticou nesse domingo (18) os governadores pelo peso do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o preço dos combustíveis, e os culpou pelos efeitos danosos na economia com o fechamento no âmbito das medidas restritivas decorrentes do avanço da pandemia do novo coronavírus, inclusive de igrejas. Segundo o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes mais caro do que o cobrado na saída das refinarias por conta da carga tributária que incide sobre combustível nos estados.

"Cresceu a **arrecadação** de ICMS em cima de uma ganância", disse Bolsonaro na saída do Hospital Vila Nova Star, na zona sul de São Paulo, onde estava internado desde quarta-feira, 14, para tratar uma obstrução intestinal.

O presidente prometeu também reduzir a alíquota da Pis Cofins cobrada sobre o diesel, "em quatro centavos". "Diferente do Estado de São Paulo, que aumentou ICMS de combustíveis durante a pandemia", acrescentou, aproveitando para alfineta o governador João Doria, seu rival, que já havia mencionado ao contestar a eficácia da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Bolsonaro voltou a culpar os governadores também pelo abalo sofrido na economia com o isolamento promovido nos estados e mencionou também o fechamento de igrejas como um sinal do exagero nas medidas tomadas por eles. O presidente enalteceu o papel do governo federal na distribuição do auxílio emergencial e elogiou o desempenho da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, "está abrindo espaço à agricultura familiar". "Auxílio emergencial ano passado foi maior que dez anos de Bolsa Família."(Agência Estado)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 19/07/2021	Página: 02
ICMS - combustíveis	

Tribuna

ICMS

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criticou ontem os governadores pelo peso do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o preço dos combustíveis, e os culpou pelos efeitos danosos na economia por causa das medidas restritivas tomadas para conter o novo coronavírus. Segundo o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes superior ao cobrado na saída das refinarias por causa da carga tributária. "Cresceu a arrecadação de ICMS em cima de uma ganância", disse Bolsonaro na saída do Hospital Vila Nova Star.

Veículo: Tribuna On Line	Caderno: Política
Data: 18/07/2021	



Bolsonaro diz que alto preço da gasolina é culpa dos governadores

O presidente prometeu também reduzir a alíquota da Pis Cofins cobrada sobre o diesel, "em quatro centavos"

Tribuna da Bahia, Salvador

18/07/2021 15:00 | Atualizado há 19 horas e 10 minutos



Foto: Reprodução/TV Globo

O presidente Jair Bolsonaro criticou neste domingo os governadores pelo peso do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o preço dos combustíveis, e os culpou pelos efeitos danosos na economia com o fechamento no âmbito das medidas restritivas decorrentes do avanço da pandemia do novo coronavírus, inclusive de igrejas. Segundo o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes mais caro do que o cobrado na saída das refinarias por conta da carga tributária que incide sobre combustível nos estados.

"Cresceu a arrecadação de ICMS em cima de uma ganância", disse Bolsonaro na saída do Hospital Vila Nova Star, na zona sul de São Paulo, onde estava internado desde quarta-feira, 14, para tratar uma obstrução intestinal.

O presidente prometeu também reduzir a alíquota da Pis Cofins cobrada sobre o diesel, "em quatro centavos". "Diferente do Estado de São Paulo, que aumentou ICMS de combustíveis durante a pandemia", acrescentou, aproveitando para alfineta o governador João Doria, seu rival, que já havia mencionado ao contestar a eficácia da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Bolsonaro voltou a culpar os governadores também pelo abalo sofrido na economia com o isolamento promovido nos estados e mencionou também o fechamento de igrejas como um sinal do exagero nas medidas tomadas por eles. O presidente enalteceu o papel do governo federal na distribuição do auxílio emergencial e elogiou o desempenho da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, "está abrindo espaço à agricultura familiar". "Auxílio emergencial ano passado foi maior que dez anos de Bolsa Família."

Fonte: Estadão Conteúdo



POLÍTICA

Bolsonaro diz que imposto sobre o preço dos combustíveis é culpa de governadores

Presidente ainda prometeu reduzir a alíquota cobrada sobre o diesel, em quatro centavos



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil | Por Redação no dia 18 de julho de 2021 às 07:10

Após sua alta médica, o presidente Jair Bolsonaro culpou, neste domingo (18), os governadores pelo peso do ICMS, que é um imposto estadual, sobre o preço dos combustíveis e pelos efeitos danosos na economia com o fechamento no âmbito das medidas restritivas decorrentes do avanço da pandemia do novo coronavírus, inclusive de igrejas.

De acordo com o presidente, o preço da gasolina na bomba é mais de duas vezes mais caro do que o cobrado na saída das refinarias por conta da carga tributária que incide sobre combustível nos estados. "Cresceu a arrecadação de ICMS em cima de uma ganância", disse Bolsonaro.

O presidente ainda prometeu reduzir a alíquota da Pis Cofins cobrada sobre o diesel, em quatro centavos. "Diferente do Estado de São Paulo, que aumentou ICMS de combustíveis durante a pandemia", acrescentou, aproveitando para alfineta o governador João Doria, seu rival, que já havia mencionado ao contestar a eficácia da vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantã em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

Bolsonaro voltou a culpar os governadores também pelo abalo sofrido na economia com o isolamento promovido nos estados e mencionou também o fechamento de igrejas como um sinal do exagero nas medidas tomadas por eles. O presidente enalteceu o papel do governo federal na distribuição do auxílio emergencial e elogiou o desempenho da Caixa Econômica Federal, que, segundo ele, "está abrindo espaço à agricultura familiar". "Auxílio emergencial ano passado foi maior que dez anos de Bolsa Família"

Fábrica na Bahia ganha espaço no plano global da Bridgestone

Unidade de Camaçari poderá produzir todo portfólio do grupo

Por Carlos Prieto — De São Paulo

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Fossen, presidente: "Fábrica está entre as três mais produtivas das Américas" — Foto: Claudio Belli/Valor

A transição do setor automotivo dos motores a combustão para os carros elétricos criou grandes desafios para os fornecedores. Na fabricante japonesa de pneus Bridgestone significou a busca por produtos mais tecnológicos que atendam esses novos veículos, mas sem abandonar a oferta dos produtos tradicionais durante este período de mudança. Se já é possível ver os veículos elétricos nas ruas da China ou dos países da Europa, na América do Sul eles ainda são raros. Isso obriga a manter uma gama maior de produtos e gera custos.

Nesse contexto, a produtividade e a flexibilidade das fábricas se tornou um diferencial para receber novos investimentos. Foi isso que pesou na decisão da matriz ao destinar R\$ 700 milhões para ampliação e modernização da unidade de Camaçari, na Bahia, anunciada no fim de junho. No Brasil, a empresa tem outra fábrica de pneus em Santo André (SP) e duas de bandas de rodagem, em Campinas (SP) e Mafra (SC).

O presidente da Bridgestone para a América do Sul, Fabio Fossen, conta que a fábrica baiana disputou novos investimentos do grupo com outras unidades no mundo. A decisão final foi tomada ainda em 2020, em meio às incertezas da pandemia, dentro de uma estratégia de longo prazo do grupo. Com isso, Camaçari entra na lista de fábricas aptas a produzir e exportar qualquer pneu oferecido pelo grupo, para qualquer veículo.

“A fábrica de Camaçari está entre as três mais produtivas das Américas, incluindo Estados Unidos e Canadá. É uma unidade que nasceu com o conceito 4.0 quando nem se falava neste termo. Tem grande grau de automação e conseguimos reduzir o consumo de água e energia e a emissão de CO2”, afirma Fossen. A unidade foi inaugurada em 2006 e sua capacidade de produção vai passar de 3,5 milhões para 4,3 milhões de pneus por ano, 23% de aumento. A fábrica de Santo André foi construída na década de 40.

Com passagem por empresas de consumo como Ambev e Coca-Cola Femsa e a consultoria Booz Company, Fossen chegou à Bridgestone do Brasil em 2014 justamente com o objetivo de reestruturar a companhia para as transformações que as montadoras anunciavam. “Em 2015, apenas 15% do nosso portfólio tinha menos de três anos de lançamento. Em 2018 o índice já estava em 90%”, conta. Foi também em 2018 que ele assumiu o comando dos negócios na América do Sul, que inclui uma fábrica na Argentina.

Fossen faz coro a outros presidentes de multinacionais instaladas no país e admite que “vender” o Brasil para as matrizes e aprovar investimentos nem sempre é tão simples. Um dos principais entraves continua sendo a estrutura fiscal e tributária, considerada complexa e que sofre mudanças constantes. “Temos de disponibilizar recursos e tempo para atividades que não agregam valor”, lamenta.

A operação brasileira também enfrentou neste ano o mesmo aumento de insumos que o restante das operações da Bridgestone no mundo, com a alta das commodities elevando preços da borracha, do aço e dos produtos químicos. Mas essa inflação, no país, lembra o executivo, acabou sendo agravada pela desvalorização do real no primeiro semestre e “quem paga a conta no final do dia” é sempre o consumidor.

Por outro lado, o executivo desta que um país com 220 milhões de habitantes tem potencial de consumo muito grande. “Qualquer melhora de renda provoca uma forte reação de consumo.” Fossen afirma que a produção em Camaçari já estava no limite desde 2016, o que reforçava a necessidade da expansão.

Como são as montadoras que indicam o caminho para a Bridgestone, a empresa mantém três centros de pesquisa - Japão, Estados Unidos e Itália - para atender as

necessidades do setor automotivo. Na unidade de Santo André existe um braço de pesquisa que responde ao centro instalado nos Estados Unidos.

Fossen admite que os modelos elétricos e os autônomos abrem desafios, mas ressalta que o objetivo será sempre o mesmo independente do que impulse um carro, caminhão ou ônibus: fazer o veículo rodar. “Afinal, produzimos o único componente que liga a máquina ao chão.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Moradores de Salvador se apaixonam pelo aspirador que limpa piscinas automaticamente

F10M SOLUCOES

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Veja: Dormir com o pescoço na posição correta pode eliminar dores no pescoço e coluna

PORTAL SAÚDE EM FOCO

Conteúdo Publicitário

Pessoa que faria demonstração da fraude na urna eletrônica está com covid, diz Bolsonaro

VALOR INVESTE

MARJORIE MOURA

Os crescentes números da inadimplência no Brasil preocupam os especialistas do setor e a empresa Serasa Experian, que reúne dados enviados por lojas, bancos e financeiras para dar apoio aos negócios, realiza este mês mais um saldão, desta vez para que o consumidor pague, no máximo, R\$ 100 para ficar em dia. A ação prevê um desconto total de R\$ 12 bilhões em mais de 14 milhões de dívidas. A iniciativa foi promovida no ano passado, quando seis milhões de dívidas foram quitadas nas mesmas condições, segundo a empresa.

O Mapa da Inadimplência no Brasil feito pela Serasa mostra o crescimento do número de devedores e que o valor médio das dívidas é o maior dos últimos 12 meses, chegando a R\$ 3.937,38. O total de devedores em abril último foi o maior desde agosto de 2020, com 39,5% da população adulta nesta situação. Em abril do ano passado, o número de inadimplentes atingiu o recorde de 65,9 milhões. Esse número caiu para 63,05 milhões em agosto, fechando o ano em 61,36 milhões, em dezembro.

Segundo pesquisas, os principais motivos que levam o brasileiro à inadimplência são o desemprego (26%), a redução da renda (14%), o descontrole financeiro (11%) e a realização de empréstimos em nome de terceiros (5%).

Entre as 24 companhias que participam do Feirão da Serasa estão: Bancos Itaú, BMG e Bradesco; Avon, Casas Bahia, Colombo, Pernambucanas, Ponto Frio, Renner, Riachuelo e Zema; Vivo e Claro; Ativos, Atlântico, Calcard, Crediativos, Credsystem, Digio, Hoepers, Itapeva, MGW, Recovery e Tribanco.

Como negociar

De acordo com a Serasa, a negociação dos débitos pode ser feita em até 3 minutos, se realizada pelos canais digitais, como o site Serasa Limpa Nome (serasalimpa.com.br) ou pelo App Serasa, baixado pela Google Play ou App Store.

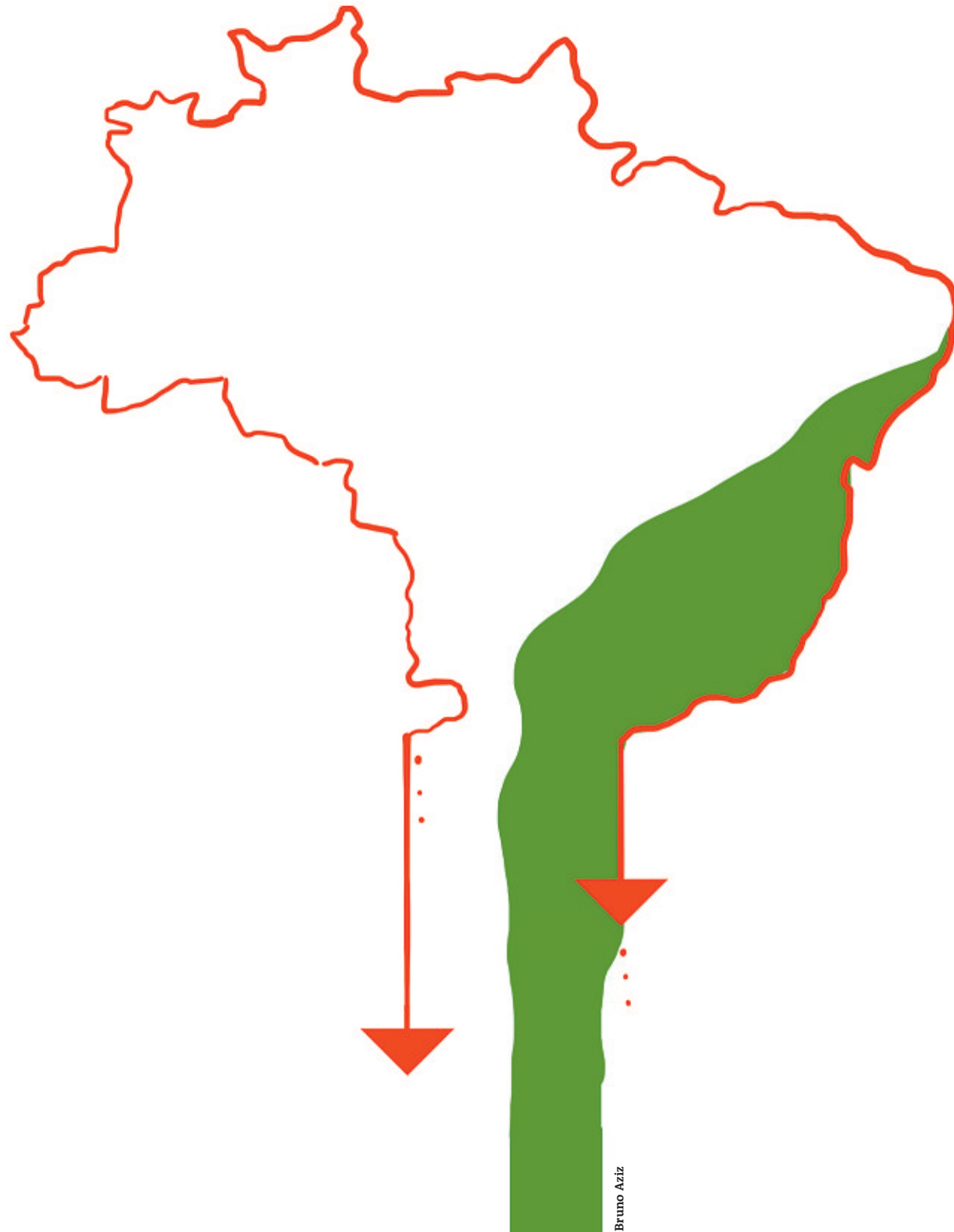
Para isso, é preciso digitar o CPF e preencher um cadastro com dados pessoais. As informações financeiras do consumidor são disponibilizadas na tela do celular ou do computador. Basta clicar no débito para ver as possibilidades de renegociação e escolher a melhor opção e a data para pagamento.

O boleto é gerado no mesmo instante e pode ser pago pela internet, agências bancárias ou casas lotéricas. O procedimento de solicitação do acordo e boleto também pode ser feito por WhatsApp (11) 99575-2096, ligação gratuita no 0800 591 1222 ou presencialmente em uma das unidades dos Correios.

Joel Silveira Pimentel, consultor financeiro, explica que para organizar a vida econômica é preciso conhe-

FINANÇAS Devedores podem pagar, no máximo, R\$ 100 para renegociar débito e “limpar” o nome

Feirão da Serasa facilita negociação com lojas, bancos e financiadoras



Bruno Aziz

O valor médio das dívidas é o maior dos últimos 12 meses: R\$ 3.937,38

Desemprego e redução da renda estão entre os principais motivos da inadimplência

cer claramente todos os seus aspectos. Primeiro, ensina, é preciso listar os débitos, definindo os valores das dívidas em cartões de crédito, empréstimo, financiamento, cheque especial, boletos. Em seguida, é preciso elaborar uma tabela de orçamento mensal. Ele destaca que em feira como essas da Serasa sempre existem propostas que reduzem a dívida, sendo o momento ideal para tratar diretamente com representantes do credor.

“O importante, primeiramente, é saber que a dívida não vai sumir. Estão o devedor tem que estar ciente, ao buscar essa renegociação, de que vai ter que pagar alguma coisa. Ainda que a dívida seja reduzida, ela não é perdoadada. É muito importante verificar se é possível

pagar dívidas com juros muito altos, obtendo deságio, utilizando empréstimos a juros mais baratos”, ensina o consultor.

Feito isso, destaca Pimentel, é preciso cortar na carne, ou seja, eliminar custos no orçamento contando com a participação da família. Feito isso é preciso buscar formas de obter uma renda extra produzindo e vendendo produtos, prestando serviços como aulas, entre outras coisas, ou elaborando uma lista de tudo que pode ser vendido (equipamentos e objetos pouco utilizados).

Pequeno empresário do ramo de barracas de praia, A.A.L., 55 anos, se viu sem perspectiva diante da restrição da atividade comercial, mesmo tendo começado a atuar no segmento de de-

livery. Com as contas comerciais e pessoais atrasadas, ele recorreu a bancos onde sempre teve crédito e depois de muita procura, conseguiu um desconto significativo para sair da lista de inadimplentes e conseguir empréstimo numa agência de fomento.

Mesmo assim, foi obrigado a se desfazer de um imóvel para quitar dívidas negociando descontos, e diversificou suas atividades na área de comercialização de veículos usados. “Já trabalhei neste ramo, o mercado de veículos usados está em alta, mas estou investindo pouco porque vou manter meu negócio de alimentos e quero ter uma reserva porque ninguém sabe quando a situação vai se normalizar”, desabafou.

NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

VERIFIQUE SEU ORÇAMENTO Antes de negociar, faça um levantamento de quanto pode pagar

ANALISE OS VALORES Anote e analise os valores e as possibilidades de pagamento

AVALIE A OFERTA Não aceite de primeira qualquer oferta

FAÇA ACORDO QUE POSSA CUMPRIR Não faça um acordo que você não possa honrar

Quarentena de 18 meses na terceirização



Direito do trabalho
Jairo Ramos Sento-Sé

Advogado. Mestrando em Direito Público pela Ufba. Pós-graduando em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito do Trabalho do Brasil Jurídico direitodotrabalho@grupoatarde.com.br

Eu trabalhei em uma empresa como empregado contratado de carteira assinada por cinco anos. De-

pois, eu me desliguei e, então, decidi abrir a minha própria empresa para prestar serviços para a minha ex-empregadora. Isso é possível? ANÔNIMO

Resposta: Depende. A sua ex-empregadora não pode contratar a empresa que você é sócio para prestar serviços nos 18 (dezoito) meses seguintes ao seu desligamento da empresa, conforme art. 5º-C da Lei 6.019/74. É preciso respeitar uma quarentena de 18 meses.

Dessa forma, a resposta para sua pergunta é “depende”, porque você não mencionou a data do seu desligamento. Se você tiver sido desligado há 18 meses ou mais, a empresa que você é sócio poderá prestar serviços para sua ex-empregadora. Se você tiver sido desligado há menos de 18 meses, a empresa que você é sócio não poderá prestar serviços para a sua ex-empregadora.

Esse texto legal serve para evitar que empresas obrugem seus empregados a abrir empresas (pessoas jurídicas) para serem contratados como prestadores de serviço, com o intuito de

fraudar os direitos trabalhistas típicos do empregado celetista (empregado regido pela CLT com carteira de trabalho assinada), tais

Texto legal serve para evitar que empresas obrugem seus empregados a abrir empresas

como: férias, 13º salário, FGTS, aviso prévio, horas extras em caso de trabalho em horário extraordinário etc.

Ademais, existe outro mecanismo que existe na Lei 6.019/74 para evitar precarização dos direitos trabalhistas. É o seguinte: o empregado que for demitido não poderá prestar serviços para esta mesma empresa na qualidade de empregado de empresa prestadora de serviços antes do decurso de prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da demissão do empregado, nos termos do art. 5º-D da Lei 6.019/74.

A ideia é justamente evitar que empresas demitam o empregado, mas contrate empresa prestadora de serviço que irá contratar o mesmo empregado. Isso era muito comum: a empresa X demitia o empregado Z hoje e amanhã mandava esse mesmo empregado Z procurar a empresa Y, que iria contratá-lo. Em seguida, a empresa X contratava a empresa Y para prestar serviços e, portanto, se beneficiava da mão de obra do empregado Z. Hoje, isso não é possível, pois precisa respeitar uma quarentena de 18 meses.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

Um ídolo vivo da paz no agronegócio

Roberto Rodrigues ex-ministro da Agricultura sempre se refere ao agro, produção de alimentos, como o fator essencial da paz no mundo. Onde falta comida não existe a paz. Agora, temos um notável ídolo da paz, candidato a esse honroso Nobel, em nome do Brasil, do agronegócio e da fundamental pacificação de toda a Nação brasileira, e sem dúvida, das lideranças do agronegócio.

Sabemos nos estudos sobre a arte de liderar que o inimigo número 1 de um povo, ou empresa, é o seu ini-

migo interno. Da mesma forma, a história prova que os líderes que não reúnem as pessoas, que não compreendem que a maior missão é liderar a todos, não alguns, e que confundam "dissidentes" com inimigo, mais cedo ou tarde irão fracassar.

Transformação

Então falo aqui de Alysson Paolinelli. Ex-ministro da Agricultura. Homem-símbolo da transformação do agro brasileiro, a partir de 1974, impulsionando a Embrapa, enviando mais de mil brasileiros para estudarem

mundo afora, e que, na volta, tropicalizassem esse conhecimento.

Foi a revolução da educação, da ciência tropical. A

Diz o ex-ministro: onde falta comida no mundo não existe a paz

ideia original da Embrapa foi de um ex-ministro anterior a Alysson, Cirne Lima, que desenhou o projeto, o qual Alysson Paolinelli

O inimigo número 1 de um povo, ou empresa, é o seu inimigo interno

transformou em realidade sólida e única no planeta.

Na semana passada, a OAB de Minas Gerais criou a comenda Alysson Paolinelli, em cerimônia com as mais altas autoridades do País, onde 50 brasileiros foram agraciados com a Comenda Nacional Digital.

Tive a imensa honra de ser um dos homenageados. Ao meu lado, também aqui do estado da Bahia, recebeu a digna comenda um ilustre e consciente líder: o doutor João Martins, que é o atual presidente do sistema CNA-Senar.

Que Paolinelli nos traga o Nobel da Paz. Mas independentemente disso, que simbolize desde já, ao lado dos 50 brasileiros escolhidos para a sua comenda, a urgência, talvez emergência, de pacificação.

O Brasil pode aproveitar o momento global e crescer como nunca, com inovação e o estabelecimento de relações de confiança com todas as populações do mundo. Mas isso começa agora, aqui em casa. Paz entre todos os brasileiros. Vamos dobrar o agro de tamanho em dez anos. Só depende de nós.

CURTAS

Estado reduz o ICMS do milho

Com o objetivo de beneficiar toda a cadeia produtiva do milho no estado, o governo baiano diminuiu, no início deste mês, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Ser-

viços (ICMS) do produto em grãos, nas operações interestaduais, de 12% para 2%. A decisão é um incentivo que deve impactar positivamente em diversas atividades do agronegócio,

além do beneficiar e o comércio do produto. O milho é responsável por 70% a 80% da composição da ração animal, alimentando, aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos. A diminuição do imposto é uma estratégia para impulsionar a produção no campo.

Nova ração melhora piscicultura

Pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Meio Ambiente), em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp), formularam uma ração para peixes que inclui extratos naturais na composição, tecnologia patenteada recentemente. O principal efeito do extrato é ser agen-

te alternativo promissor para melhorar a produção e o controle de doenças parasitárias no criatório de peixes, evitando o uso de antibióticos sintéticos, que podem acarretar possíveis reflexos na resistência imunológica e imunossupressão.

LIGUE, ANUNCIE E VENDA!

O classificados do Jornal A TARDE tem as melhores vantagens para você!

Pague 4
Anuncie 5

Anuncie quatro dias e o quinto é por nossa conta

GARANTA A
Segunda

Anuncie sábado e domingo para ganhar 40% de desconto no anúncio de segunda

ANUNCIE 5
GANHE 2

Anuncie cinco dias e ganhe dois

LIGUE E ANUNCIE
3533.0855

Segunda a sexta das 8h às 18h (EXCETO FERIADOS)

Whatsapp: 99601-0039 / 98149-2081

Promoção não acumulativa e não válida para contratos e editais. /Promoção válida até o dia 31.07.21

RESGATE Avanço da vacina contra a Covid-19 estimula as viagens; rede hoteleira registra 60% de ocupação

Setor de turismo é retomado em Salvador

THIAGO CONCEIÇÃO

O domingo de céu aberto e sol forte, registrado ontem após um período chuvoso em Salvador, fez centenas de pessoas procurarem as praias. No calçadão do Farol da Barra, a supervisora de vendas Grazielle Costa, que é de Manaus (AM), aproveitou o clima para conhecer o cartão-postal com a mãe, Eli Costa. Entre a motivação para desembarcar na capital, está a sensação de maior segurança com o avanço da vacinação contra a Covid-19.

"O processo de imunização contra o coronavírus trouxe mais tranquilidade para conhecer a cidade. É a primeira vez que estou conhecendo o Farol da Barra. Achei tudo muito lindo. Nos próximos dias, ainda pretendo conhecer o Pelourinho. Eu confesso que estou apaixonada pela Bahia", diz Grazielle.

Cenário

Após o impacto causado pela pandemia, que fez o ano de 2020 ser considerado perdido, o turismo na capital passa pelo processo de retomada em meio ao avanço da vacinação contra a Covid-19 e a desaceleração de casos da doença. Os hotéis de Salvador estão com ocupação de 60%, segundo dados da Federação Baiana de Turismo e Hospitalidade do Estado (Fetur-Ba), divulgados ontem.

"É nítida a curva de desaceleração de novos casos. Com as medidas mais restritivas sendo desativadas, os visitantes começaram a chegar. Atualmente estamos



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Um dos locais turísticos da cidade, a praia de Itapuã ficou repleta com muitos banhistas aproveitando o sol

"A imunização trouxe mais tranquilidade para conhecer a cidade"

GRAZIELLE COSTA, turista

com 60% de ocupação. E para avançarmos mais, algumas restrições precisam cair. Necessitamos de congressos, convenções, shows e teatros. Vamos lembrar que o turismo é a nossa principal atividade", afirma Silvio Pessoa, presidente da Fetur-Ba.

Em Salvador, a Prefeitura

prevê a retomada de eventos festivos com público reduzido a partir de agosto. O primeiro evento-teste está marcado para o dia 29 de julho, com público de 500 pessoas. Apesar do movimento, a realização de eventos como o Réveillon e o Carnaval ainda são incertos. A Prefeitura diz que o

evento não tem o objetivo de causar a flexibilização de cuidados contra o novo coronavírus, a exemplo do distanciamento e uso de máscara. Na tarde de ontem, A TARDE flagrou aglomerações na praia de Itapuã.

Vacinação

O respeito aos protocolos e a

vacinação são os caminhos para a retomada do turismo. O total de 1.710.186 pessoas estão vacinadas contra a Covid-19 na capital, com 540.094 que completaram o esquema vacinal com duas ou única dose de vacina.

Após a suspensão no dia de ontem, a vacinação contra a doença segue nesta segunda-feira, das 8h às 16h com a aplicação da segunda dose da Coronavac para pessoas com agendamento até a data de hoje. A data de reforço e pontos de aplicação podem ser conferidos no saude.salvador.ba.gov.br.

Pandemia

Na Bahia, nas últimas 24 horas, foram registrados 31 mortes causadas pela Covid-19, que ocorreram em diferentes datas, além de 2.131 casos e 1.945 recuperados da doença. Desde o início da pandemia, o estado contabiliza 1.173.423 casos de Covid-19, com 25.197 mortes e 1.137.569 recuperados.

A capital registra 7.123 óbitos causados pela doença, com 230.175 casos e 223.668 recuperados. Os dados são da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), divulgados ontem.

Em todo o estado, a taxa de ocupação de leitos de UTI adulto para a Covid-19 é de 58%, com 897 das 1.538 vagas disponíveis ocupadas. Na UTI pediátrica, a ocupação é de 60%, com 21 dos 35 leitos ocupados. A taxa de ocupação de leitos de UTI adulto em Salvador é de 47%, com 332 das 709 vagas disponíveis utilizadas. Na UTI pediátrica, a taxa é de 59%, com 16 dos 27 leitos em uso.

SOLENIIDADE

Dom Sergio da Rocha celebra missa em memória de religiosa

DA REDAÇÃO

O Cardeal Dom Sergio da Rocha preside Missa pelos 306 anos de morte da mãe Vitória da Encarnação, nesta segunda-feira, 19, pela memória da religiosa, que teve o Processo de Beatificação e Canonização instalado em 2019. A celebração Eucarística será às 10h, no Convento Santa Clara do Desterro, onde a religiosa passou os últimos anos de vida e teve visões de Jesus Cristo.

Em 7 de julho de 2019, a Congregação para a Causa dos Santos emitiu o decreto "Nihil Obstat", autorizando a abertura da Causa de beatificação da religiosa, que passou a ser chamada de Serva de Deus Vitória da Encarnação. Em 19 de novembro do mesmo ano, o então Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Dom Murilo Krieger, presidiu a cerimônia de abertura do Processo de Beatificação e Canonização, apresentando as Comissões que trabalharão no pro-

cesso, bem como o postulador da Causa, Frei Jociel Gomes.

Virtudes

Entre as virtudes apontadas da Serva de Deus Madre Vitória da Encarnação, que podem levá-la à condição de santa católica, se destaca o dom de sonhar com as pessoas necessitadas e enviar ajuda. A Madre também era procurada quando as Irmãs do convento recorriam a ela para encontrar objetos perdidos. A religiosa era capaz

Arquidiocese de Salvador / Divulgação



Foto marca o local onde estão restos mortais da madre

de saber o local exato em que uma pessoa, tida por desaparecida, se encontrava, assim como de prever acontecimentos futuros. Também tinha o dom de encontrar animais desaparecidos.

Os restos mortais da Madre Vitória da Encarnação encontram-se na Igreja do Convento Santa Clara do Desterro, em Salvador, e estão depositados acima de uma das portas que ligam o coro de baixo à nave do templo

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Francisco de Assis Silva faleceu Hospital Geral Roberto Santos, 67 anos, natural de Sertânia-PE

Júlia dos Santos faleceu na Upa de São Marcos, 88 anos, natural de Penedo-Alagoas

Valnei dos Santos Silva faleceu no Hospital Couto Maia, aos

38 anos, natural de Salvador-BA

Paulo José Ferreira de Carvalho faleceu no Hospital Geral de Salvador, 86 anos, natural de Salvador-BA

Nina Pereira Machado faleceu no Hospital da Bahia, 94 anos, natural de Salvador-BA

Edson da Silva Neiva faleceu no Hospital Aristides Maltez, 79 anos, de Salvador-BA

Rosa Maria Santos faleceu na UPA São Cristóvão, 59 anos, natural de Salvador-BA

Maria da Conceição dos Santos faleceu no Hospital Santo Antônio, 62 anos, natural de Salvador-BA

Benedita Maria Pires Barros faleceu no Hospital Córdio Pulmonar, 87 anos, natural de Feira de Santana-BA

JARDIM DA SAUDADE

Angélica Francisconi Affonso faleceu em residência, 82 anos, natural de Itajuípe-BA

Elisabete Maria Soares Gomes faleceu no Hospital da Bahia, 61 anos, natural de Salvador-BA

Fernanda da Silva Sodré faleceu no Hospital Aristides Maltez, 46 anos, natural de São Paulo-SP

Caique Mota Araújo faleceu em residência, 25 anos, de Catu-BA

Jorge Almeida dos Santos faleceu no Hospital Geral de Salvador, 89 anos, natural de Aracaju-BA

Nilda Dantas de Britto faleceu no Hospital Aliança, 77 anos, natural de Cipó-BA

André Luiz Soares Cardoso faleceu em via pública, 49 anos, de Salvador-BA

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

SALVADOR HOJE
21° 29°

SALVADOR AMANHÃ
20° 28°

CPTEC INFORMA Hoje, a previsão do tempo para a capital baiana é de chuva isolada



1 REMANSO 18° 34°	2 JUAZEIRO 20° 32°	3 PAULO AFONSO 20° 30°	4 FORMOSA DO RIO PRETO 13° 34°	5 IRECÊ 14° 31°	6 JACOBINA 19° 31°	7 FEIRA DE SANTANA 16° 27°	8 LUÍS EDUARDO MAGALHÃES 12° 34°	9 BARREIRAS 12° 34°	10 BOM JESUS DA LAPA 18° 34°	11 VITÓRIA DA CONQUISTA 14° 29°	12 ILHÉUS 19° 28°	13 PORTO SEGURO 19° 29°	14 SANTA MARIA DA VITÓRIA 18° 34°
----------------------	-----------------------	---------------------------	-----------------------------------	--------------------	-----------------------	-------------------------------	-------------------------------------	------------------------	---------------------------------	------------------------------------	----------------------	----------------------------	--------------------------------------

HOJE	AMANHÃ	QUARTA-FEIRA	TEMPERATURAS
Baixa 05h03 0,5m	Alta 0h04 1,0m	Alta 01h08 2,0m	Brasil Mín. Máx.
Alta 11h43 2,0m	Baixa 06h14 0,4m	Baixa 07h15 0,3m	Brasília 14° 27°
Baixa 17h57 0,6m	Alta 12h50 2,1m	Alta 13h47 2,3m	Rio 18° 20°
	Baixa 19h00 0,5m	Baixa 19h55 0,4m	Natal 23° 30°

CRESCENTE ATÉ 22/07	CHEIA 223A 30/07	MINGUANTE 31 A 7/1	NOVA 8 A 14/8	NASCENTE 5h56	POENTE 17h24	SOL	SOL E NUVENS	SOL E CHUVA	NUBLADO	CHUVA	CHUVA FORTE
------------------------	---------------------	-----------------------	------------------	------------------	-----------------	-----	--------------	-------------	---------	-------	-------------

Mundo Mín. Máx.	Mundo Mín. Máx.
Bogotá 9° 18°	Barcelona 22° 30°
H. Kong 28° 31°	Moscú 19° 28°
Quebec 18° 29°	Luanda 21° 25°



CERTAME Atualmente, a maior e mais disputada seleção é a do Banco do Brasil, com 2.240 chances para escriturário

Brasil tem 359 concursos públicos com inscrições abertas para mais de 32 mil vagas



OPORTUNIDADES NA BAHIA

AMARGOSA

8 vagas, até R\$ 1.100, guarda civil, ensino médio, até hoje; 12 vagas, até R\$ 1.550, agente comunitário de saúde, até hoje

CDS

2 vagas, até R\$ 5044,01, técnico de nível superior (engenharias), até quarta-feira

CTR

2 vagas, até R\$ 3.100, técnico de nível superior, até amanhã

FESF

1 vaga, até R\$ 3.874,89, médico regulador, até amanhã

ICMBIO

17 vagas, agente ambiental, nível fundamental, até sexta-feira

IMIP

1 vaga, assistente administrativo, ensino médio, de amanhã até sexta

PGE

43 vagas, até R\$ 1 mil, estagiário de direito, até hoje

MADRE DE DEUS

18 vagas, até R\$ 4.263,90, vários cargos, até 4 de agosto

PILÃO ARCADE

205 vagas, até R\$ 3.200, vários cargos, até amanhã

VIT. DA CONQUISTA

219 vagas, até R\$ 2.177,16, vários cargos, até hoje

BANCO DO BRASIL

79 vagas, até R\$ 3.022,77, escriturário nível médio, até o dia 28

FONTE: PCI CONCURSOS

FÁBIO BITTENCOURT

Depois de um longo período sem a realização de concursos por motivos de pandemia, e para alegria dos candidatos, os certames estão de volta. O país contava, até sexta-feira, com 359 editais com inscrições abertas e 32.686 vagas. As oportunidades vão de estagiário da Caixa Econômica Federal, bolsa-auxílio de até R\$ 1 mil, passando por procurador do Estado de Alagoas (15 vagas), salário de R\$ 30.404,42; ou defensor público de Goiás (47 vagas), R\$ 27.174,27.

Organizada pela Fundação Cesgranrio, a maior e mais abrangente disputa no momento é para o Banco do Brasil, com 2.240 vagas de escriturário, cargo de nível médio com vencimento básico de R\$ 3.022,37. Na Bahia, o BB oferta 79 oportunidades. Em todo o estado há 12 processos seletivos abertos com 676 vagas, além da formação de cadastros de reserva. Destaque para o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul (CDS Litoral Sul).

De acordo com o edital de abertura, a seleção conta com duas vagas para as

áreas de engenharia agrônoma, florestal, ambiental e biologia (1); e engenharia de minas, sanitária e geologia (1). A remuneração inicial é de R\$ 5.044,01.

Segundo o professor e coach especializado na preparação de candidatos a concurso público, Alessandro Marques, a pandemia e a gestão do governo federal pautada na escassez causaram a “falsa sensação de que as seleções diminuiriam”.

“De fato houve ausência de provas por conta da Covid-19, mas muitos editais foram lançados e, desde o mês passado, estão ocorrendo, como foi o caso das provas para as polícias Federal e Rodoviária Federal”, diz. Marques conta que são aguardados para este ano grande edital para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de seleções para tribunais. Ele destaca a quantidade de certames para polícias estaduais.

Ao todo são seis concursos para a PM: três em Minas Gerais (oficial, oficial de saúde e soldado), Rio de Janeiro, Piauí e Sergipe; e a Polícia Civil do Ceará (inspetor e escrivão). As secretarias Estaduais da Administração Pe-

nitenciária do Pará e Maranhão têm até 1.686 vagas para agente penitenciário e auxiliar de segurança.

Por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Administração da Bahia (Saeb) informou que “está autorizada a elaboração de novo edital para a Polícia Civil, com a oferta de mil vagas para os cargos de delegado, escrivão e investigador”.

“Concurso tem ciclo, muitos dos realizados em 2014, 2015, estão finalizando, convocando agora. O governo federal está retraído, gastou com a pandemia, mas vai precisar contratar para agências reguladoras, ministérios, a União”.

Controle emocional

Segundo o professor, o principal desafio de um candidato ainda hoje é conseguir manter o foco. Ele fala em três “pilares” fundamentais para quem almeja aprovação: planejamento, técnica de estudo e controle emocional. “As pessoas esquecem que concurso é competição, não é igual à escola. Tem de treinar pesado, se dedicar. Ainda mais hoje, com menos vagas, concorrência maior. Tem de se pre-

“Concurso é competição. Tem de treinar pesado”

ALESSANDRO MARQUES, coach

“É importante se manter conectado, saber o que está acontecendo”

ROSE SAMPAIO, professora



Divulgação / 26.1.2021



Will Recarey / Divulgação / 29.1.2020

parar para passar em 1º lugar, 5º, entre os dez”, fala.

Ainda de acordo com Marques, aprovação em concurso de nível médio requer, em média, um ano de estudos, e, para vaga de nível superior, acima de dois. “É preciso estudo de alto nível, não dá para ser em cima da hora, ou querer fazer várias provas

ao mesmo tempo”, conta.

Formada em marketing, Jessika Vasconcelos, 30, prepara-se para fazer as provas do Banco do Brasil. Ela conta que já há algum tempo “namora” esse concurso e que vem estudando por meio de apostilas, porém só desde que o edital foi divulgado.

Jessika diz ainda conhecer

as “dificuldades da carreira”, mas conta que o objetivo é mesmo a tão sonhada “estabilidade”. “É gratificante saber que não vai se passar por corte (na empresa), receber certinho no fim do mês, ter benefícios”, fala.

Desde que a pandemia cerrou as portas de cursos preparatórios, a professora de redação e gramática Rose Sampaio vem fortalecendo sua presença no ambiente digital. Dona do canal ABC do Português, no YouTube, com 20 mil inscritos, ela ressalta o crescimento do acesso a conhecimento por meio de redes sociais. Além do Instagram (@rosesampaioabc), conta que até o TikTok surpreende nessa área.

“Um conselho que eu dou é: consumam conteúdo de bons canais, com propostas interessantes. É importante se manter conectado, saber o que está acontecendo, os detalhes dos editais, como se comporta a banca examinadora”, diz Rose.

“Outra dica é não se ater somente ao número de vagas anunciadas, mas ao número de vagas reais. Multiplique por pelo menos dois o anúncio das vagas, porque há o prazo de validade”.



Turismo tem crescimento, mas ainda está abaixo de 2019

PESQUISA O setor de turismo brasileiro registrou em maio, último mês com dados consolidados, faturamento de R\$ 9,6 bilhões, valor 47,5% superior ao do quinto mês do ano passado. No entanto, em comparação ao mesmo mês de 2019, antes do início da pandemia de covid-19, houve redução de 31,2% no faturamento do setor.

Os dados, divulgados na sexta (16/7), são da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

No último mês de maio, o transporte aquaviário foi o único, entre os seis grupos de atividades analisados pela FecomercioSP, que conseguiu superar o patamar pré-pandemia, com alta de 20% no faturamento em relação ao mesmo mês de 2019.

9,6 bilhões de reais faturou o setor em maio; 47% a mais que no mesmo mês do ano passado e 31% a menos que em maio de 2019

O transporte aéreo registrou a maior queda em relação a 2019, de 50,5% – variação similar à da redução da demanda de passageiros, na mesma base de comparação, que foi de 43%.

Em maio de 2021, os restaurantes e alojamentos faturaram R\$ 2,8 bilhões, 33,5% abaixo do obtido no mesmo mês em 2019, com variação muito próxima do grupo atividades culturais, recreativas e esportivas (-33,8%), também afetado pela política de isolamento social adotada para a proteção e segurança da população contra a infecção pelo novo coronavírus.

Ainda segundo a mesma pesquisa, o conjunto de atividades de locação de veículos, agências e operadoras de turismo registrou queda de 13,2% em maio em relação a 2019, e o setor de transporte terrestre, redução de 6,6%.

“A vacinação ainda é a

principal variável para os turistas voltarem a viajar com segurança e para os empresários se planejarem de forma mais sólida”, disse na nota explicativa da pesquisa, a FecomercioSP.

“Iniciativas como a redução das restrições, a ampliação das ofertas dos serviços turísticos e a aceleração da vacinação em todo o país são fundamentais para uma melhora gradativa e mais consistente do setor”, acrescenta a entidade.

O setor de turismo é apontado por economistas como um dos que primeiro vão se recuperar do baque provocado pela pandemia de covid-19 no Brasil, se o ritmo da vacinação se manter e os casos da doença recuarem.

Isso porque há uma demanda reprimida por viajantes de lazer. Ao mesmo tempo, a alta do dólar deve impulsionar as viagens pelo país.

Monitor do PIB da FGV aponta alta de 13,4% em um ano

ATIVIDADE O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,8% em maio ante abril, segundo o Monitor do PIB, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). Na comparação com maio de 2020, a atividade econômica avançou 13,4% em maio de 2021. A informação foi divulgada na sexta (16/7).

“Em maio, com relação ao mesmo mês de 2020, a economia seguiu no ritmo de intenso crescimento observado desde abril devido à baixa base de comparação. Isso é reflexo do crescimento em todas as atividades econômicas e componentes da demanda. Apesar disso a economia ainda se encontra 0,7% abaixo do nível que detinha em fevereiro de 2020, período anterior ao início da pandemia no país. Esses resultados mostram que ainda há um longo caminho para a retomada mais robusta da economia”, disse Claudio Considera, coordenador do estudo.

PESSIMISMO COM A ECONOMIA RECUA

PESQUISA Depois de registrar um pico em um dos piores momentos da pandemia do novo coronavírus, o pessimismo dos brasileiros com a economia recuou em julho. Agora, pouco mais de um terço (35%) dizem acreditar que a situação do país deverá piorar nos próximos meses, segundo pesquisa Datafolha feita nos dias 7 e 8 de julho. Na pesquisa anterior, realizada em março, esse percentual era de 65% – nível mais alto da série de pesquisas com essa pergunta, iniciada em 1997.

BANCARIZAÇÃO DIGITAL

31%

é o índice de brasileiros que usam bancos digitais segundo o relatório da Akamai Technologies encomendado à **Centarino Brasileiro**, que ouviu mais de mil correntistas no país. Em 2020, essa taxa era de 14%.

SINDIBEB-BA FILIADO A CTB e FETIABA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS EXTRAORDINÁRIAS
O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em geral, do Vinho, de Águas Minerais, de Sucos de Frutas, da Imunização e Tratamento de Frutas, de Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados do Estado da Bahia – SINDIBEB-BA, CNPJ nº 13.505.854.000/171, com endereço na Rua da Ajuda nº 02, Edifício Martins Catarino, 3º andar, sala 303, Centro, Cep: 40.020-030, Salvador/Bahia, através do seu Presidente, convoca todos os trabalhadores da INDÚSTRIA DE BEBIDAS SÃO MIGUEL LTDA, associados ou não, para as assembleias gerais extraordinárias, a serem realizadas no dia 20 de julho de 2021 às 8:30 min. em primeira convocação (com 50% dos trabalhadores da empresa) lotados no turno 01 (um) e às 7:00h, em segunda e última convocação (com qualquer número), às 14:30min, em primeira convocação (com 50% dos trabalhadores da empresa) lotados no turno 02 (dois) e às 15:00h, em segunda e última convocação (com qualquer número), no seguinte endereço: Em Alagoinhas/BA, na Rod. BR 101 s/n, Km 112, CEP 48.010-970. Para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: 1- Avaliação e aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho para o período de 2021/2022. 2- Avaliação e aprovação da Contribuição para Custeio Sindical. Em sendo aprovada a contribuição para custeio sindical, fica assegurado aos trabalhadores o exercício do direito de oposição até 05 (cinco) dias úteis após a realização da assembleia. Salvador, Bahia, 17 de julho de 2021. Alberto Santiago Evangelista - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 002-21CP-PMG
No aviso de licitação na Chamada Pública nº 002-21CP-PMG, publicado na imprensa em 14/07/2021 onde se lê: CHAMADA PÚBLICA Nº 001-21CP-PMG, LÊIA-SE: CHAMADA PÚBLICA Nº 002-21CP-PMG. Permanecem inalteradas as demais informações da publicação. Maiores informações através do E-mail: cp@guanambi.ba.gov.br ou pelo Tel.: (77) 3452-4312. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial - endereço eletrônico: www.guanambi.ba.gov.br/Diario_Oficial_Guanambi - BA, 15/07/2021 – Aparecida Nunes Rodrigues – Presidente da CPL.
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 015-21TP-PMG
A Prefeitura Municipal de Guanambi – BA, comunica aos interessados que realizará Tomada de Preço nº 015-21TP-PMG cujo objeto é a contratação de empresa com material e mão de obra para destinados a construção da Praça Manoel Novaes, no Distrito de Mutans, Município de Guanambi-Ba. Data: 05/08/2021 às 9h, no CETEP – Centro de Treinamento Pedagógico, localizado na Rua Tróia de Freitas nº 149 – São Antônio, Guanambi - BA. O Edital completo ficará disponível para consulta e/ou impressão nos endereços eletrônicos: <http://guanambi.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes>; http://www.guanambi.ba.gov.br/transparencia/compras/editais_de_licitacoes. Maiores informações através do E-mail: cp@guanambi.ba.gov.br ou pelo Tel.: (77) 3452-4312. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial - endereço eletrônico: www.guanambi.ba.gov.br/Diario_Oficial_Guanambi - BA, 16/07/2021 – Aparecida Nunes Rodrigues – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO
AVISO DE ADIAMENTO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2021. Comunicamos que a licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 001/2021 para Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil/pavimentação, pelo regime de Empreitada Global para execução da obra – pavimentação em TSD com capa selante, drenagem de águas pluviais e sinalização viária na Rodovia que liga o povoado de Almas a Rodovia BA-463 – Trecho 2 - Município de São Desidério/BA. Com data de abertura para o dia 16 de julho de 2021, às 09:00h. Fica ADIADA para o dia 20 de julho de 2021, às 9:00h (nove horas), motivado por problemas de saúde. A Presidente da comissão de licitação toma esta decisão com base no artigo 3º da lei 8.666/93, onde: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. O Edital com a nova data introduzida, encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.saodesiderio.ba.gov.br, a sessão será realizada na sede da Prefeitura Municipal situada à Praça Emerson Barbosa, nº 01, centro, São Desidério-BA. Quaisquer informações pelo tel. (77) 3623-2145. São Desidério/BA, 16 de julho de 2021. Márcia Bastos Carneiro da Silva-Presidente da Comissão.
AVISO DE ADIAMENTO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2021. Comunicamos que a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 004/2021 para Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, pelo regime de Empreitada Global para execução da Obra: Construção de praça de alimentação com quiosques, no centro da sede, em São Desidério-Ba. Com data de abertura para o dia 16 de julho de 2021, às 14:30h. Fica ADIADA para o dia 20 de julho de 2021, às 14:30h (atorze horas e trinta minutos), motivado por problemas de saúde. A Presidente da comissão de licitação toma esta decisão com base no artigo 3º da lei 8.666/93, onde: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. O Edital com a nova data introduzida, encontra-se disponível no endereço eletrônico: www.saodesiderio.ba.gov.br, a sessão será realizada na sede da Prefeitura Municipal situada à Praça Emerson Barbosa, nº 01, centro, São Desidério-BA. Quaisquer informações pelo tel. (77) 3623-2145. São Desidério/BA, 16 de julho de 2021. Márcia Bastos Carneiro da Silva-Presidente da Comissão.
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021. A Prefeitura Municipal de São Desidério torna público que realizará no dia 29 de julho de 2021, às 09:00h (nove horas), sob critério de menor preço por item, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 007/2021, que tem por objeto o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa e/ou pessoa física para fazer o transporte dos alunos da Educação Básica da rede Municipal e estadual de ensino a professores se for o caso, quanto a aquelas que dependem do transporte para etapas não atendidas por rede própria deste município da zona rural, assentamentos e/ou acampamentos, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. O Edital estará disponível nos sites www.bill.org.br e www.saodesiderio.ba.gov.br. Informações e esclarecimentos à Praça Emerson Barbosa, nº 01, centro, São Desidério/BA ou pelo e-mail licitacao@saodesiderio.ba.gov.br. São Desidério/BA, 16 de julho de 2021. Márcia Bastos Carneiro da Silva-Pregoeira.



Vamos falar com quem entende sobre o movimento que levou à expansão de serviços e empreendimentos na região.



• AO VIVO •

Litoral Norte: muito além do lazer

LUCIANO LOPES

Presidente da ABIH Bahia e Diretor Executivo da Prima Empreendimentos

18H | QUINTA 22

INSTAGRAM
@correio24horas



apresentação
DONALDSON GOMES

PATROCÍNIO: **IBEROSTAR**
HOTELS & RESORTS

PRIMA15
REALIZADO POR UMA CONTA

REALIZAÇÃO: **Correio***



ANPR/SINDIAVIAPIR

Alta nos cortes bovinos no Brasil se deve à queda na produção e ao aumento na exportação

ses. Matérias-primas para a ração, o milho subiu 68,8% em 2020 e a soja ficou 79,4% mais cara no atacado. As projeções para 2021 são de alta de 39,8%, para o milho, e de 7,2%, para a soja.

Os produtores alegam que a única saída é o repasse dos custos. Santin explica que, até agora, os frangos comercializados na ponta foram criados, por exemplo, com o milho vendido a R\$ 50 a saca - valor que disparou para R\$ 90 nos últimos meses.

"Há um prazo de produção até chegar às prateleiras, agora que estão começando a chegar os frangos que estão comendo o milho mais caro. As empresas terão de repassar o preço ou, então, que- bram", completou Santin.

Com o orçamento pressionado pela alta dos alimentos, combustíveis e energia elétrica, entre outros itens, muitos brasileiros têm alterado a lista de compras. O pesquisador Thiago Bernardino de Carvalho, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo (USP), afirma que os cortes bovinos, mais caros, são trocados pela carne suína e pelo frango. No fim da cadeia de trocas, está o ovo de galinha. "O ovo é o destaque, porque é mais barato, só que a demanda está mais aquecida, e o custo de produção também subiu", afirma.

Carne, frango, porco e ovos vão ficar até 10% mais caros

PROTEÍNAS Com a renda comprimida e o desemprego em alta, ter carne vermelha no prato pesarà cada vez mais no bolso dos brasileiros. E o cenário não será diferente se a alternativa escolhida for o frango, os ovos ou a carne de porco. Especialistas projetam que a inflação para as proteínas vai superar a marca de 10% este ano, após já ter disparado em 2020. O aumento previsto para 2021 está bem acima da estimativa para a inflação oficial (IPCA), de 5,9%.

De acordo com a consultoria LCA, a maior alta neste

ano continuará sendo no preço da carne de boi (17,6%), seguida da de porco (15,1%) e de frango (11,8%). Alternativa às carnes, o valor do ovo de galinha também deve subir (7,6%). Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abas) prevê um aumento nos preços do frango entre 10% e 15% já no fim de julho e início de agosto. Essas previsões chegam num momento de queda de popularidade do presidente Jair Bolsonaro, que já reclamou em público do reajuste da carne, do arroz, do gás e dos combustíveis.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardinho Santin, as razões para o aumento da carne bovina diferem dos motivos para as outras proteínas. Enquanto os produtores de gado tiveram menos produção e maior exportação, a culpa pelo preço maior do frango, do porco e dos ovos recai sobre os insumos para a criação dos animais.

Segundo a Embrapa, os custos de produção em geral subiram 52,30%, para o frango, e 47,53%, para os suínos, nos últimos 12 me-

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$5,1149	R\$ 5,1154
Dólar Turismo	R\$ 5,1300	R\$ 5,2730
Euro turismo	R\$6,0730	R\$ 6,2430

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	125.960,26	-1,18%

POUPANÇA

17/07/2021	0,1559 %
------------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

PETRÓLEO

0,96%

é a queda na produção de petróleo registrada em junho frente ao mês anterior segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). É a segunda queda mensal consecutiva. Considerando a produção tanto de petróleo quanto de gás natural, o país registrou média de 3,75 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), ante 3,78 milhões de boed em maio e 3,81 milhões de boed em junho de 2020.

Remédios devem subir 12% com fim de isenções fiscais

REFORMA DO IR O fim de isenções fiscais para 20 mil empresas, incluído no relatório da reforma do Imposto de Renda, pode fazer com que medicamentos, sabonetes, desodorantes, entre outros produtos, fiquem mais caros em até 12%. O objetivo do relator Celso Sabino (PSDB-PA) é que o corte de benefícios compense a queda de arrecadação com o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

As indústrias de cosméticos, perfumaria, higiene pessoal, medicamentos, produtos químicos, aeronaves e embarcações serão afetadas pela medida e o aumento da carga tributária para as indústrias deverá afetar o preço dos produtos, sendo repassado aos consumidores.

O Sindicato da Indústria de Produtos Farmacéuticos (Sindusfarma) afirma que os preços dos medicamentos de uso contínuo, com tarjas vermelhas ou pretas, hoje totalmente desonerados, terão um aumento de 12%.

SECRETARIA DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 184/2021, ID: 883898 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 02/08/2021, às 14h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA). Objeto: **Aquisição de Medicamento: IODOPOVIDONA, HEPARINA sódica, ESCOPOLAMINA, etc. "REGISTRO DE PREÇO"**, Família(S): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: fernando.pinto@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 h às 17:30 h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 16/07/2021. **Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 446/2021 - ID: 882872 SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO. Abertura: 23/07/2021 às 15:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA). OBJETO: **AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAL CIRÚRGICO (ESPÉCULO NASAL, TESOURA E DIAPASÃO) PARA COMPOR O SISTEMA DE "REGISTRO DE PREÇOS"**, Família: 65.15. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: neuma.lopes@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-9676 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida, nº. 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitações - Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-002, Salvador - BA, 09/07/2021. **Neuma Nadja Brito Lopes - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 145/2021 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. A Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, com fundamento na Lei Estadual 9.433/2005, visando o conhecimento das empresas interessadas, torna público que receberá propostas objetivando a regular composição do preço estimado da futura licitação que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE ARTIGOS HOSPITALARES (BANQUETA E CAVALINHO)**. Os interessados deverão apresentar as propostas de preços, entre os dias **19/07/2021 à 23/07/2021, das 08h30min às 17h30min**, no prédio da SESAB, na 4ª avenida, nº 400, plataforma VI, térreo, lado "A", Salvador - BA, CEP: 41.750-300. Coordenação de Compras/CEAC ou através do e-mail: roxane.campos@saude.ba.gov.br. O termo de referência poderá ser consultado através da página inicial do site: <https://www.comprasnet.ba.gov.br>, ou por meio de solicitação via e-mail: roxane.campos@saude.ba.gov.br. Maiores esclarecimentos através dos telefones: (71) 3115-9678/4303. Salvador-Bahia, 16 de julho de 2021. **Fábio Vilas-Boas Pinto - Secretário da Saúde do Estado da Bahia.**

SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ - BA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2021. A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº 008/2021. Processo Administrativo: 166/2021. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos médico-hospitalares para o Hospital Municipal Petronílio Evangelista dos Santos, visando atender a demanda da secretaria Municipal de Saúde de Santaluz - BA. Sessão de abertura: às 09:00 horas do dia 30/07/2021, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br. Maiores informações através do tel. 75 3265-2843 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site do Município ou na Prefeitura Municipal de Santaluz - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2021. A PREGOEIRA torna público aos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2021. Processo Administrativo: 169/2021. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção visando atender as necessidades do Município de Santaluz - BA. Sessão de abertura: às 14:00 horas do dia 29/07/2021, no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bll.org.br. Maiores informações através do tel. 75 3265-2843 das 08:00h às 12:00h. Os interessados poderão obter o Edital no site do Município ou na Prefeitura Municipal de Santaluz - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00h às 12:00h. Santaluz - BA, 16 de julho de 2021. **Iraide Cabral Calado, Pregoeira Oficial.**

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ERRATA - AVISOS DE LICITAÇÕES - TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021 E CONCORRÊNCIA Nº 025/2021.

ERRATA - AVISOS DE LICITAÇÕES - TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021 E CONCORRÊNCIA Nº 025/2021.

Na publicação do dia 30/06/2021.

TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021

Onde se lê: "...Objeto: Pavimentação do acesso ao Aeródromo de Bom Jesus da Lapa, com extensão total de 7,38 km. Família 07.19 [...]".

Leia-se: "...Objeto: Construção da Ponte sobre o rio Itariri, no trecho: Barra do Itariri/Rodovia BA-099, com extensão total de 19,60 m, município do Conde. Família 07.23, [...]".

CONCORRÊNCIA Nº 025/2021

Onde se lê: "...Objeto: Construção da Ponte sobre o rio Itariri, no trecho: Barra do Itariri/Rodovia BA-099, com extensão total de 19,60 m, município do Conde. Família 07.23, [...]".

Leia-se: "...Objeto: Pavimentação do acesso ao Aeródromo de Bom Jesus da Lapa, com extensão total de 7,38 km. Família 07.19 [...]".

Salvador/BA, 16/07/2021. **Alexandre Negreiros da Silva/Presidente da CPL.**

SEINFRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUE

AVISO DE LICITAÇÃO. (2ª PUBLICAÇÃO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2021. O Pregoeiro Oficial do Município de Inhambue torna público que às 09h00 do dia 30/07/2021, no Salão da Secretaria Municipal de Educação do Município de Inhambue, localizada na Praça Cônego Maximiano S/N, (Antigo Fórum), Centro, Inhambue - Bahia, receberá propostas de preços destinadas à contratação de Empresa para o fornecimento de 02 (duas) motocicletas tipo OHC, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Inhambue. Menor Preço por Item. O Edital estará disponível gratuitamente no site www.doem.org.br/bahia/Inhambue. Maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, das 08h00 às 14h00, pelo Fone (75) 3431-2470 ou pelo E-mail: licitacao@inhambue.ba.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2021. O Pregoeiro Oficial do Município de Inhambue torna público que às 09h00 do dia 29/07/2021, no Salão da Secretaria Municipal de Educação do Município de Inhambue, localizada na Praça Cônego Maximiano S/N, (Antigo Fórum), Centro, Inhambue - Bahia, receberá propostas de preços destinadas à Registro de Preços para a aquisição de Paletes de madeira destinados à estruturação do Almacém Central do Município de Inhambue; para futuras contratações, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal. Menor Preço por Item. O Edital estará disponível gratuitamente no site www.doem.org.br/bahia/Inhambue. Maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, das 08h00 às 14h00, pelo Fone (75) 3431-2470 ou pelo E-mail: licitacao@inhambue.ba.gov.br.

Inhambue, 16 de julho de 2021. **Lourival de Oliveira Rocha Filho - Pregoeiro Oficial.**

BAHIA

ECONOMIA

CAMAÇARI Onze anos após o assassinato do delegado Clayton Leão, que na época atuava na 18ª Delegacia Territorial (DT/Camaçari), a polícia prendeu um homem suspeito de ter participado do crime, que aconteceu no dia 26 de maio de 2010. O nome do preso não foi divulgado.

O homem estava vivendo em Várzea Grande, no estado do Mato Grosso, a cerca de 300 km da fronteira com a Bolívia. Ele foi localizado e preso por uma equipe da Polícia Civil daquele estado, e conduzido para a Superintendência da Polícia Federal, de onde será transferido para a Bahia.

A ação foi coordenada pela Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Mato Grosso (Ficco/MT), e contou com o apoio do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco), da Polícia Civil da Bahia, e da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, daquele estado.

Polícia prende suspeito de matar delegado em 2010

CORREIO/ARQUIVO



Clayton Leão tinha 35 anos

Clayton Leão, de 35 anos, foi morto em uma emboscada de criminosos enquanto concedia entrevista para uma rádio de Camaçari. O assassinato causou comoção em todas as forças policiais e na população, visto que a

ação criminosa acabou sendo transmitida ao vivo. Clayton – que foi chefe da Coordenação de Operações Especiais (COE) – chegou a ser levado para o hospital, mas não resistiu.

Os radialistas conversavam com o delegado sobre um trabalho de combate ao tráfico de drogas comandado pelo policial, em Camaçari. O crime aconteceu por volta das 9 horas da manhã. Clayton tinha saído de casa para levar a mulher para o trabalho, em uma clínica odontológica, e depois seguir para a delegacia.

Em setembro de 2014, a polícia de Mato Grosso também prendeu Renildo Nascimento de Jesus, o Chicó, outro acusado pelo crime.

HOMEM É MORTO A TIROS EM CAJAZEIRAS VIII

VIOLÊNCIA Jenival de Andrade Vasconcelos, 43 anos, foi morto a tiros no bairro de Cajazeiras VIII, na noite de. O crime aconteceu na Rua Mário Fiúsa, por volta das 23h40. Segundo informações da Polícia Civil, testemunhas relataram que dois homens em uma motocicleta chegaram ao local, atiraram contra Jenival e fugiram em seguida. Policiais da 3ª CIPM fizeram buscas na região, mas ninguém foi preso.

Adesão ao Pix cresce, e sistema vai ganhar funções para saque e troco

TRANSAÇÕES Lançado em novembro, o Pix já superou o boleto bancário, o cheque e as transferências por meio de DOC, TED e TEC, em número de transações. E a adesão ao sistema deve aumentar. Nos próximos meses, as redes varejistas vão passar a aceitar a modalidade de pagamento que, até o final do ano, vai ganhar funções de saque e troco.

Pelos dados do Banco Central (BC), em maio, foram feitas 649,1 milhões de transações ante 342 milhões de boleto bancário, 126 milhões de transferências tradicionais e 18 milhões, de cheques. Quem mais sofreu com a expansão do Pix foram as transferências feitas por meio de DOC, TED e TEC. De novembro de 2020 até maio o número de transações mensais nessas modalidades caiu 41% enquan-

to o Pix avançou 1.733%.

As transações entre pessoas físicas e empresas ainda são baixas, mas tendem a avançar bastante nos próximos meses com a adesão de redes de varejo.

O chefe do departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central (BC), Angelo José Mont'Alverne Duarte, diz que o Pix deve ganhar uma série de novas funções.

A primeira fase do Pix corrompe, que permite o pagamento de contas, já está em operação e, a partir de setembro, a expectativa é que todas as instituições ofereçam a opção do Pix agendado. Para o último trimestre, está previsto Pix saque e Pix troco. Assim, o cliente poderá fazer saques em estabelecimentos comerciais ou comprar com retirada de dinheiro.

Apesar de mais caros, carros usados têm alta de 63% nas vendas este ano

AUTOMÓVEIS A venda de automóveis usados cresceu 63% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2020. O movimento foi acompanhado pela alta nos preços dos veículos, que é um reflexo do desarranjo causado no setor automotivo em meio à pandemia de covid-19.

Segundo um estudo divulgado pela KBB Brasil, empresa especializada em pesquisa de preços de veículos, os valores pedidos por modelos com entre quatro e 10 anos de idade tiveram reajuste médio de 13,04% nos primeiros seis meses de 2021.

Entre modelos com até três anos de uso – chamados de seminovos no jargão de mercado –, o aumento é de 9,75% neste ano. No mesmo período (de janeiro a junho), a inflação acumulada é de 3,77%, segundo o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). As informações são do jornal Folha de São Paulo.

13 %
é o reajuste médio nos valores pedidos por carros com até 10 anos de fabricação nos primeiros 6 meses de 2021

CRISE DÁ IMPULSO À ENERGIA SOLAR

R\$ 17 BI DE INVESTIMENTO Os aumentos no preço de energia provocados pela crise hídrica estão acelerando a adoção da energia solar por residências, baseada principalmente na geração distribuída. Ela consiste na instalação de placas solares em telhados das casas, indústrias e em pequenos e médios estabelecimentos. Para 2021, a Associação Brasileira

de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) estima que a geração distribuída deve saltar de 4,4 para 8,3 gigawatts. Os investimentos nessa área, de consumidores e fabricantes, devem chegar a R\$ 17,2 bilhões. "Antes, falávamos que era uma energia do futuro, mas já se tornou uma energia do presente", diz Bárbara Rubim, vice-presidente da Absolar.

EFICIÊNCIA PARA PROTEGER E INFORMAR

Compre o Correio e leve uma máscara PFF2 N95 a mais eficiente para proteção contra o Coronavírus.

JORNAL + MÁSCARA R\$ 2,50

23/07 SEXTA-FEIRA

Entrega a partir de R\$ 10,00 em QR Code ou aplicativo

FLEX MAKER CUIDANDO DE VOCÊ

Correio

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2021 – SRP O Pregoeiro do Município de Maracás - BA, realizará licitação nº 894077 - Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2021, no dia 29/07/2021 às 08:30h, para aquisição de 10 (dez) aparelhos celulares novos, destinados a uso nas Unidades de Saúde da Família para monitoramento aos pacientes suspeitos e positivados da COVID-19, através do Sistema de Registro de Preço, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. Edital disponível nos sites: www.maracas.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações T: (73)3533-2121 - ANTONIO LUIZ NUNES GOMES - Pregoeiro.

SINDILEITE-BA - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO LEITE DO ESTADO DA BAHIA
AVISO - ELEIÇÕES SINDICIAIS
Será realizada no dia 23 de agosto de 2021, no horário das 9 às 18 horas, por sistema de votação online, a eleição para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto ao Conselho de Representação da FIEB do SINDILEITE-BA, devendo o registro de chapas ser apresentado à secretaria do Sindicato, no horário das 9 às 18 horas, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste aviso, através do e-mail: sindileite@ieab.org.br. O Edital de Convocação encontra-se afixado na sede deste Sindicato. Salvador, 19 de julho de 2021. Ass: Paulo José Cintra Santos - Presidente.

ECONOMIA

FREIO NO PETRÓLEO
400MIL

barris a mais por dia é o aumento da produção acordada ontem entre os países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opec) e seus aliados, liderados pela Rússia, entre agosto deste ano e dezembro de 2022. O objetivo é conter a alta no valor da commodity que interfere, inclusive, no preço da gasolina cobrada no Brasil.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR- DESAL															
CNPJ Nº 63.242.473/0001-15															
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO									
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019						EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019									
ATIVO		2020		2019		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(NOTA)		2020		2019			
CIRCULANTE						PASSIVO				RECEITA OPERACIONAL					
DISPONIBILIDADE		2.715.393,07		2.658.626,79		CIRCULANTE				RECEITAS DE SERVIÇOS E PRODUTOS		12.501,37		38.509,60	
BANCOS O MOVIMENTO		-		12,25		FORNECEDORES		11		69.296,40		68.350,80		345.731,96	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		3		2.715.393,07		PARCELAMENTOS		8,1		303.310,47		-		-	
CREDITOS		5.849.763,31		6.848.847,71		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS		9		-		-		-	
IMPOSTOS A RECUPERAR		4		39.340,02		OBRIGAÇÕES FISCAIS		-		-		-		-	
ESTOQUES		5		5.810.423,29		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		-		372.606,87		1.264.801,82		-	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		8.565.156,38		9.507.474,50		NÃO CIRCULANTE									
NÃO CIRCULANTE						EXIGÍVEL									
REALIZÁVEL		6,1		611.258,60		PROCESSOS CÍVEIS / TRABALHISTAS		10		349.695,56		303.268,93		-	
DEPÓSITOS JUDICIAIS		6,2		65.607,17		FORNECEDORES		11		36.145,85		44.085,74		-	
CREDITOS A RECEBER		6,3		570.153,41		PARCELAMENTOS		8,2		190.565,79		256.315,83		-	
PERDAS COM DEVEDORES		6,3		(24.501,98)		TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-		576.407,20		603.670,50		-	
IMOBILIZADO		7,1		2.425.917,76		PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
MOBILIZADO EM OPERAÇÃO		7,2		7.349.712,71		CAPITAL SOCIAL		20.214.934,23		20.214.934,23		20.214.934,23		20.214.934,23	
DEPRECIACÕES ACUMULADAS		7,2		(4.923.794,95)		PREJUÍZOS ACUMULADOS		12		(9.561.615,56)		(9.480.487,24)		-	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.602.332,74		12.602.919,31		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-		11.602.332,74		12.602.919,31		-	
TOTAL DO ATIVO		19.867.489,12		22.110.393,81		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-		19.867.489,12		22.110.393,81		-	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019					
Historico	Capital Social	Reserva Aumento Capital	Reserva Lucros	Lucros Prejuizos Acumulados	Total Patrimonio Liquido
Saldo em 31/12/2019	20.214.934,23	-	-	(8.143.651,51)	11.744.449,99
Prejuizo do Exercício	-	-	-	308,19	(308,19)
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	(9.561.615,56)	10.653.318,67
Saldo em 31/12/2020	20.214.934,23	-	-	(9.561.615,56)	10.653.318,67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Administrativo: A Desal – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, se constitui pessoa jurídica de direito privado, criada pela Lei nº. 4343/91 de 23 de junho de 1991 e suas alterações, é regida pelas regras jurídicas do direito comum, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada a SEMAN – Secretaria de Manutenção da Cidade / PMS, tem por objetivos a elaboração de estudos e projetos, a industrialização e comercialização de empreendimentos em argamassa armada, construir, montar edificações e/ou equipamentos urbanos em geral, bem como, executar obras civis, tendo como meta participar ativamente e de forma eficiente, célere e com qualidade, das ações de intervenções urbanas na cidade em conjunto com os demais órgãos municipais e se reger pelo Estatuto Social e pela Legislação aplicável. Neste exercício foi administrada pelos Gestores: Diretor Presidente – Márcio de Souza Bastos, Diretor Administrativo / Financeiro – Isaac Lemos Peixoto Filho e Diretor de Operações – Daniel Sande Rodrigues da Costa. **2. Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis foram aplicadas de modo consistente na preparação destas demonstrações financeiras e estão descritas nas notas explicativas os principais impactos e fatos mais relevantes. **2.1 – Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC TC 1000-R1 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC TSP (orientações) no que se trata das empresas dependentes – aprovadas pelas Resoluções CFC nº 1.285/10 e 1.418/12, orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e considerando o custo histórico como base de valor, e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo dos ativos e passivos. **3. Aplicações Financeiras:** Valor aplicado na Caixa Econômica Federal no Fundo de Investimentos – Caixa FIC e Banco do Brasil – Giro Empresarial, ambos com resgate automático. **4. Impostos a Recuperar:** 4.1 – ICMS – Operações Normais - A Companhia possui crédito de ICMS acumulado, gerado substancialmente por aliquotas médias de entrada, superiores às aliquotas médias de saída ao longo dos últimos exercícios. Os créditos são acumulados no Estado da Bahia e estão sendo compensados a cada exercício. **4.2 – IRRF – Aplicações Financeiras -** A Companhia possui créditos de IRRF acumulados dos quatro trimestres de 2020, que será compensados em exercícios posteriores. **Composição do Valor:** ICMS a Recuperar 29.445,35; IRRF sobre Aplicações Financeiras 9.894,67; **Totais em 31/12/2020 39.340,02** **5. Estoque:** Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de produção e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas – Conforme Resolução CFC nº 1.292/2010, com os critérios estabelecidos pela NBC TG 01. **Demonstração do Estoque:** Grupos: Valores; Produtos Acabados 707.793,30; Material Obra 468.459,08; Material Direto Produção 4.085.805,69; Material Indireto Produção 2.119.946,85; Material Administrativo 336.418,57; **Totais em 31/12/2020 5.810.423,29** **6. Ativos Contingentes:** 6.1 – Bloqueios Judiciais- Valores contabilizados no montante de R\$ 65.607,17, referem-se aos bloqueios judiciais efetuados nas contas bancárias da empresa, relativos aos processos em trâmite na Justiça do Trabalho, até a solução dos litígios, nos quais a Desal figura como responsável subsidiária e estão assim representados; **Processos:** Varas Valores R\$; Diversos Processos Varas do Trabalho 65.607,17; **Totais em 31/12/2020 65.607,17** **6.2 Creditos a Receber:** Valores contabilizados no Ativo Não Circulante (Realizável) – Creditos a Receber no montante de R\$ 570.153,41, referem-se a valores com previsão de recebimento acima de 360 dias e com Ações Regressivas de Cobrança perante a Vara dos Feitos das Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador - Bahia. **Processos:** Varas Valores R\$; Diversos Processos Varas de Consumo 570.153,41; **Totais em 31/12/2020 570.153,41** **6.3 – Perda com Devedores -** Valores contabilizados no montante de R\$ 24.501,98, referem-se a créditos de difícil recebimento. A empresa avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta perda no valor recuperável, e se esse evento de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro. **7. Imobilizado / Depreciação:** 7.1 – Imobilizado – Grupos - O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações conforme quadro apresentado: **Imobilizado:** Valores Depr. Acumulada Líquido; Equipamentos de Informática 415.196,32 (335.323,33) 79.873,99; Equipamentos p/ Escritório 139.412,91 (139.412,91) -; Máquinas e Acessórios 2.398.815,52 (958.307,22) 1.440.508,30; Instalações Especiais 959,64 (959,64) -; Móveis e Utensílios 227.600,56 (227.600,56) -; Veículos 1.390.869,99 (1.390.869,99) -; Bem. em Imóveis de Terceiros 1.871.322,30 (1.871.322,30) 905.529,47; **Totais em 31/12/2020 7.349.712,71 (4.923.794,95) 2.425.917,76** Em outubro de 2016 a Desal através da Empresa INVESTOR CONSULTING PARTNERS, realizou os testes de redução ao valor recuperado dos ativos

(TESTE DE IMPAIRMENT) e apuro a vida útil residual dos bens, conforme CPC 1 e CPC 27, com os critérios estabelecidos pela NBR 14653-1: 2001, NBR 14653-2: 2011 e NBR 14653-5: 2006 da ABNT. Após os trabalhos avaliatórios, a INVESTOR concluiu que o valor líquido de venda dos ativos testados é superior ao valor residual contábil registrado, não podendo ser ajustado contabilmente conforme determina a legislação em vigor; a Desal deu continuidade aos trabalhos efetuados pela INVESTOR nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, obtendo como resultado a mesma situação apresentada anteriormente no final do exercício de 2020 contratamos empresa especializada para efetuar novo teste DE IMPAIRMENT sua conclusão se dará no exercício de 2021. **7.2 – Depreciação – Vida útil dos ativos -** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base na estimativa da vida útil dos bens, definida pela Instrução Normativa SRF nº. 1700/17 – Anexo III. A depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são leiloados por valores absolutamente imateriais. A vida útil aplicada aos bens é baseada conforme as seguintes taxas de depreciação: **Imobilizado:** Taxa de Depreciação Anos; Equipamentos de Informática 20% 10; Máquinas e Acessórios 10% 10; Móveis e Utensílios 10% 10; Veículos 25% 5; Bem. em Imóveis de Terceiros (Edificações) 4% 25; **8. Parcelamentos -** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Parcelamento do PAES/FGFN - Em 27/05/2009, foi editada a Lei nº. 11.941/09 que estabeleceu as condições para parcelamentos de débitos tributários federais. A Desal manifestou a sua adesão a esse parcelamento e desde novembro de 2009 recolheu os valores mínimos estabelecidos na Lei, em julho de 2011 os referidos parcelamentos foram consolidados em 180 meses, corrigido pela SELIC acumulada do período e mais 1% ao mês. Até dezembro de 2020, já foram pagas 129 parcelas, restando 51 a serem liquidadas no valor total de R\$ 259.862,19 em 31/12/2020, contabilizadas conforme composição abaixo: **Composição dos Valores:** Passivo Circulante Passivo Não Circulante; Parcelamento do PGFN - (Lei nº 11.941/09) 69.296,40 190.565,79; **Totais em 31/12/2020 69.296,40 190.565,79** Os valores constantes no Passivo Circulante, referem-se a vencimentos abaixo de 360 dias – (Curto Prazo) – Nota 8.1, e os valores do Passivo Não Circulante, referem-se a vencimentos acima de 360 dias – (Longo Prazo) – 8.2. **9. Obrigações Trabalhistas e Sociais:** Valores contabilizados no montante de R\$ 303.299,27, referem-se a provisão de férias até dezembro de 2020, e rescisões contratuais que aguardam decisão judicial para pagamento, estão assim apresentadas abaixo: **Obrigações:** Varas Valores R\$; Provisão de Férias 297.719,84; Rescisões Contratuais 5.579,43; **Totais em 31/12/2020 303.299,27** **10. Passivos Contingentes:** O saldo da conta Processos Cíveis/Trabalhistas no montante de R\$ 349.695,56, referem-se a processos em fase de discussão nas esferas judiciais. A Administração acredita, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, que as provisões para riscos, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões estão assim demonstradas: **10.1 – Processos Cíveis -** A Empresa é parte em duas ações cíveis, dentre as quais, foram movidos por fornecedores, referente a pedidos de indenização/pagamentos, com segue abaixo **Processos:** Varas Valores R\$; Diversos Processos Varas de Consumo 175.195,23; **Totais em 31/12/2020 175.195,23** **10.2 – Processos Trabalhistas -** A Empresa é parte em sete ações trabalhistas, sendo uma movida por ex-colaborador e seis movidas por prestadores de serviços, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e outros em razão da responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício, com segue abaixo: **Processos:** Varas Valores R\$; Diversos Processos Varas do Trabalho 174.500,33; **Totais em 31/12/2020 174.500,33** As provisões são revisadas trimestralmente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das ações cíveis e trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente. **11. Fornecedores – Longo Prazo:** Valores contabilizados no montante de R\$ 36.145,85, estão em conformidade com o Decreto nº. 24.172 de 22/08/2013, que regulamenta o pagamento das Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, foram apresentados no Longo Prazo, devido a previsão de liquidação ultrapassar 360 dias. **12. Prejuizos Acumulados:** Os prejuizos acumulados correspondem as composições acumuladas absorvidas pela Companhia dos exercícios anteriores em conjunto com o Resultado do Exercício. Os saldos destas contas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstrados como segue: **Prejuizos Acumulados:** Exercício / 2020 Exercício / 2019; Valores R\$ (9.561.615,56) (9.480.487,24) **13. Receitas de Transferências Governamentais / Outras Receitas Operacionais:** Receitas oriundas de transferências do tesouro municipal, no exercício de 2020 para custear as despesas provenientes da fonte – (1.00 Tesouro / Desal). Salvador, 31 de dezembro de 2020

Marcilio de Souza Bastos - Diretor Presidente
Isaac Lemos Peixoto Filho - Diretor Adm. Financeiro
Daniel Sande R. da Costa - Diretor de Operações

Antonio Figueiredo Filho - Auditor Interno
Roque Santana Lima - CRC-Ba nº. 189300-07
CPF nº. 358.498.605-25

Fábio Rios Mota - Presidente
Kaio Vinícius Moraes Leit - Secretário/Conselheiro
Ricardo Camilo Nunes - Conselheiro
José Luciano Santos Ribeiro - Conselheiro
Alessandro C. de Souza Bastos - Conselheiro

Manfredo Pires Cardoso - Presidente do Conselho
Paulo Ganem Souto - Secretário / Conselheiro
Zenor das Virgens Silva Neto - Conselheiro
Solange Araújo S. B. Carneiro - Conselheira
José Antônio R. Alves - Conselheiro
Luiz Antonio Vasconcelos Carneira - Conselheiro
Juraci Brito Magalhães - Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal da DESAL – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, sociedade de economia mista municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 63.242.473/0001-15 e Inscrição Estadual sob nº. 31.302.788-00, no exercício da competência prevista no art. nº. 163, inciso II e VII da Lei nº. 6.404/76, e em reunião realizada nesta data, às 08h30m (oito horas e trinta minutos), na sede da ZEMOP, por meio de videoconferência, através do aplicativo denominado Zoom, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e complementadas por Notas Explicativas e Índices do Balanço. Com base nos exames efetuados e considerando-o, ainda, o Parecer dos auditores independentes da empresa: EC Diferencial Auditores e Consultores Independentes – LTDA, apresentado **sem ressalvas**, e da recomendação do Conselho Fiscal da Desal, manifesta-se pela **aprovação** do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da empresa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Salvador, 23 de março de 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal da DESAL – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador, sociedade de economia mista municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 63.242.473/0001-15 e Inscrição Estadual sob nº. 31.302.788-00, no exercício da competência prevista no art. nº. 163, inciso II e VII da Lei nº. 6.404/76, e em reunião realizada nesta data, às 08h30m (oito horas e trinta minutos), na sede da ZEMOP, por meio de videoconferência, através do aplicativo denominado Zoom, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e complementadas por Notas Explicativas e Índices do Balanço. Com base nos exames efetuados e considerando-o, ainda, o Parecer dos auditores independentes da empresa: EC Diferencial Auditores e Consultores Independentes – LTDA, apresentado **sem ressalvas**, e da recomendação do Conselho Fiscal da Desal, manifesta-se pela **aprovação** do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da empresa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Salvador, 16 de março de 2021

Salvador/BA, 08 de março de 2021.

EC Diferencial Soluções e Qualificações
Auditores e Consultores Independentes - CRC/BA - 0068140-2
Claudia Regina Cardoso Lima - Contadora
CRC/BA - 022110/1 - CNAI - 4757
Francisco Silva de Souza - Contador - CRC/BA - 013346/0-1

Das Agências

REPORTAGEM

correio24horas@reddebahia.com.br

BRAÇO ARMADO DA FAROESTE

Delação Desembargadora diz que ex-chefe da SSP 'coagia e chantageava' adversários

A delação premiada da desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) Sandra Inês Rusciolli e de seu filho, o advogado Vasco Rusciolli, homologada em junho no âmbito da Operação Faroeste, menciona 68 pessoas que estariam envolvidas na venda de sentenças judiciais na Bahia e escreve o que, segundo ela, seria um órgão dentro do TJ "com o objetivo de coagir e pressionar" quem não aderisse ao suposto esquema. E mais: os delatores apontam o ex-secretário de Segurança Pública, o delegado da Polícia Federal Maurício Teles Barbosa, como o "braço armado" da organização criminosa.

A delação foi validada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Og Fernandes, relator do processo. Sandra Inês Rusciolli e Vasco Rusciolli estão em prisão domiciliar, com uso de tornozeleira eletrônica, desde setembro do ano passado. A colaboração tem 39 anexos ao todo. A edição de sábado do jornal Folha de S. Paulo apresenta detalhes da delação - o primeiro acordo deste tipo feito por uma desembargadora no país.

Segundo a Folha, na delação, a desembargadora aponta que o órgão do TJ-BA que seria responsável pela coação de adversários era o Gabinete de Segurança Institucional, braço da estrutura do tribunal que, segundo ela, contava com ajuda da chefia da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Ainda segundo a desembargadora e seu filho, a prática ilegal teria sido desenvolvida pelo ex-presidente da corte Gesivaldo Britto, com participação direta de Maurício Teles Barbosa.

Sandra diz que Barbosa tinha participação direta no gabinete, que servia como "braço armado e instrumento de coação e coerção contra quem contrariasse os interesses da organização criminosa. A magistrada ainda cita que sofria retaliações para dar decisões a favor do grupo liderado por Gesivaldo.

No início de julho, a PGR apresentou denúncia onde acusa Gesivaldo, Barbosa, e outras pessoas, de integrarem organização criminosa. O ex-presidente do TJ-BA também foi denunciado sob acusação da prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Em outro trecho da delação, segundo a Folha, a desembargadora diz que Maurício Barbosa "é daquele que faz a 'grampologia' todinha". "E depois faz chantagem com as pessoas", afirma Sandra Inês, fazendo referência a supostos grampos telefônicos feitos a mando do então secretário.

A denúncia, assinada pela subprocuradora-geral da República Lindora Araújo, afirma que Barbosa tinha con-



Desembargadora afirma que Barbosa servia como 'braço armado e instrumento de coação e coerção'

SSP/DIVULGAÇÃO

OUTROS ESCÂNDALOS QUE ENVOLVERAM O JUDICIÁRIO

● **Operação Naufrágio** Em novembro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal cumpriram busca e apreensão ligados a desembargadores do Ceará

● **Operação Expresso 150** Investigações apurava suspeita de vendas de sentença por desembargador do Ceará

● **Operação Cosme** Em novembro, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal cumpriram busca e apreensão ligados a desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas, em apuração sobre suposto recebimento de propina

● **Caso Lalau** Protagonista de um dos maiores escândalos do Judiciário, o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo Nicolau dos Santos Neto, que ficou conhecido como Lalau, foi condenado em 2006 com o ex-senador Luiz Estevão pelo desvio de quase R\$ 170 milhões do Fórum Trabalhista de São Paulo

Fonte: Folha de São Paulo

trole absoluto de investigações da Secretaria de Segurança Pública para garantir impunidade ao grupo de Adailton Maturino.

DELATADOS

Entre os citados pela delação de Sandra Rusciolli e Vasco Rusciolli, segundo a Folha de S. Paulo apurou com pessoas que têm conhecimento da investigação, estão 12 desembargadores do TJ-BA (incluindo uma aposentada) e 12 juizes. Três desses desembargadores ainda não haviam sido citados anteriormente na investigação. Além disso, são mencionados 15 advogados e 16 funcionários do TJ-BA.

Há ainda mais de uma dezena de filhos e parentes de magistrados e de investigadores que participaram, segundo a delação, de algumas das situações relacionadas na colaboração. Os delatores também citam ao menos um político com mandato no Congresso, empresários e agentes públicos como o ex-secretário Maurício Teles Barbosa.

Não necessariamente Sandra e Vasco tinham participação nos eventos relatados. A maioria dos anexos envolve

Vasco, que é formado em direito e admite ter atuado na negociação de venda de decisões. Segundo a reportagem da Folha, além de benefícios em uma eventual pena, ambos terão que entregar milhões à Justiça.

Parte da delação se dedica a esclarecer como foi formado um suposto esquema que envolvia o pagamento de propinas para decisões judiciais relativas a terras do oeste baiano, região conhecida por ser um polo de agronegócio, quais os seus integrantes e o modus operandi.

Oponto de partida para a Faroeste foram suspeitas de favorecimento judicial à grilagem em uma área de 366 mil hectares no extremo oeste do estado, próximo à divisa com o Piauí - por isso o nome da operação. O terreno tem cinco vezes o tamanho de Salvador.

Depois, descobriu-se que a área objeto de decisões supostamente compradas era próxima de 800 mil hectares. Como desde o início envolveu suspeita sobre desembargadores, que têm foro especial, a operação tramita no STJ.

Um dos interessados nesse terreno era o empresário

Adailton Maturino, conhecido como "falso cônsul", que está preso preventivamente.

OUTRO LADO

O advogado do ex-secretário Maurício Barbosa, Sérgio Habib, disse à Folha que o ex-gestor da Segurança Pública da Bahia não integrava organização criminosa e só instaurava inquéritos quando era solicitado, e nunca de ofício - ou seja, nunca sem provocação externa.

"Eles estão criando essa situação como uma forma de incriminar Maurício e isso vai ser provado dentro do processo. Não há esse Gabinete de Segurança Institucional, isso nunca existiu. Não há uma organização criminosa", disse o advogado.

A defesa de Gesivaldo disse ao jornal que não iria se posicionar porque não teve acesso à integralidade da delação e de outros documentos. O desembargador é apontado pela PGR como aliado do grupo do empresário Adailton Maturino, que ficou conhecido como "falso cônsul", já que se apresentava como cônsul da Guiné Bissau sem autorização do Itamaraty para exercer o cargo.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 19/07/2021	Página: 02

Tribuna

Reforma tributária

Hoje, às 19h, os deputados federais Claudio Cajado (PP-BA) e Celso Sabino (PSDB-PA) debatem, em live, a proposta de reforma tributária. O evento é produzido pela Câmara de Assuntos Tributários da Fecomércio-BA, com o apoio do Sebrae, e contará com a participação do presidente da Fecomércio-BA, Carlos Andrade, o coordenador do CAT, Bruno Branco, e o advogado da entidade, Sérgio Couto. A transmissão será pelo canal do Youtube "FecomercioBahia".

Recesso

A Câmara Municipal de Salvador entrou em recesso e retornará às atividades no dia 2 de agosto. Por lei, o legislativo entra em pausa sempre após a aprovação da Lei De Diretrizes Orçamentárias. A Casa aprovou o texto, que prevê uma receita de R\$ 8,3 bilhões, no último dia 7 de julho. No segundo semestre, os vereadores devem intensificar as discussões sobre o Plano Municipal de Cultura. O PLE 208/2021, que institui o Plano, está tramitando na Casa desde o dia 28 de junho.

Fundão

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AC) criticou ontem o fundão eleitoral de R\$ 5,7 bilhões aprovado pela Câmara. Segundo ele, "aumentar para 6 bilhões o Fundão Eleitoral em plena pandemia é imoral, ilegal e inconstitucional! A LDO burla, artificialmente, as regras orçamentárias para isentar do teto a farra dos partidos políticos! A população não aceita mais retrocessos! Lutaremos contra".

Novo fundão

O partido NOVO da Bahia emitiu, por meio do presidente Francisco Calmon, nota de repúdio ao novo "fundão" eleitoral aprovado na Câmara Federal. "Nada é tão ruim que não possa piorar. A LDO aprovada hoje demonstra a real prioridade dos congressistas. Fizeram a proeza de votar, com celeridade espantosa, o aumento dos recursos destinados às campanhas de 2022. Para eles, o triplo do fundão bilionário. Para o assalariado, apenas a correção salarial pela inflação (INPC). Definitivamente, a política no Brasil se tornou um balcão de negócios. O fisiologismo caminha a passos largos ante a ideologia. Sem cerimônia, um escárnio para com o pagador de impostos", criticou.

Tribuna

Financiamento

Empresas já podem solicitar financiamento pelo novo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) até 31 de dezembro. De acordo com a Receita Federal, 5,3 milhões de empresas têm direito ao crédito: 4,3 milhões integram o Simples Nacional e 1 milhão fora do regime simplificado. Um novo limite de R\$ 6,3 bilhões foi disponibilizado no início de julho deste ano pela Caixa para uma nova rodada de contratações de empréstimo pelo Programa. O valor de crédito pode chegar a R\$ 150 mil por empresa, somadas as operações contratadas anteriormente.

Rodovia

A recuperação da rodovia BA 130/650, que liga Ipiauí-Itagibá-Dário Meira beneficia cerca de 107 mil pessoas na região sudoeste. Entregue pelo governador Rui Costa ontem, a obra foi coordenada pela Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), com investimento de mais de R\$ 13 milhões e 42 km de extensão. "Além da estrada, onde foram investidos mais de R\$ 13 milhões, nós anunciamos uma nova escola estadual em Dário Meira, já tínhamos feito a reforma aqui da escola em Itagibá, e vamos ampliar com mais salas de aula, mais estrutura pro esporte, tudo para que a escola possa oferecer condições dignas para os alunos melhorarem o desempenho escolar", afirmou o governador.



Rui Costa

Indústria baiana

O deputado Alex da Piatã (PSD) sugeriu ao governador Rui Costa a criação de um programa para fortalecer a indústria baiana e a economia local, "ajudando as empresas aqui instaladas a manterem os empregos da população em meio às dificuldades criadas pela pandemia da Covid-19". O deputado pediu a alteração da Lei 14.275, de 12 de agosto de 2020, para tornar facultativa a aposição do selo Made in Bahia nos produtos fabricados no estado.



Alex da Piatã

Turismo

O setor de turismo brasileiro registrou em maio, último mês com dados consolidados, faturamento de R\$ 9,6 bilhões, 47,5% superior ao de maio do ano passado. No entanto, em comparação ao mesmo mês de 2019, antes do início da pandemia de Covid-19, houve redução de

31,2% no faturamento do setor. Os dados, divulgados ontem, são da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

bonito retrato na parede ating da campanha. Afinal, a primeira representante

Tribuna

Congresso Nacional permite emendas sem carimbo a bancadas

O repasse financeiro, que beneficia prefeitos, tem sido questionado por órgãos e técnicos de controle

ESTADÃO CONTEÚDO

Ao aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nesta quinta-feira, 15, o Congresso autorizou expressamente a transferência direta de recursos das emendas de bancada para que Estados e municípios apliquem em qualquer área, no ano eleitoral de 2022, sem fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU). Esse tipo de repasse – chamado de transferência especial – só é autorizado pela Constituição para emendas individuais, aquelas indicadas por deputados e senadores, e não para as emendas de bancada, formada pelo conjunto de parlamentares de um Estado. Técnicos classificaram o dispositivo aprovado como

inconstitucional.

Como o pagamento é feito diretamente para governos estaduais e municipais para uso livre, sem nenhum projeto ou convênio, esse tipo de emenda recebeu vários apelidos no Congresso: “sem carimbo”, “cheque em branco”, “farra do boi” e até “Pix orçamentário”. A possibilidade de bancadas abocanharem esse modelo foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro na LDO de 2021. O Congresso derrubou o veto, mas o impasse foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que julga uma ação protocolada pelo partido Novo. Neste ano, por exemplo, as transferências especiais somaram R\$ 1,99 bilhão e foram destinadas apenas para emendas individuais. Na prática, ampliar o modelo para as bancadas

deve aumentar o valor no próximo ano, período de eleições.

O repasse é questionado por órgãos e técnicos de controle. Afiscalização caberá aos procuradores e tribunais de contas locais, mas há dúvida sobre a efetividade do pentafino, já que, ao receber o recurso, o prefeito ou o governador não é obrigado a dizer para o governo federal onde gastará. Parlamentares, porém, argumentam que nesta modalidade o dinheiro é repassado mais rapidamente, sem entraves burocráticos. Além das controvérsias no modelo, a ampliação para as emendas de bancada tem um questionamento adicional: não estão previstas na Constituição. A aprovação por meio da LDO, um projeto de lei, é apontada como uma “cauda orçamentária” da proposta, ou

seja, uma regulamentação além dos limites estabelecidos para uma lei ordinária.

A transferência de recursos diretos é uma das alterações da LDO aprovadas pelo Congresso para irrigar redutos eleitorais no ano que vem, com regras mais flexíveis. Em outra mudança, os congressistas excluíram os dispositivos que evitariam a repetição de manobras feitas neste ano. A proposta enviada pelo governo eliminava a possibilidade de subestimar despesas obrigatórias, como é o caso das aposentadorias, para turbinar recursos de emendas parlamentares, que são de livre escolha pelos deputados e senadores. A alteração abre caminho para o mesmo ser feito na elaboração do Orçamento de 2022.



O CONGRESSO autorizou expressamente a transferência direta de recursos das emendas para que Estados e municípios apliquem em qualquer área

Tribuna

Bancada baiana se divide ao votar ampliação do 'fundão'

COLONISTA DO UOL

Desde o fim da votação de ontem no Congresso que aprovou o aumento do fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões, as redes sociais dos deputados passaram a ficar abarrotadas com críticas acaloradas. Mesmo tradicionais apoiadores expressam revolta com o posicionamento dúbio dos parlamentares, que fazem postagens criticando o chamado Fundão, mas votaram a favor. Na manhã de hoje, três das hashtags mais comentadas do Twitter tinham a ver com o tema. O movimento tem especial significado para a bancada bolsonarista, pois desde a campanha eleitoral as redes sociais são o seu principal meio de divulgação e comunicação com os eleitores.

Em várias postagens, Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), Carla Zambelli (PSL-SP), Bia Kicis (PSL-DF), Marco Feliciano (Republicanos-SP), Osmar Terra (MDB-RS), Hélio Lopes (PSL-RJ), Carlos Jordy (PSL-RJ) e outros políticos do grupo são citados. Alguns tentam se explicar, mas em resposta recebem uma enxurrada de comentários de reprovação. O aumento do Fundão estava embutido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foi aprovada na Câmara por 278 votos a 145, e no Senado por 40 votos a 33.

Os internautas reclamam

que em várias publicações os políticos bolsonaristas costumam criticar o uso de dinheiro público para financiar campanhas eleitorais, mas acabaram votando para triplicar o valor dos recursos. Outra crítica é que antes de votações importantes, esse grupo de parlamentares costuma mobilizar os seguidores para subir hashtags com alertas nas redes sociais, mas dessa vez ficaram em silêncio. Os parlamentares argumentam que não queriam prejudicar o governo adiando a votação da LDO.

Veja como votaram os deputados baianos.

Votaram sim: Abílio Santana (PL); Adolfo Viana (PSDB); Antonio Brito (PSD); Arthur Maia (DEM); Cacá Leão (PP); Charles Fernandes (PSD); Cláudio Cajado (PP); Igor Kannário (DEM); João Carlos Bacelar (PL); José Nunes (PSD); Leur Lomanto Júnior (DEM); Márcio Marinho (Republicanos); Otto Alencar Filho (PSD); Paulo Magalhães (PSD); Raimundo Costa (PL); Ronaldo Carletto (PP); Tia Eron (Republicanos); Tito (Avante).
Votaram não: Afonso Florence (PT); Alice Portugal (PCdoB); Daniel Almeida (PCdoB); Félix Mendonça Júnior (PDT); Jorge Solla (PT); Joseildo Ramos (PT); Lídice da Mata (PSB); Marcelo Nilo (PSB); Pastor Isidório (Avante); Professora Dayane (PSL); Valmir Assunção (PT); Waldenor Pereira (PT); Zé Neto (PT).

IR: quem ganha de R\$ 3,3 mil a R\$ 6,9 mil pagará mais

O CORREIO BRAZILIENSE

A proposta de reforma no Imposto de Renda vai tirar R\$ 10,7 bilhões da Classe C, pelos cálculos do tributarista e ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, apenas com a mudança no limite para a declaração simplificada.

O relatório preliminar manteve o limite de R\$ 40 mil de rendimentos anuais para a declaração simplificada. O desconto padrão de 20% era vantajoso para quem ganhava até R\$ 83,7 mil por ano, pelos cálculos de Maciel.

Com isso, quem tem salário entre R\$ 3,3 mil e R\$ 6,9 mil mensais será obrigado a fazer a declaração completa, e, portanto, pagará mais imposto do que atualmente. "Essas pessoas não vão ter mais esse benefício da declaração simplificada", disse Maciel, em entrevista ao Blog do Vicente.

De acordo com o especialista, o substitutivo do deputado relator Celso Sabino (PSDB-PA), apresentado aos líderes, prevê R\$ 25,15 bilhões de perda de receita com a atualização da tabela, ao elevar de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil o limite de isenção para a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Em compensação, a proposta estima um ganho de R\$ 10,69 bilhões com a restrição do imposto simplificado. Assim, segundo Maciel, haveria um "impacto líquido de R\$ 14,46 bilhões nas mu-

danças".

O ex-secretário da Receita Federal também criticou a redução da isenção para a tributação de dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil, em estudo pelo relator. "Isso vai acabar com a micro e pequena empresa, porque vai condenar aos sócios terem uma remuneração de um salário mínimo", alertou.

"Esse projeto é um torneio de ideias ruins", resumiu Maciel, ao comentar sobre os problemas da proposta original do Executivo e do relatório preliminar. "O curioso é que eles dizem que querem simplificar, mas, na verdade, querem acabar com a declaração simplificada, com o Simples e o lucro presumido", acrescentou.

De acordo com o ex-secretário da Receita, as propostas conseguem piorar o atual regime. "Se o governo quer tributar os mais super ricos, por que não criar um imposto sobre grandes fortunas? Esse seria o caminho mais correto, porque, querer tributar a distribuição disfarçada de lucros é voltar ao que era a Receita Federal quando eu assumi, que só fazia isso anteriormente e não tinha aumento de arrecadação", afirmou.

"O que vamos ter, a partir do ano que vem, será queda na arrecadação por conta dessas medidas. Esse projeto está sendo discutido em um âmbito de completa irresponsabilidade", frisou Everardo Maciel.

Tribuna

Preços de carne e ovos sobem e vão bater de novo inflação em 2021

ESTADÃO CONTEÚDO

Com a renda comprimida e o desemprego em alta, ter carne vermelha no prato pesará cada vez mais no bolso dos brasileiros. E o cenário não será diferente se a alternativa escolhida for o frango, os ovos ou a carne de porco. Especialistas projetam que a inflação para as proteínas vai superar a marca de 10% este ano, após já ter disparado em 2020. O aumento previsto para 2021 está bem acima da estimativa para a inflação oficial (IPCA), de 5,9%.

De acordo com a consultoria LCA, a maior alta neste ano continuará sendo no preço da carne de boi (17,6%), seguida da de porco (15,1%) e de frango (11,8%). Alternativa às carnes, o valor do ovo de galinha também deve subir (7,6%). Já a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) prevê um aumento nos preços do frango entre 10% e 15% já no fim de julho e início de agosto.

Essas previsões chegam num momento de queda de popularidade do presidente Jair Bolsonaro, que já reclamou em público do reajuste dos preços da carne, do arroz, do gás de cozinha e dos combustíveis.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin, as razões para o aumento da carne bovina diferem dos motivos para as outras proteínas. Enquanto os produtores de gado tiveram redução na produção e maior exportação, a culpa pelo preço maior do frango, do porco e dos ovos recai sobre os insumos para a criação dos animais.

De acordo com dados da Embrapa, os custos de produção em geral subiram 52,30%, para o frango, e 47,53%, para os suínos, nos últimos 12 meses. Matérias-primas para a ração, o milho teve alta de preços de 68,8% em 2020, enquanto a soja ficou 79,4% mais cara no atacado. As projeções para 2021 são de aumento de 39,8%, para o milho, e de 7,2%, para a soja.

Os produtores alegam que a única salda é o repasse dos custos para os preços ao longo da cadeia, até chegar às gôndolas dos su-

permercados. Santin explica que, até agora, os frangos comercializados na ponta foram criados, por exemplo, com o milho vendido a R\$ 50 a saca - valor que disparou para R\$ 90 nos últimos meses.

"Há um prazo de produção até chegar às prateleiras, agora que estão começando a chegar os frangos que estão comendo o milho mais caro. As empresas terão de repassar o preço ou, então, quebram", completou.

De acordo com o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Márcio Milan, em junho de 2020 as famílias gastavam em média R\$ 36,62 por mês com o consumo de frango. Com o aumento do preço do produto e a substituição da carne bovina, o gasto passou para R\$ 43,95 no mês passado.

"Há uma tendência de alta daqui para frente, mas esse aumento para chegar à ponta vai depender dos níveis de estoque de cada empresa. Os supermercados vão negociar exaustivamente os preços. Quando não conseguirem negociar mais, vão repassar para o consumidor", afirma.

SUBSTITUIÇÃO

Com o orçamento pressionado pela alta de preços dos alimentos, combustíveis e energia elétrica, entre outros itens, muitos brasileiros têm alterado a lista de compras. O pesquisador Thiago Bernardino de Carvalho, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo (USP), afirma que os cortes bovinos, mais caros, são trocados pela carne suína e pelo frango. No fim da cadeia de trocas, está o ovo de galinha. "O ovo é o destaque, porque é mais barato, só que a demanda está mais aquecida, e o custo de produção também subiu", completa.

Milan, da Abras, aconselha que os consumidores reforcem as pesquisas de preço e façam substituições, quando for possível. "Além disso, recomendamos comprar a quantidade necessária, não fazer estoque, porque, se todo mundo sair comprando, aumenta a demanda, e o preço sobe ainda mais."

Tribuna

Cobrança de laudêmio será extinta para imóveis em áreas da União

LILY MENEZES
REPORTER

Quem é proprietário de um imóvel vizinho à orla marítima poderá começar a respirar com um pouco mais de alívio. O Ministério da Economia irá extinguir a cobrança do laudêmio, taxa de 5% sobre o valor de uma construção situada nas chamadas "áreas de marinha", onde estão os terrenos pertencentes à União, especialmente à Marinha do Brasil. A decisão já tinha sido sinalizada pelo presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido), estimando que 600 mil pessoas em todo o Brasil seriam beneficiadas com o fim do tributo, que costuma dar dor de cabeça para quem precisa fazer transações com o imóvel: sem o pagamento, não é possível fazer a documentação

necessária para passá-lo ao novo proprietário. A iniciativa é parte do programa SPU+, de responsabilidade da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), com o intuito de modernizar e regularizar os imóveis de sua titularidade. As ações prometem dar um fôlego de R\$ 110 bilhões na economia brasileira até 2022. Como fica no litoral, Salvador também será beneficiada com a extinção de cobrança do laudêmio, que já tem pelo menos cento e cinquenta anos de história.

MAISTAXAS

Para determinar se uma área é 'de marinha', é levada em conta a média de marés mais altas do ano de 1831, demarcando a linha do mar; assim, todos os terrenos que ficarem até 33 metros de distância da faixa litorânea sofrem a taxa. Algumas exceções são os terrenos pertencentes à Igreja Católica e às prefeituras dos municípios. Na capital baiana, cidadãos com construções em ruas da Cidade Baixa e da região da Orla precisam fazer o pagamento. Os repasses recebidos pela cidade por parte da União pela cobrança do laudêmio chegaram perto da cifra de R\$ 2 milhões. Para moradores e donos de comércio que possuem propriedades próximas à praia, ter de pagar o tributo é uma afronta. "É um absurdo. Espero que isso (o fim da cobrança) realmente aconteça, porque já bastam os outros tributos", desabafa a vendedora Maria das Dores, dona de uma casa localizada nas proximidades da Praça Dodó e Osmar, no Bonfim. Ela se refere a duas taxas também pagas por quem tem construções à beira-mar: o toro, que custa 0,6% do valor do imóvel, e a taxa de ocupação, que custa mais 2% ao proprietário. Até então, a

justificativa para a cobrança é "assegurar à Defesa Nacional e à população acesso livre ao mar e às áreas litorâneas", segundo a União.



Foto: Romildo de Jesus

ORLA

Ministério vai extinguir taxa de 5% sobre valor de construção na área da marinha

As ações para o fim do laudêmio serão iniciadas nos bairros do Leme e em Copacabana (RJ), mas a expectativa é de que até o ano que vem todos os Estados brasileiros estejam livres da cobrança, que para especialistas da área imobili-

INTERESSE

ária e advocacia seria como uma espécie de 'grilagem legalizada', visto que mesmo quem tem propriedades mais distantes da praia foi atingido. Na prática, a extinção da cobrança será vantajosa para o cidadão, sobretudo por reduzir a burocracia nas transações de compra e venda. "As taxas desvalorizam os imóveis", defendeu o presidente do Conselho Regional de Corretores Imobiliários da Bahia (Creciba) Samuel Prado. Entretanto,

para se livrar do laudêmio, o proprietário da construção deverá manifestar interesse na parcela de 17% que pertence à União, preenchendo a Proposta de Manifestação de Aquisição (PNA) no site disponibilizado pelo Governo Federal (imoveis.economia.gov.br) com prazo de retorno sobre a possibilidade de venda pela SPU em até 60 dias. Os preços sugeridos devem levar em conta as avaliações dos imóveis.

para se livrar do laudêmio, o proprietário da construção deverá manifestar interesse na parcela de 17% que pertence à União, preenchendo a Proposta de Manifestação de Aquisição (PNA) no site disponibilizado pelo Governo Federal (imoveis.economia.gov.br) com prazo de retorno sobre a possibilidade de venda pela SPU em até 60 dias. Os preços sugeridos devem levar em conta as avaliações dos imóveis.

Tribuna

Bahia luta contra praga que atinge o cacau

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Um dos maiores produtores nacional de cacau com uma área de 450 mil hectares plantados e uma produção anual de 100 mil toneladas, a Bahia, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), elaborou uma nota técnica que estabelece ações estratégicas como medidas de prevenção para o impedimento da chegada da monilíase, doença causada pelo fungo *Moniliophthora roreri*, ao estado. A praga, recentemente descoberta em um município do interior do estado do Acre, é capaz de trazer grandes prejuízos à produção baiana, afetando especialmente plantações de cacau e cupuaçu. Até então, o fungo já havia sido encontrado em todos os países produtores de cacau da América Latina, exceto o Brasil.

Como estratégia de evitar a possível chegada da doença no estado, na última quinta-feira (15) foi publicada no Diário Oficial do Estado uma portaria com instruções normativas da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura para a prevenção à praga. Ficaram estabelecidas as seguintes medidas: criação de um grupo gestor; fortalecimento institucional da SEAGRI e da ADAB quanto a infraestrutura e pessoal; intensificação dos levan-



Foto: divulgação

PLANTIO

Doença recém-descoberta pode trazer prejuízos à produção cacauera

tamentos de detecção de monilíase em todo território; intensificação da fiscalização do trânsito vegetal de cacau e cupuaçu; trânsito de mudas e sementes no estado somente com nota fiscal e termo de conformidade; proibição da entrada na Bahia de frutos, sementes, mudas e hastas provenientes do Acre; uso de EPI [Equipamento de Proteção Individual] e coleta de amostra; educação sanitária entre outras medidas.

"Já era esperado chegar ao Brasil porque ela [monilíase] estava se aproximando 100km por ano. É uma praga que causa um dano econômico muito significativo, sobretudo pelo poder que ela tem de adaptação as mais variadas temperaturas. Então, por orientação do governador Rui Costa nós estamos tomando todas as medidas necessárias para evi-

tar que essa doença, que até agora há apenas notificação desse caso isolado no Acre, não chegue ao nosso estado", disse o secretário de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, João Carlos Oliveira. Ainda segundo o secretário, a criação do Grupo Gestor de Prevenção à Monilíase será de fundamental importância para traçar demais ações de prevenções no estado da Bahia. O secretário confirmou ainda que na próxima terça-feira (20) irá a Brasília para discutir com o Ministério da Agricultura outras medidas preventivas.

ORIENTAÇÃO

Na nota técnica divulgada pela SEAGRI, a pasta orienta que no caso de encontrar qualquer sintoma semelhante com a característica principal da Monilíase (formação de grande quantidade de um pó branco que se desprende facilmente do fruto), a orientação técnica é a não retirada de material vegetal (frutos), isolamento da área e comunicação imediata aos órgãos oficiais de defesa. A monilíase uma vez instalada nas plantações pode comprometer até 100% da produção.

Cotações Agropecuárias

PRACA	PECUÁRIA	UNIDADE	PREÇO
EUNÁPOLIS		ARROBA	(à vista) 290,00
FEIRA DE SANTANA		ARROBA	(à prazo) 300,00
ITAPETINGA		ARROBA	(à prazo) 295,00
ITAMARAJU		ARROBA	(à prazo) 295,00



Governo do Estado publica licitação para construir hospital com 220 leitos no Extremo-Sul baiano

17 julho 2021



Foi publicado no Diário Oficial deste sábado (17), a licitação do Hospital Regional Costa das Baleias (HRCB), que será erguido no município de Teixeira de Freitas, com inauguração prevista em 2022. Com o investimento estimado em R\$ 180 milhões entre obras e equipamentos, a nova unidade hospitalar terá 220 leitos, incluindo UTIs, e será referência para mais de 840 mil habitantes do extremo-sul da Bahia.

O secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, detalha que será um hospital estadual de alta complexidade, com destaque para as áreas de oncologia, cardiologia, neurologia e traumatologia-ortopedia. “Na área de neurocirurgia, a unidade ofertará um dos mais completos serviços de neurologia do interior da Bahia, realizando cirurgias de aneurismas, tumores e procedimentos intervencionistas, como embolizações e implante de stents. Já procedimentos relacionados à cardiologia intervencionista, a exemplo angioplastia, cateterismo e implante de marca-passo serão realizados sem a necessidade de transferência do paciente para Salvador”, afirma Vilas-Boas.

Um dos diferenciais desse projeto é uma equipe especializada no atendimento a pacientes com casos isquêmicos, hemorrágicos ou acometidos por ataque isquêmico transitório na fase aguda, ofertando tratamento trombolítico venoso, reabilitação precoce e investigação etiológica completa.

A edificação terá mais de 14 mil m² e contará com equipamentos de última geração, como ressonância magnética, tomografia computadorizada, sala de hemodinâmica, mamografia, ultrassonografia, além laboratório para análises clínicas.

De acordo com o secretário, “quando entrar em funcionamento, o Hospital Regional Costa das Baleias substituirá o atual hospital municipal de Teixeira de Freitas, que já não consegue absorver a demanda da região”, afirma Vilas-Boas.

Fonte: Ascom/ Sesab

mercado

Máquina federal tem enxugamento inédito de servidores e de gastos

Taxa de reposição de funcionários públicos que se aposentam é a menor da série histórica

Fernando Canzian

SÃO PAULO A máquina pública federal clássica no Brasil, que inclui ministérios, fundações e agências reguladoras, além de órgãos tradicionais como INSS, IBGE, Ibama e Inra, entre outros, passa por uma fase inédita de enxugamento.

A taxa de reposição dos funcionários que se aposentam é a menor da série histórica. Na média dos últimos três anos, apenas 11,6 mil novos servidores foram contratados.

Participam hoje dessa engrenagem 208 mil servidores públicos estatutários. No auge, em 2007, eles eram 333,1 mil, com direito a estabilidade e planos de progressão automática em suas carreiras, segundo dados do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), do governo federal.

A diminuição se acentuou nos últimos anos, com a aprovação do teto de gastos, em 2015, e no governo Jair Bolsonaro, que restringiu as contratações e congelou os vencimentos dos servidores.

A partir do governo Michel Temer (2016-2018), que instituiu o teto, houve redução no ritmo de aumento da despesa anual com servidores.

No governo Bolsonaro, de modo inédito, a despesa com servidores civis na ativa está caindo, embora o presidente acene com algum reajuste antes da eleição, em 2022, e tenha dado aumento aos militares, sua base de apoio, a partir de 2019.

Os salários e encargos do funcionalismo federal civil ativo e inativo neste ano somam R\$ 335,4 bilhões, R\$ 2 bilhões a menos do que no primeiro ano de Bolsonaro, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional corrigidos pela inflação.

Nos últimos sete anos, áreas importantes como Ministério da Saúde, INSS, IBGE e Ibama perderam de um terço até a metade dos servidores.

"A máquina federal foi obrigada a ganhar mais eficiência e a se informatizar, compensando a falta de pessoal em algumas áreas", afirma Cláudio Hamilton dos Santos, economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão que perdeu 30% dos servidores em sete anos.

Outras áreas importantes, como o Ibama (4,2% funcionários em sete anos) e o INSS (52%), no entanto, têm registrado gargalos. A fila de pedidos para aposentadoria e outros benefícios no INSS chega a 1,1 milhão de pessoas, incluindo mais de 400 mil com restrições na documentação.

"A não reposição neste momento se explica pela expectativa de aprovação da reforma administrativa, que possibilitaria contratar servidores com regras menos rígidas do que as atuais, que incluem es-

tabilidade, salários iniciais elevados e progressões automáticas na carreira", diz Santos.

O encolhimento da máquina acelerou durante a tramitação da reforma da Previdência, aprovada em 2019, e que levou a uma onda de aposentadorias no setor público.

Nos últimos sete anos, o total de inativos na folha de pagamento federal saltou de 384,2 mil para 426,5 mil.

A única área do governo federal que cresceu no período, mas que não participa diretamente da máquina administrativa, é a das universidades e institutos técnicos federais.

Voltado à educação e à formação técnica, o setor cresceu a partir do início do governo Dilma Rousseff, em 2011, ganhando cerca de 30% mais servidores estatutários desde então.

Para Simon Schwartzman, pesquisador associado do Instituto de Estudos de Política Econômica e ex-presidente do IBGE, houve inchaço além do necessário nessa área, em termos de pessoal estatutário, além de desvirtuamento, à medida em que muitos institutos técnicos passaram a atuar como facultades.

Em sua opinião, muitas das contratações, sobretudo de pessoal administrativo, poderiam ter sido feitas via organizações sociais (OS) ou em regime de CLT, a exemplo de escolas técnicas estaduais, como as Fatecs e Itecs paulistas.

Universidades e institutos técnicos federais têm hoje 269,7 mil funcionários, mais do que a máquina pública federal tradicional (208 mil), que toca o dia a dia do país.

"Os institutos federais passaram a ser um equívoco, com pressões para que se tornem universidades, com gastos concentrados em salários, mas com pouca verba de custeio e equipamentos em mal estado", diz Schwartzman.

Somando-se os funcionários da máquina pública clássica e os das universidades e institutos técnicos, o Brasil tem hoje 477,8 mil servidores permanentes na ativa. Mesmo assim, eles são 10% menos do que há sete anos —sobretudo devido ao enxugamento da máquina tradicional.

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998), diz que o aumento da oferta de cursos técnicos foi positivo. "Mas é pena que isso tenha sido feito via servidores estatutários."

Em sua opinião, é fundamental que o Brasil reduza a diferença nas vantagens e na remuneração dos funcionários públicos em relação aos privados.

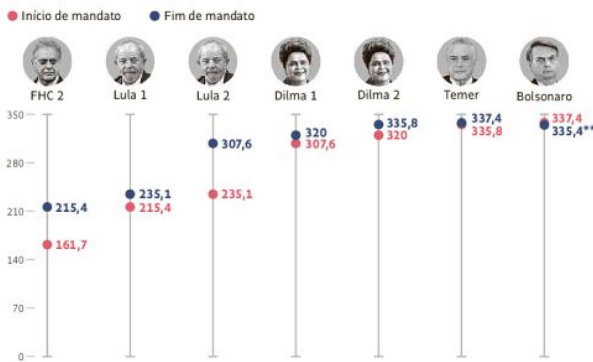
Segundo o relatório "Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" (2017), do Ban-

Executivo federal encolhe de maneira inédita

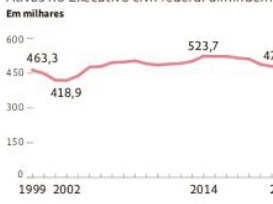
Gasto com servidor diminui e total de ativos cai

Quem mais aumentou despesa com servidor

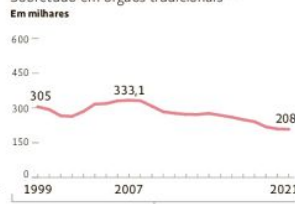
Gasto do Executivo federal, em R\$ bi*



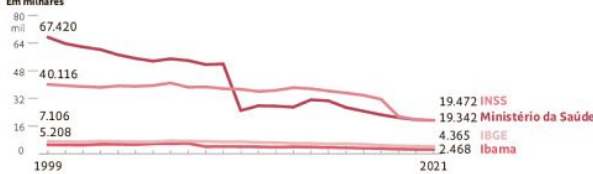
Ativos no Executivo civil federal diminuem



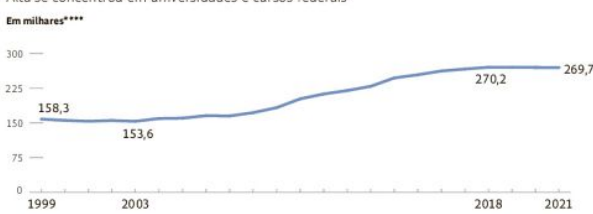
Sobretudo em órgãos tradicionais***



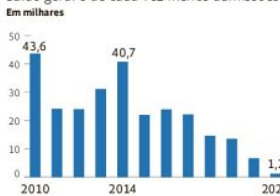
Em milhares



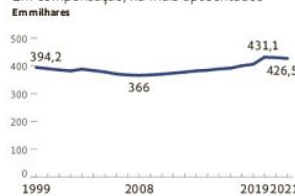
Alta se concentrou em universidades e cursos federais



Saldo geral é de cada vez menos admissões



Em compensação, há mais aposentados



co Mundial, o prêmio salarial para os servidores federais no país, na comparação com seus equivalentes (inclusive por escolaridade) no setor privado chega a 67%. A diferença é menor para os servidores estaduais (31%) e irrelevante no caso dos municipais.

O Banco Mundial enfatiza que o Brasil não apresenta necessariamente um número excessivo de funcionários públicos na comparação internacional, mas que o problema são as vantagens que eles têm em relação aos demais trabalhadores.

Para Roberto Olinato, ex-presidente do IBGE, o ideal seria que muitas áreas do setor público tivessem um corpo estatutário protegido pela estabilidade, servindo de núcleo, e que contratasse outros funcionários de modo mais flexível.

Na prática, com o enxugamento da máquina, isso já vem ocorrendo em algumas áreas. No IBGE, cerca de 5.000 funcionários são contratados há mais de uma década por períodos máximos de três anos para realizar pesquisas.

"Mas há carência de concursos em áreas estratégicas. Em 2018, tentei abrir 1.800 vagas para repor pessoal. Não consegui", afirma Olinato.

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper, afirma, porém, que a contenção nos aumentos de salários e nas contratações não deve ser sustentável. "Isso anda em ondas, com dois ou três anos de represamento para depois haver uma recomposição", diz. "A pressão por reajustes refluíu diante da prioridade no combate à Covid, mas tende a voltar com força no ano eleitoral."

Na quinta (15), a Comissão Mista de Orçamento aprovou o relatório do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022. Nele, foi mantido dispositivo que autoriza o governo a conceder, se quiser, reajuste a servidores federais no ano que vem.

Segundo Luís Cláudio de Santana, secretário de Comunicação do Condesef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), vários setores do funcionalismo já se organizam para pleitear aumentos em 2022.

Com o slogan "Cancela a Reforma Já", o Condesef é contra a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro, que prevê, entre as mudanças, o fim da estabilidade para novos servidores.

"O que deveria estar em discussão é como melhorar a eficiência do serviço público", afirma Santana.

"Existem 255 carreiras e planos de cargos e 321 tabelas salariais. Isso é ineficiente e desnecessário, mas não é o que está sendo discutido na reforma, que deixaria isso para depois, via projeto de lei."

Governo atrasa início de programa de emprego para jovens

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA Citado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) desde abril, o novo programa para estimular o emprego para jovens e informais ainda não tem data para começar.

Técnicos da pasta queriam lançar a medida em junho, para que o chamado BIP (Bônus de Inclusão Produtiva) já fosse pago no segundo semestre. No entanto, a fonte de recursos para financiar o programa em 2022, que atingiria o Sistema S, é alvo de disputa.

Em maio, Guedes também sinalizou essa intenção. "Nos temos recursos para este ano. Mas, em vez de lançar um contrato de seis meses, nós estamos tentando arrumar já fonte no ano que vem para que seja um contrato de um ano pelo menos", afirmou.

O governo tenta agora usar uma proposta já em tramitação no Congresso para aprovar o programa, mas, no melhor dos cenários, isso só deve virar lei no fim de agosto.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar o motivo de a medida ainda

não ter sido implementada.

O plano já mencionado pelo ministro prevê a criação do BIP e do BIQ (Bônus de Incentivo à Qualificação), ambos pagos ao trabalhador em treinamento. Com isso, o valor recebido seria de R\$ 550 por mês. O BIP pelo desenho em elaboração, seria pago pelo governo. Já o BIQ era a parcela da empresa. Esse mesmo modelo foi incluído numa MP (medida provisória) trabalhista que tramita no Congresso. A MP é relatada pelo deputado do Christino Azeite (PP-RJ) e, por causa do recesso do Legis-

lativo, só volta a ser discutida na Câmara em agosto.

Segundo Azeite, a proposta prevê recursos do Orçamento para o BIP até o fim do ano —por causa da pandemia, há formas mais flexíveis de conseguir verba em 2021. A partir de 2022, o plano, elaborado pelo deputado junto com técnicos da Economia, é usar recursos do Sistema S para bancar o bônus de qualificação.

No entanto, há um impasse, e essa ideia gerou críticas no Congresso. Desde o início do governo Jair Bolsonaro, os recursos do Sistema S são alvo

da equipe econômica, mas o time de Guedes não tem conseguido mexer nessas verbas, provenientes de contribuições pagas pelas empresas.

Recentemente, em reuniões internas sobre a reforma tributária, o ministro reconheceu a interlocutores que seria muito difícil promover um corte nas verbas do Sistema S por considerar que o dado de imagem ao governo seria grande. Os órgãos do sistema são responsáveis por treinamentos de trabalhadores. A ideia de fazer uma tesourada desses recursos foi conside-

rada arriscada diante do lobby organizado das entidades.

Por isso, Guedes passou a dizer que tentaria, amigavelmente, fazer com que essas entidades colaborassem com o financiamento do novo programa para qualificar jovens.

O presidente do Sebrae, Carlos Melles, diz ter participado de reunião recente com Guedes na qual teria afirmado estar disposto a ajudar o governo oferecendo cursos, além de liberar eventual margem de recursos aberta por aumento de arrecadação.

Continua na pág. A16

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelisa@grupofolha.com.br

Carteira

Mais de 75% do valor dos dividendos e JCP (Juros sobre Capital Próprio) distribuídos por empresas de capital aberto em 2020 foi pago por apenas 24 companhias. Os proventos dessas empresas somam cerca de R\$ 100,7 bilhões, segundo dados da Economática analisados pela FGV a pedido do Painel S.A. "Mostra o quanto nosso mercado é concentrado. Esse grupo representa só 10% das companhias da Bolsa que fizeram os pagamentos", diz Henrique Castro, professor da FGV-SP

RECUO A remuneração de acionistas por meio da distribuição de dividendos entrou no foco no debate com as mudanças na taxação propostas na reforma do IR. Após uma onda de queixas do empresariado, o relator Celso Sabino aceitou com alterações na faixa de isenção e na tributação entre empresas do mesmo grupo.

MAPA "As empresas estão reclamando, mas a proposta de tributar dividendos não é algo esdrúxulo. Os países, em geral, vão na ideia de que deveria tributar essa renda, que é um rendimento", afirma Castro.

COFRE As 24 maiores pagadoras que lideraram o levantamento distribuíram ao menos R\$ 1 bilhão cada em 2020 aos acionistas, pessoas jurídicas ou físicas. As maiores remunerações foram feitas por Vale, Itaú, Santander e Ambev, conforme a Economática. Das 395 companhias com balanços disponíveis, 239 distribuíram dividendos e JCP no ano.

PADRÃO Segundo o professor, 35 empresas que tiveram lucros negativos no ano passado ainda assim distribuíram dividendos. "Elas mantiveram algum nível de pagamento porque os acionistas provavelmente estão acostumados com um fluxo de recebimento. Não pagar poderia afetar a atratividade e ter impacto sobre o preço da ação", diz.

EFEITO COLATERAL O governador de São Paulo, João Doria, ironizou o interesse do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello por vacina mais cara. "O governo Bolsonaro vai demonstrando que, além de negociacionista e inoperante, quis trocar a vacina de US\$ 10 por vacina de US\$ 30. É isso que dá tomar cloroquina", disse Doria à coluna Painel S.A.

ANTICORPO Como revelou a Folha, Pazuello prometeu a intermediadores comprar 30 milhões de doses de Coronavac por US\$ 28 a dose, quase o triplo do negociado pelo Instituto Butantan, de US\$ 10 por dose. Após a revelação do caso, Dimas Covas, diretor do Butantan, disse que o ministério sabia que o laboratório ligado ao Governo de SP é o único autorizado a comercializar Coronavac no Brasil.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES

JUROS
Jul., em % ao mês | Mínimo Máximo
7,73 8,00 3,89 7,89

Cheque especial
Empréstimo pessoal
Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência junho
Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Doras de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recebe por conta própria venceu em 15 jul.

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00

Assalariado
Até R\$ 1.100 7,5%
De R\$ 1.100,00 a R\$ 2.203,48 9%
De R\$ 2.203,49 a R\$ 3.305,22 12%
De R\$ 3.305,23 a R\$ 6.433,57 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 jul. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

APLIQUE A Coala, fabricante de produtos de limpeza conhecida pelas essências de eucalipto, começa a competir no mercado de cosméticos e pets. A empresa criou uma linha de beleza, com xampus, condicionadores e hidratantes, e outra de produtos para a higiene de cães e gatos.

ENXÁGUE Suzana Meneghetti, diretora-executiva da empresa, diz que a meta é atrair consumidores jovens e o público masculino. Hoje, mais de 90% dos clientes são mulheres acima dos 30 anos. O novo portfólio de beleza terá produtos para homens também. Com a mudança, passa a se chamar Grupo Coala do Brasil.

REPITA "Na parte de pet, já fazíamos vendas para petshops, e os pedidos por xampus e colônias vieram dos próprios consumidores e dos nossos representantes", diz Meneghetti. Ela prevê uma expansão de 20% no quadro de funcionários da Coala, que hoje tem cerca de cem profissionais.

CONTÁGIO Os pagamentos de indenizações por Covid no Bradesco Vida e Previdência somaram R\$ 323 milhões entre janeiro e junho, segundo a Bradesco Seguros. Foram cerca de 5.000 segurados no período, com maior presença (72%) de homens. Em 2020 inteiro, o total pago, para 2.000 pessoas, foi de R\$ 121 milhões.

FERMENTO O mercado de franquias projeta recuperação mais forte para o segundo semestre, reflexo da redução nas restrições de funcionamento e da vacinação, mas há outros efeitos derivados da própria pandemia, segundo André Friedheim, presidente da ABF (Associação Brasileira de Franchising).

TEMPO ABERTO Além de um bom momento para negociar aluguel, Friedheim diz que a pandemia acelerou tecnologias que reduziram o custo das operações, facilitando a atração de franqueados. Os negócios dos segmentos de saúde, alimentos e construção considerados essenciais já vinham entregando resultado mais favorável, mas as áreas de moda e restaurantes começam a reagir com aumento de receita e aberturas e novas unidades.

Governo atrasa início de programa de emprego para jovens

Continuação da pág. A15

No entanto, Melles diz ter sido pego de surpresa quando Aúreo apresentou o relatório da MP prevendo o deslocamento de um grande volume de recursos do Sistema S para bancar essa espécie de voucher aos trabalhadores.

O presidente da entidade afirma que as perdas para o orçamento do Sistema S podem chegar a 30%. Segundo ele, a proposta é inviável. "Dessa forma impositiva, fica difícil a gente aceitar. Essa proposta é irreal, quem fez não conhece o orçamento do Sebrae nem do Sistema S. Os recursos são muito comprometidos, não são programas só de um ano, são perenes", disse.

Uma reunião entre representantes das entidades e o relator da medida está prevista

“Essa proposta é irreal, quem fez não conhece o orçamento do Sebrae nem do Sistema S. Os recursos são muito comprometidos, não são programas só de um ano, são perenes”

Carlos Melles
presidente do Sebrae

para esta semana. No encontro, o grupo deve reforçar a oferta de participar do programa oferecendo cursos, e não abrindo mão de receitas.

A ideia do BIP foi publicada em fevereiro pela Folha, quando a equipe econômica tentou realizar mudanças na nova rodada do auxílio emergencial. O objetivo era que o pagamento fosse associado a um curso para os beneficiários, que, em sua maioria, têm baixo nível de qualificação.

Depois, o Ministério da Economia cedeu e autorizou a prorrogação do auxílio emergencial sem a exigência de curso. Desde então, o BIP passou a ser estudado como um formato de programa trabalhista para incentivar o emprego após a pandemia.

Segundo Guedes, o progra-

ma buscaria inserir no mercado de trabalho 2 milhões de jovens que hoje têm dificuldade para encontrar emprego por não terem experiência.

Nas negociações com Aúreo, o programa foi batizado de Requip (regime de qualificação profissional). Teria duração de três anos e seria voltado para pessoas entre 18 anos e 29 anos, ou desempregadas há mais de dois anos, ou beneficiários de programas federais de transferência de renda. Portanto, não é válido para menores de 18 anos.

No modelo mais recente proposto na MP, os contratos de qualificação poderão ser de até dois anos. O curso de qualificação poderá ser realizado nas unidades do Sistema S ou oferecido pela empresa que contratar o aprendiz.

Aposta em desoneração para aumentar receitas é questionada por analistas

Proposta em discussão na reforma tributária não possui evidência científica e pode deteriorar situação fiscal do Brasil, afirmam

Fábio Pupo

BRASÍLIA A aposta de que a desoneração de empresas vai estimular a arrecadação, formulada pelo relator da reforma tributária, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), em parceria com o ministro Paulo Guedes (Economia), se baseia em uma teoria questionada por analistas dentro e fora do Brasil.

Na terça (13), quando apresentou seu substitutivo preliminar para a reforma do Imposto de Renda, Sabino não só propôs um corte drástico na taxa de lucros e rendimentos de empresas a um custo anual de R\$ 30 bilhões nas contas públicas, como também usou os verbos "apostar" e "acreditar" para comentar o aumento de arrecadação.

Heather Boushey, co-fundadora do Washington Center for Equitable Growth e integrante do conselho de consultores econômicos do presidente americano, Joe Biden, afirma que a ideia de redução de impostos para incremento de receita não tem respaldo científico. "Se a noção de que o corte de impostos aumenta a receita parece ir contra a intuição, há uma boa razão: ela não é apoiada por pesquisas", diz em artigo.

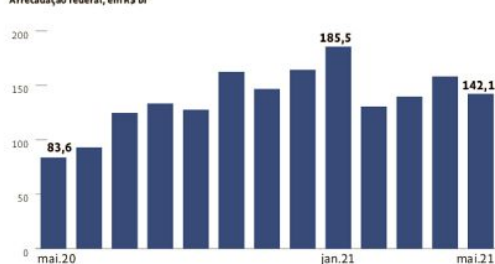
Analistas ouvidos pela reportagem compararam a premissa de Sabino com a teoria do economista americano Arthur Laffer, que trabalhou para o presidente Ronald Reagan nos anos 1980 — e, alguns anos antes, foi professor na Universidade de Chicago (onde Guedes estudou). Laffer defendia que os cortes de impostos gerariam tanto investimento e crescimento econômico a ponto de compensar seu custo. Porém, após Reagan cortar impostos, a receita tributária despencou.

Durante a presidência de Reagan, a dívida pública federal quase triplicou, fazendo os EUA passarem de maior credor para o maior devedor do mundo.

Bráulio Borges, pesquisador associado do FGV Ibre, afirma que, ainda que Laffer estivesse certo, os resultados imediatos seriam ariscados para um país como o Brasil. "A situação fiscal brasileira não comporta essa perda imediata com ganho ao longo de vários anos. Risco país e juros sobem, o câmbio deprecia mais, acaba atrapalhando

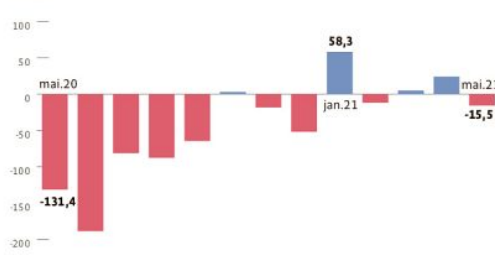
Arrecadação federal em alta

Arrecadação federal, em R\$ bi*



Resultado do setor público consolidado (governo federal, estados e municípios)

Em R\$ bi**



*já desconta a inflação **Valores correntes. Fonte: Receita Federal e BC

“Se a noção de que o corte de impostos aumenta a receita parece ir contra a intuição, há uma boa razão: ela não é apoiada por pesquisas”

Heather Boushey
co-fundadora do Washington Center for Equitable Growth e integrante do conselho de consultores econômicos do presidente dos EUA, Joe Biden

a inflação, tem uma série de efeitos de equilíbrio geral que parecem estar sendo ignorados nesse tipo de proposta.”

Simão Silber, professor de economia da USP (Universidade de São Paulo), afirma que não há garantia de que o empresariado use a economia em impostos para investir. Para ele, a proposta é fruto de pressão do setor privado.

As compensações previstas para a redução de impostos — em especial, o corte de subsídios — ainda precisam vencer lobbies empresariais no Congresso. Mesmo assim, deixaria um buraco de quase R\$ 30 bilhões na arrecadação anual de estados e municípios (que recebem parte das receitas federais).

Para Guedes, os R\$ 30 bilhões de impacto anual da reforma a partir de 2022 não preocupam “muito agora”. A lógica usada pelo ministro é que a arrecadação já está melhorando em 2021.

De fato, a receita tem regis-

trado valores acima do esperado pelo governo em 2021. A diferença entre o projetado agora e o calculado no Orçamento é de R\$ 157 bilhões.

Mas analistas ressaltam que a melhora tem ligação com fatores conjunturais, como o preço das commodities e o padrão de consumo na pandemia — mais voltado a bens, cuja taxa de imposto é, em geral, superior à de serviços. Preocupam também a crise energética e a persistência da Covid-19.

Pedro Schneider, economista do Itaú Unibanco, afirma que, passados esses efeitos transitórios, a arrecadação deve voltar a crescer a um ritmo mais próximo ao do PIB. Segundo ele, o ideal é que novas medidas orçamentárias sejam compensadas para que não seja interrompida a busca pelo equilíbrio fiscal.

Ao ser questionado sobre a proposta, o Ministério da Economia vem respondendo que o relatório ainda está sendo analisado.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17 a 19/07/2021	Caderno: Economia



Reforma do IR tem princípios corretos, mas pode se transformar em um monstro

Mesmo com uma alíquota mais baixa do IRPJ, é importante manter neutra a incidência do imposto entre empresas, com a mesma alíquota para todas

Affonso Celso Pastore, O Estado de S. Paulo

18 de julho de 2021 | 04h00

Apesar da melhora das projeções do **PIB** para 2021, o caminho à frente é muito difícil, com um crescimento desigual e um enorme contingente de desempregados.

Difícilmente teremos um ano calmo em 2022. Contudo, por algum tempo, a economia ainda vai se beneficiar do crescimento do comércio mundial e dos elevados preços de commodities, e há uma pausa temporária na percepção do risco fiscal.

Antes da aprovação do **Orçamento de 2021** existiam dúvidas sobre qual seria o furo no teto de gastos. Quando nas negociações entre o governo e a comissão de Orçamento se cogitou excluir os gastos com o **Bolsa Família** do cálculo do teto, o real chegou a R\$ 5,80/US\$. Ao final, o furo no teto ficou em R\$ 110 bilhões (R\$ 130 bilhões com a prorrogação da ajuda emergencial), mas ainda assim chegaremos a um déficit primário que, provavelmente, será inferior a 2% do PIB.

Tal resultado se deve à arrecadação tributária, que cresce em proporção ao PIB nominal, que conta com uma boa ajuda da inflação. Com a inflação anual em junho situando-se acima de 8%, o governo terá em 2022 um acréscimo de gastos em torno de R\$ 120 bilhões acima do que teria caso naquele mês a meta de inflação fosse atingida. Na visão questionável de alguns, isso aumentaria a probabilidade de cumprimento do teto de gastos em 2022, o que vem aliviando os prêmios de risco.

Finalmente, a relação dívida/PIB é o quociente entre a dívida nominal e o PIB nominal que, por causa da inflação, deverá ter um crescimento em torno de 15%, que é maior do que o aumento nominal da dívida, trazendo a relação dívida/PIB ao fim de 2021 abaixo da ocorrida em 2020. A isso se soma a esperança de que a relação dívida/PIB começaria a declinar antes de 2026, caso o governo cumprisse os limites impostos pelo teto de gastos e o PIB crescesse a 2% ao ano.

Um governo que ganhasse esse bônus temporário, e cujo objetivo fosse progredir na consolidação fiscal e em ações que estimulem o crescimento econômico com melhor distribuição de rendas, usaria o período mais calmo para avançar na agenda de reformas, e eu ainda não perdi a esperança.

Dentre as muitas reformas necessárias, está a do [Imposto de Renda](#). Embora a proposta recentemente enviada ao Congresso esteja fundamentada em princípios corretos, corre o risco de se transformar em um monstro no qual termine sem corrigir as distorções.

O caminho adotado pelos países maduros é o de uma alíquota mais baixa do Imposto de Renda sobre as empresas, porém tributando a distribuição dos dividendos, com o que estou de pleno acordo. Como a maior fonte de financiamento dos investimentos (em capital fixo e inovações) é a geração de recursos próprios através dos lucros, o governo deveria reduzir significativamente a alíquota do imposto para as empresas, fazendo-a tender ao nível internacional, com os acionistas pagando o imposto sobre os dividendos.

Porém, tão importante quanto isso é manter neutra a incidência do imposto entre empresas, com a mesma alíquota para todas. Minha convivência com grandes empresários e advogados tributários ensinou-me que há uma parafernália de formas, todas dentro da lei, através das quais grandes empresas têm um benefício que não é compartilhado com as demais.

Essa é uma distorção que teria de ser eliminada. A teoria do desenvolvimento econômico evoluiu, e hoje em dia sabemos qual é a importância das instituições políticas e econômicas, e como elas permitem o avanço da “creative destruction”, que é

o caminho através do qual as empresas geram as inovações que aumentam a produtividade.

Em *The Power of Creative Destruction*, Aghion, Antonin e Bunel mostram que, através do aumento da competição, as inovações mais recentes destroem os “rents” (excessos de lucros) das inovações anteriores. São as empresas novas, ainda pequenas, que para se tornarem grandes investem mais na geração de inovações. Porém, para preservar os rents de inovações antigas as empresas maiores e mais beneficiadas pelas alíquotas baixas usam todos os canais de influência para limitar a competição das novas empresas.

A alíquota baixa favorece os investimentos e a neutralidade entre empresas estimula os investimentos em inovações, elevando a produtividade. Reformas como esta são muito importantes, e esta, em particular, requer ajustes que devem ser precedidos de uma intensa discussão com base no bem comum, e não sob pressão de grupos de interesse.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 17 a 19/07/2021	Caderno: Economia



A proposta de reforma tributária é um ataque ao empreendedor brasileiro

Felipe Martins Passero*

17 de julho de 2021 | 12h30

Felipe Martins Passero. FOTO: DIVULGAÇÃO

Nas últimas semanas, quem trabalha com economia e investimentos não fala de outra coisa: a proposta de reforma tributária proposta pelo governo.

O projeto é populista e eleitoreiro. Sob o pretexto de combater a desigualdade, o projeto propõe a bitributação do setor produtivo. As empresas, que já pagam IRPJ e CSLL, teriam um imposto adicional, que se soma aos mais de 90 tipos de impostos no nosso país: o imposto sobre dividendos.

Hoje, somando IRPJ e CSLL, uma empresa paga 34% de imposto sobre seu lucro. Pela proposta, o IRPJ cairia de 15% para 10%, enquanto a CSLL se manteria inalterada. Desta forma, as empresas pagariam até 29% de impostos antes da distribuição de lucros. Porém, os dividendos teriam 20% de impostos, incidindo mais de 43,2% de tributos sobre os lucros (antes de impostos), no caso de uma empresa que distribui 100% dos lucros. O Brasil tem uma regra que o diferencia de países como os EUA: aqui, toda empresa de capital aberto é obrigada, por lei, a distribuir pelo menos 25% de seus lucros. Ou seja, o empreendedor não pode, por exemplo, usar todo o seu lucro anual para investir na própria empresa, ou fazer uma recompra de ações.

A proposta também combate a chamada pejotização, solução adotada por brasileiros frente às normas altamente restritivas da CLT. “As brechas nas regulamentações permitem que a economia respire”, dizia Ludwig von Mises.

Nos investimentos, as mudanças são bastante drásticas. Frente à crise do INSS, jocosamente apelidado de “Isso Nunca Será Suficiente” e à inevitável Reforma da Previdência, tornou-se evidente a necessidade de as pessoas buscarem formas de aplicar suas economias para ter uma velhice mais tranquila. No entanto, a proposta cria uma distinção entre quem investe no setor imobiliário – essencial para criar empregos num país que sofre com um déficit crônico de moradias – e o setor agrícola. Enquanto instrumentos de investimento focados no campo permanecem isentos (CRAs e LCAs), os fundos de investimento imobiliário (FIIs) teriam um imposto de 20% sobre o rendimento mensal advindo de aluguéis. Segundo dados da Economática, em dezembro de 2020 o Brasil registrou 3,73 milhões de pessoas aplicando suas economias e aposentadoria em FIIs. Tais fundos são, muitas vezes, a porta de entrada para o pequeno investidor. Instrumentos de crédito ligados ao setor imobiliário (CRI e LCI) permaneceriam isentos, abrindo mais uma distorção.

Outro ponto que chama atenção: pessoas que têm parte de suas reservas fora do Brasil passam a ser tributadas na tabela de IRPF (em até 27,5%). Acaba o limite de isenção de 35 mil reais para quem negocia ativos fora do Brasil, justamente quando as novas tecnologias possibilitaram ao pequeno poupador comprar ações de empresas estrangeiras através de plataformas digitais. Proprietários de imóveis ou bens no exterior, como executivos de empresas estrangeiras que recebem parte de sua remuneração via ações dessas empresas, não poderiam mais integralizar o capital de uma Private Investment Company (PIC) pelo custo, mas pelo valor de mercado desses bens, sendo obrigados a recolher o imposto sobre ganho de capital até aquele momento.

Aqui cabe uma explicação: um indivíduo com domicílio fiscal no Brasil, quando recebe algum tipo de remuneração no exterior (situação cada vez mais comum numa economia globalizada), para não se sujeitar à tributação em dois países diferentes, costuma abrir uma empresa – PIC – para organizar tal patrimônio. Com isso, a cobrança dos impostos

no Brasil fica mais justa e simples, compensando eventuais ganhos e perdas entre seus diferentes ativos.

Os poucos pontos positivos são:

1) Maior padronização tributária em fundos de investimento, ativos de renda fixa, ganho de capital com ações e FIIs, que passam a ser taxados em 15%. O imposto come-cotas (IR cobrado a cada seis meses, independente do resgate), torna-se anual.

2) Possibilidade de atualizar o valor de imóveis com uma alíquota de 5%, ao invés dos 15% a 22% atuais. Neste caso, o intuito do governo é antecipar uma arrecadação que normalmente ocorreria só na venda desses imóveis. As famílias declaram seus imóveis pelo custo de aquisição. Passam-se os anos, e com a inflação, ele passa a valer mais. No momento da venda, o efeito da inflação é tributado.

3) Aumento da faixa de isenção de IR sobre pessoas físicas que ganham até R\$ 2.500. Vale ressaltar que, se a tabela de IRPF fosse atualizada pela inflação, a isenção de IRPF deveria ser para quem ganha até R\$ 4.022, segundo dados do Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal).

Há mudanças para casos mais específicos. Fundos exclusivos passam a ter come-cotas[i], imposto cobrado dos fundos de investimento convencionais pela regra atual. Fundos de investimento em participações (instrumento de investimento em empresas de capital fechado) passam a ser tributados como holding caso a Receita Federal entenda que o FIP se assemelha a uma holding. Empresas de administração imobiliária, importante instrumento para aqueles que investem em imóveis urbanos ou rurais, seriam obrigados a pagar imposto pelo lucro real, caso mais da metade da receita bruta fosse oriunda de aluguéis ou compra e venda de imóveis.

Como podemos ver, a proposta de reforma enviada pelo governo traz um aumento brutal da carga tributária no país, incidindo principalmente sobre empreendedores e aqueles que criam emprego e renda no setor privado. A proposta também cria uma complexidade que daria um poder enorme para a arbitrariedade da Receita Federal, judicializando mais ainda a relação entre o fisco e o setor produtivo. A maior redução de

impostos é para aqueles que investem em renda fixa e títulos públicos. Ao contrário da promessa do Paulo Guedes da campanha eleitoral, é uma reforma que privilegia o rentista e pune o empreendedor e o investidor.

***Felipe Martins Passero, CFA, é diretor do Instituto de Formação de Líderes de São Paulo e sócio da InvestSmartXP, empresa de assessoria de investimentos**

[i] “Come cotas” é o imposto de renda hoje semestral – pela proposta de reforma, torna-se anual – calculado sobre os rendimentos produzidos pelos fundos de renda fixa de condomínio aberto e recolhido no último dia útil dos meses de maio e novembro, utilizando-se a menor alíquota em vigor:

Fundo Curto Prazo: 20%

Fundo Longo Prazo: 15%

Além do “come cotas” semestral, no caso de resgates eventuais, haverá a incidência do imposto de renda referente à diferença entre a alíquota do “come cotas” e a alíquota relativa ao prazo de aplicação e classificação do fundo (longo ou curto prazo).

Para os fundos classificados como ações e de condomínio fechado não há incidência do “come cotas”.



Por Jairo Saddi

Doutor em Direito Econômico pela USP. Pós-Doutorado pela Uni... [ver mais](#)

Ainda sobre a reforma tributária

A tributação sobre o lucro deveria ser a primeira opção. É melhor porque previne atalhos indesejáveis

19/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Hesitei em tratar da reforma tributária aqui neste espaço por duas razões. A primeira, e mais óbvia, é que não sou tributarista, e muitos outros, melhor e de forma mais especializada, trataram do tema. A segunda é um certo enfado: mais uma vez, vê-se desperdiçada a oportunidade de uma reforma séria e duradoura. Mas me rendo ao tema e ao debate pela atualidade e importância do momento. Prefiro, no entanto, optar por uma análise mais principiológica, tomando emprestado aquilo que já um dia estudei, ou seja, a escola do Law & Economics, entre nós conhecida como a Análise Econômica do Direito.

A visão da Análise Econômica do Direito sobre o sistema tributário é cruelmente simplista e direta: impostos devem existir apenas para que o serviço público se pague. A discussão a respeito da influência do sistema tributário na alocação ou na distribuição de recursos só é considerada como meio para que cada indivíduo se aproprie do seu quinhão no sistema, já que os bens públicos, oferecidos pelo Estado, são, por definição, indivisíveis. Por exemplo, para Richard Posner, ex-juiz e jurista e um dos principais expoentes do movimento, o sistema tributário ideal seria aquele em que o usuário do serviço público apenas arcasse com o custo de oportunidade do seu uso. Por esse viés, o serviço público estaria sendo tratado como se fosse um bem privado, o que, reconhece Posner, por si só é impossível. Assim, não cabe a um indivíduo se recusar a pagar pela segurança nacional, porque dela não faz uso ou, posto de outra forma, querer pagar somente pela segurança do bairro onde mora. No entanto, os impostos devem remunerar a estrutura estatal e também servir como forma de incentivo a determinados comportamentos humanos que geram e fazem gerar consequências econômicas.

A tributação sobre o lucro deveria ser a primeira opção. É melhor porque previne atalhos indesejáveis

À luz daquela escola, o sistema tributário ideal comporta quatro grandes premissas gerais: a- uma grande base de contribuintes, que não só facilite a arrecadação de grandes quantidades de recursos, como também garanta a manutenção do Estado moderno, servindo ainda de estímulo aos contribuintes, a fim de que efetuem o

pagamento pontual dos impostos; b- a incidência de impostos que possam recair sobre uma atividade cuja demanda é altamente inelástica, ou seja, cuja função de aumento de preço não varie, com o risco de os efeitos de substituição de produtos serem mínimos; c- o não aumento pelo sistema tributário da desigualdade social e a não ofensa à equidade; d- a administração não dispendiosa do sistema tributário. Num resumo de princípios, poder-se-ia afirmar que o sistema tributário deve ser universal e justo, eficiente e compatível com a capacidade contributiva de cada um, simples e efetivo na arrecadação e que possa gerar corretamente os incentivos a todo o sistema econômico.

Tratar desigualmente os iguais e igualmente os desiguais sempre foi um desafio para a humanidade. Há muito que debatemos liberdade de mercado, custos de entrada e observância, equidade, tratamento isonômico e concorrência - ainda que sejam conceitos distintos e inconfundíveis. Pelo critério de igualdade, as regras tributárias não podem ofender a isonomia legal e deveriam ser harmonizáveis como princípios de garantia individual e como mecanismo para tolher favoritismos.

Pois bem, o atual projeto de reforma tributária (PL 2.337) comete alguns sérios equívocos nos seus mais básicos princípios e aqui faço coro às generalizadas críticas de que é de fato um retrocesso. E pior, um retrocesso no pior dos cenários, no qual empresas ainda enfrentam uma recuperação econômica miserável e incerta. E acrescentar insulto à injúria: não há, mais uma vez, qualquer proposta de redução de despesas, salvo um esboço de tímida reforma administrativa cuja chance de ser aprovada é pequena.

Há três formas de extração de impostos: exclusivamente sobre a renda das pessoas físicas ou jurídicas, sobre o consumo de produtos, bens e serviços e, em ambas as hipóteses, que é o caso brasileiro, o consumo e a renda são tributados. Como corretamente afirmou o prof. Heleno Torres durante sua live (05/jul) neste **Valor**, é preciso cuidar da reforma de tais sistemas conjuntamente e avaliar a carga tributária como um todo e não apenas de forma isolada e particular.

A opção pelos meios ou instrumentos específicos deveria decorrer com base em uma escolha mais técnica, mais precisa e menos preconceituosa e ideológica. Por exemplo, a opção de acabar com os juros sobre capital próprio, a isenção de certos produtos de fundos com lastro imobiliário ou ainda reformar o regime de

distribuição de dividendos mediante a pretensa redução do imposto sobre a pessoa jurídica, visa tão-somente um evidente caráter arrecadatório, ignorando qualquer princípio básico do sistema tributário, e tem o condão de empurrar os agentes econômicos para um maior contencioso tributário, redomiciliar empresas ao redor do globo e tornar o investimento por aqui ainda mais incerto.

A tributação sobre o lucro sempre e se possível, deveria ser a primeira opção. É melhor por várias razões, tanto porque previne atalhos indesejáveis por ser exclusiva na fonte. Tributar dividendos, por exemplo, incentiva a distribuição disfarçada de lucros, modalidade de sonegação de difícil enfrentamento como lembrou o ex-Secretário Everardo Maciel sem contar com o estímulo a sofisticados planejamentos tributários.

Tributar só o lucro respeita todos os princípios de Law & Economics, uma vez que não restringe a liberdade do investidor, que pode optar por investir ou reinvestir nessa ou naquela empresa ou até mesmo consumir. Simples e objetivo, como deve ser. Mas não é essa nossa escolha. Definitivamente, estamos perdendo a chance, mais uma vez, de avançar e ter um regime tributário melhor.

Jairo Saddi, advogado em São Paulo, escreve mensalmente neste espaço às segundas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

[Fotos] Famosos falidos trabalhando em empregos comuns

HISTORY 10

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Com reforma da Previdência, Funpresp devolve R\$ 134 milhões para participantes

Valor é referente à reserva para ajudar a bancar servidores que tinham tempo menor de contribuição assegurado pela Constituição

Por Edna Simão — De Brasília

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp) devolveu R\$ 134 milhões para as contas individuais de cerca de 70 mil de seus participantes. O valor corresponde ao que o fundo reservava de contribuições dos servidores para ajudar a bancar as aposentadorias de mulheres, policiais e professores de educação básica que tinham um tempo menor de contribuição assegurado pela Constituição Federal.

Com a reforma da Previdência, que foi promulgada em 2019, houve a equiparação do tempo de contribuição dos servidores (25 anos) e essa reserva deixou de ser necessária.

Segundo o diretor de Seguridade, Cícero Dias, essa contribuição para o chamado fundo coletivo foi extinta em março e os recursos devolvidos para as contas individuais dos participantes em junho. Ele explicou que, com a mudança, quase 90% da contribuição do servidor será destinada para a conta individual. Antes, esse percentual correspondia a 75%. A contribuição para o fundo coletivo continuará existindo, porém, num valor menor e para financiar benefícios por invalidez, morte e sobrevivência.

Além do fim do repasse para compensar tempo de contribuição menor para requerer aposentadoria por participantes, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou em março uma série de mudanças nos novos regulamentos dos planos de benefício da Funpresp. Foi permitido que os participantes façam o resgate antecipado das contribuições e o saque de até 100% do valor que contribuíram no momento da aposentadoria.

As medidas, conforme Dias, deixam o fundo mais preparado para enfrentar o potencial aumento da concorrência diante do fato que reforma da Previdência autorizou que instituições abertas de previdência possam oferecer produtos para os entes públicos com regimes próprios a partir de novembro. A iniciativa ainda depende de regulamentação, ou seja, de aprovação de projeto de lei pelo Congresso, para começar a vigorar.

Criada há oito anos, a Funpresp tinha como objetivo atenuar o elevado déficit do regime de previdência dos servidores, dando sustentabilidade ao sistema no longo prazo. Com a medida, trabalhadores que ingressaram no serviço público a partir de 2013 passaram a ter a aposentadoria limitada ao teto do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - hoje de R\$ 6.433,57 - e, se quisessem receber um valor maior, os servidores ganharam a opção de aderir à Funpresp.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Veja: Dormir com o pescoço na posição correta pode eliminar dores no pescoço e coluna

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Corte de imposto tem efeito incerto sobre crescimento

Perda de arrecadação cria incerteza fiscal que pode inibir novos investimentos das empresas

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

19/07/2021 05h00 · Atualizado há uma hora



O corte de impostos sobre pessoas jurídicas, da forma negociada pelo governo Bolsonaro com o relator da reforma tributária, poderá não colher os resultados duradouros pretendidos no aumento dos investimentos das empresas e na expansão do crescimento, de acordo com economistas ouvidos pelo **Valor**.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que a taxaçoão do lucro das grandes empresas poderá cair de 34% para 21,5%, percentual competitivo em relação aos países ricos. Com isso, o país ficariam mais atrativo na disputa por investimentos internacionais e sobraria mais dinheiro no caixa das empresas para bancar novos projetos.

Mas na proposta negociada pelo governo com o relator da reforma tributária, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), não houve redução da carga tributária. De um lado, a alíquota cobrada diretamente sobre as empresas cai de 34% para 21,5%, mas de outro se cria uma alíquota de 20% sobre a distribuição de dividendos. No fim, a carga tributária sobe de 34% para 37%. O aumento na carga foi menor que a proposta original do governo, que elevava a alíquota total a 43%, mas ainda assim houve aumento.

“Não é claro que há, em termos líquidos, um corte de impostos na tributação de lucro corporativo”, afirma o ex-diretor do Banco Central e atual economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita. “Até agora, o que se fez foi evitar o aumento de carga previsto na proposta original”, pondera.

As pesquisas empíricas chegam a conclusões contraditórias sobre os efeitos de cortes de impostos corporativos no aumento dos investimentos e da atividade econômica. Algumas dizem que ajudam, atrapalham ou têm efeito nulo. Num trabalho publicado em maio por um centro de estudos alemão, o Macroeconomic Policy Institute, os economistas Sebastian Gechert e Philipp Heimberger refizeram 42 estudos anteriores sobre o tema, usando ferramentas de análise mais modernas e robustas, e chegaram à conclusão de que cortes na tributação têm efeito zero no crescimento econômico.

De forma geral, porém, os especialistas reconhecem que mudanças na composição da tributação, com uma menor carga no lucro da empresa e taxaço da distribuição de dividendos, podem incentivar a retenção de resultados para ampliar investimento.

Ainda assim, esse fator é bem menos importante nas decisões das empresas. Pesam mais a existência de oportunidades de investimento, o crescimento da demanda e o nível de incerteza política e econômica do país. O que preocupa os economistas é que, no conjunto, a proposta levará a uma perda estrutural de

arrecadação de R\$ 30 bilhões, agravando a fragilidade fiscal. Ou seja: o incentivo ao investimento criado pela maior retenção de lucros poderá ser esvaziado pelo clima de incerteza, que leva empresas a segurar os seus novos projetos.

Mesquita reconhece que, na teoria, a nova composição na taxação dos lucros pode ampliar investimentos, mas isso não é garantido. “Lógico que tributar dividendos em tese estimula a retenção de lucros e o reinvestimento”, afirma. “Mas há outras iniciativas que podem ser adotadas, como recompra de ações. Ou seja, não é certo que haja um aumento no investimento, embora seja um resultado plausível.”

Guedes vem afirmando que a conta do corte impostos, de R\$ 30 bilhões, incluindo a redução da taxação de pessoa física, já está sendo paga com o aumento da arrecadação provocada pela recuperação da economia. Vários economistas ouvidos pelo **Valor**, porém, questionam a explicação do ministro. Segundo eles, o corte de alíquotas de impostos provoca uma queda estrutural da arrecadação, enquanto que Guedes conta com ganhos de arrecadação cíclicos - ou seja, transitórios - para cobrir o buraco.

“A arrecadação subiu com a ajuda da alta dos preços das commodities, mas a coisa pode virar quando terminar esse período mais favorável”, diz Manoel Pires, diretor do Observatório de Política Fiscal do IbreFGV.

Nos anos 1980, alguns economistas defendiam que o corte de tributos aumentaria a capacidade de crescimento da economia, ampliando a arrecadação de forma estrutural e fechando as contas. A tese foi adotada nos Estados Unidos, por Ronald Reagan, mas resultou em grandes déficits públicos.

Mesquita, do Itaú Unibanco, faz uma conta rápida: com uma carga tributária de 33% do PIB, para compensar uma perda de arrecadação estimada de 0,3% do PIB (R\$ 30 bilhões), a economia teria que crescer 1% a mais por conta da reforma tributária para fechar as contas. Mas, lembra ele, não é possível identificar um efeito claro da medida no aumento dos investimentos. E os prognósticos para o crescimento da economia para 2022 são mais fracos do que neste ano.

O coordenador do Centro de Estudos de Mercados de Capitais (Cemec) da Fipe, Carlos Antonio Rocca, afirma que a tributação é um dos fatores que determinam o nível de investimento das empresas, mas não está no topo deles. “É muito difícil inverter a lógica econômica de investir mexendo apenas na tributação”, afirma. “É lógico que é um componente extra, mas não está nas primeiras posições entre os fatores nas decisões de investimento.”

Na escala de importância, vem antes a expectativa de retorno do projeto no futuro, que é comparada com o custo médio de capital. Outro fator relevante é a expectativa para o crescimento da demanda dos bens e serviços que se pretende produzir com o investimento. Um terceiro componente de destaque é a incerteza, ou seja, o risco de o cenário do projeto não se concretizar.

Isso não quer dizer que a tributação tenha influência zero, diz Rocca. Pode fazer diferença sobretudo se houver variações extremas nas alíquotas de imposto, por exemplo de 34% para 60%. “Uma variação assim mata a empresa”, diz Rocca. “Mas estamos falando de variações marginais de alíquotas, que não afetam dramaticamente as decisões de investimento.” Alíquotas muito altas de impostos podem afetar a atratividade das empresas no Brasil para os investidores que buscam no mundo todo as melhores oportunidades de retorno para o seu capital.

Para uma mesma alíquota de imposto total, por outro lado, a tributação maior nos dividendos pode fazer alguma diferença. “Dá um certo incentivo para uma utilização um pouco maior de capital próprio pela empresa”, diz Rocca. Mas ele argumenta, mais uma vez, que isso não produz uma mudança radical na política de investimento das empresas.

Pires, do IbreFGV, chegou a conclusões semelhantes numa pesquisa sobre a relação entre a carga tributária e os investimentos no Brasil. Esse trabalho mostra que, nas decisões das empresas, antes vem a expectativa de demanda. “No governo Dilma, o Brasil tentou fazer um pouco disso. Reduziu a carga tributária de algumas empresas, na tributação sobre o emprego”, diz Pires. “Os estudos sobre essa medida são muito mistos, alguns dizem que teve efeitos em aumentar o emprego, outros não.”

Para Pires, a versão original do projeto apresentada pelo governo poderia ser mais benéfica do que a atual. A proposta, afirma, criava um incentivo para o consumo, ao desonerar a classe média baixa, com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda; incentivava o investimento, ao estimular a retenção de lucros, por meio da taxaço de dividendos; e aumentava a carga tributária, garantindo um programa fiscalmente sustentável e com recursos para melhorar a distribuição de renda.

“Havia distorçoões, poderia reduzir um pouco mais a tributação das empresas, mas no geral trazia um conjunto de coisas boas para o país”, diz Pires. “Mas, agora, o projeto reduziu demais a alíquota das empresas, e cria inclusive mais incentivos para a pejetização.” Pires fez simulaçoões que mostram que, em algumas situaçoões, as empresas vão pagar pelo regime de lucro real menos impostos do que pagam hoje, mesmo com a taxaço de lucros e dividendos. “O impacto positivo sobre o investimento ficou menos óbvio.”

Há, ainda, o risco fiscal, com um custo de R\$ 30 bilhões não coberto na partida da proposta negociada com o relator, que pode aumentar numa discussão parlamentar que está apenas começando. “O projeto pode ter algum efeito positivo no crescimento no curto prazo, mas é duvidoso que haja um ganho mais sustentado.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Veja: Dormir com o pescoço na posição correta pode eliminar dores no pescoço e coluna

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

IR sobre dividendos entre empresas é motivo de dúvidas

Especialistas alertam que em modelos de capital pulverizado entre várias pessoas jurídicas, a cobrança poderá incidir, a persistir a redação atual

Por Fabio Graner e Edna Simão — Brasília

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A retirada da cobrança do Imposto de Renda sobre dividendos entre empresas não foi completa e ainda provoca dúvidas e incerteza sobre a incidência dessa nova taxa nas pessoas jurídicas. O texto preliminar do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) retirou a cobrança entre empresas de holding, quando o recurso vai para o grupo controlador. Mas especialistas alertam que em modelos de capital pulverizado entre várias pessoas jurídicas, a cobrança poderá incidir, a persistir a redação atual.

O relator foi alertado do problema e está analisando como incluir a isenção de tributação de dividendos também para as empresas coligadas nessas estruturas empresariais.

“Retiramos a tributação de lucro e dividendos entre grupos econômicos envolvendo controladores e controladas. Estamos analisando como colocar as empresas coligadas”, afirmou Sabino, em uma reunião com o setor da construção.

“Estamos trabalhando para que a SPE [Sociedade de Propósito Específico] fique de fora”, complementou ainda o deputado tucano. A informação foi antecipada pelo **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, na sexta-feira.

Ele ressaltou que avalia estabelecer não só a progressividade na taxaço de dividendos como também para os Juros sobre Capital Próprio (JCP).

O presidente da Câmara Brasileira da Construção (Cbic), José Carlos Martins, afirmou que o compromisso feito pelo relator vai evitar que haja tratamento desigual entre os vários sócios de uma empresa controlada. Segundo ele, do jeito que foi apresentado no texto, “não seria justo para o sócio minoritário.”

O advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, também alerta para esse problema, e já até levou ao relator uma proposta de emenda para tentar corrigi-lo.

Segundo Bichara “o ideal é que só haja incidência do ato quando o dividendo chegar na pessoa física ou for para o exterior, como o próprio ministro Paulo Guedes já declarou.

Segundo o chefe da área de análise do Citibank, Antônio Junqueira, o relatório de Sabino melhorou muito ao remover a cobrança sobre dividendos em qualquer situação, o que, para ele, seria totalmente antieconômico. Mas, aponta, ainda persiste uma incerteza em torno da incidência na distribuição para os acionistas PJ que não são do bloco de controle.

O analista explica que essa questão é particularmente relevante em grandes projetos de infraestrutura, que envolvem múltiplos acionistas e o capital está pulverizado.

Para ele, o risco é ficar na mão da Receita Federal arbitrar quem é o controlador que não será tributado quando receber o dividendo das empresas do grupo, exigindo que outros acionistas recolham a taxa.

“A melhor solução é restringir a cobrança sobre dividendos quando ele efetivamente chegar à pessoa física”, disse Junqueira.

O advogado tributarista Ricardo Lacaz Martins, do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados, reforçou que as mudanças feitas pelo relator tucano foram positivas mas que é necessário também a isenção de tributação de dividendos também para as empresas coligadas para não desestimular a formação de parcerias que viabilizam muitos investimentos no país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

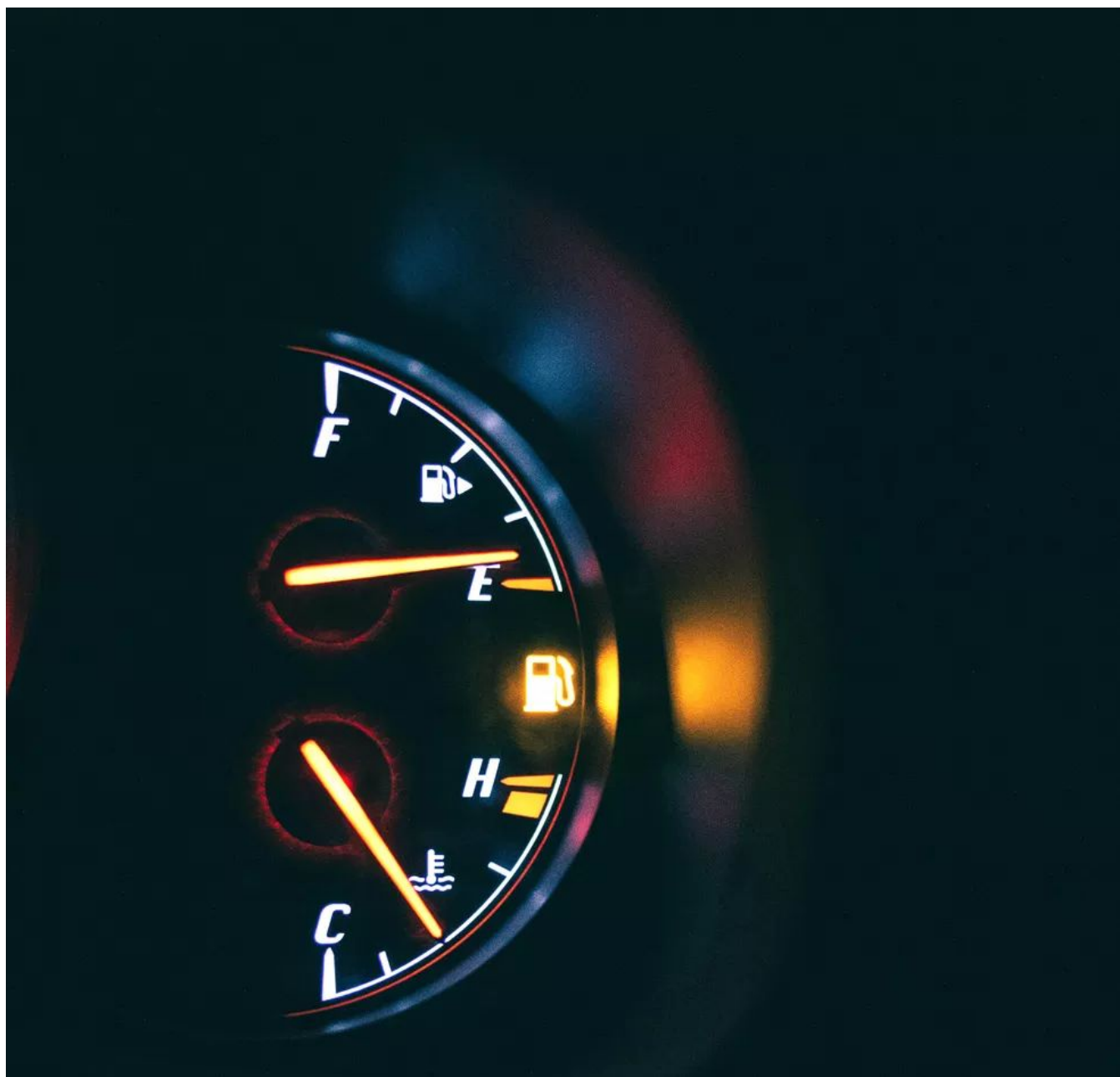
DUBAI STORE

Não há solução fácil para o custo dos combustíveis

A combinação de moeda desvalorizada com petróleo em alta é explosiva

Por Bruno Cesar de Paiva e Silva

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





— Foto: Unsplash

Renovamos no mês de julho o maior valor nominal em reais para o petróleo, com impacto direto na inflação. A combinação de moeda desvalorizada com petróleo em alta é explosiva, fazendo ressurgir o trauma da greve dos caminhoneiros, e afeta toda a economia do país, pressionada pelo custo dos combustíveis.

Na primeira semana do mês, os membros da OPEP+, entidade que reúne principais países produtores de petróleo do mundo, não entraram em consenso sobre o aumento da produção que poderia reduzir os preços da commodity no mercado internacional.

A manutenção artificial de preços baixos afeta a competitividade, especialmente na relação entre gasolina e etanol

Nos últimos 12 meses, a gasolina teve uma alta acumulada de 45% e deve continuar aumentando, haja vista que a Associação Brasileira dos Importadores de

Combustíveis (Abicom) indica defasagem entre os preços praticados pela Petrobras e o mercado internacional, mesmo com reajustes da primeira semana de julho.

Como resposta à alta no preço dos combustíveis, emergem inovações e releituras de soluções antigas. Do autosserviço nos postos, extinguindo a função de frentista, ao delivery de combustíveis, proliferam tentativas de reduzir o preço nas bombas. Recentemente, em debate realizado pela ANP, entrou em pauta a flexibilização dos contratos de vinculação e exclusividade entre as distribuidoras de combustível e os postos revendedores que exibem suas marcas.

O autosserviço e o delivery são natimortos diante do aparato regulatório do setor, com normas de saúde e segurança que precisariam ser extintas para tornar estes modelos de atendimento viáveis. Já a flexibilização dos contratos de exclusividade envolve outra complexidade. A vinculação de um posto revendedor com uma distribuidora, em regra, prevê investimentos, prêmios de assinatura e bônus por desempenho, que, numa análise rápida sobre as demonstrações financeiras publicadas no último exercício fiscal pelas três maiores distribuidoras do país (BR, Raízen e Ipiranga), alcançam valores entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 2,5 bilhões.

Remover o compromisso de exclusividade entre postos e distribuidoras impõe a reorganização do modelo de negócio atual, levando revendedores a ajustarem suas margens para compensar a relevante perda da receita referente ao prêmio de assinatura e bônus de desempenho, além de arcar com custos antes cobertos pelas

distribuidoras. Na outra ponta da relação contratual, distribuidoras enfrentariam o risco da relação de consumo por produtos de terceiros em estabelecimentos com sua marca. Ainda que toda esta complexa mudança no setor resulte em redução de custos, o impacto no preço final ao consumidor será ínfimo, na medida em que os segmentos de distribuição e revenda representam apenas 12% do preço final do combustível, segundo dados de mercado referentes ao mês de junho divulgados pela Petrobras.

Devemos aceitar que o problema dos preços dos combustíveis no Brasil não comporta uma solução única ou simples, em razão da complexidade de dois fatores: preço internacional do petróleo e taxa de câmbio. O preço do petróleo segue a lei de oferta e demanda internacional, incontrolável pelo governo brasileiro, assim como ter uma moeda forte depende de muitos fatores de longo prazo, internos e externos, alheios à vontade do país enquanto, acertadamente, adotamos o modelo de câmbio flutuante.

Na primeira semana de julho, o preço médio do litro de gasolina comum nos postos revendedores brasileiros era de R\$ 5,58, segundo dados da ANP. No mesmo período, os contratos de petróleo tipo Brent para entrega em setembro eram negociados a US\$ 6. Com a taxa de câmbio em R\$ 5,06, o barril do Brent alcançou R\$ 385 na conversão para a moeda nacional, o maior valor em 30 anos. A título de mera comparação e usando valores nominais, a maior cotação do petróleo no mercado internacional desde a década de 1990 ocorreu em junho de 2008, quando o Brent foi negociado a US\$ 139. Como o câmbio da época estava em R\$ 1,60, o preço do barril convertido em reais era de R\$ 224 e a gasolina era revendida nos postos brasileiros por R\$ 2,54 o litro.

Num cenário absolutamente improvável, porém catastrófico, se as máximas históricas do petróleo e do câmbio (R\$ 5,74, em outubro de 2020) coincidissem no tempo, um barril de petróleo seria comercializado no Brasil por R\$ 800,00, mais que o dobro do valor atual e suficiente para gerar inúmeras consequências negativas sobre toda a economia do país. Com a tendência de queda no consumo, resultado dos esforços globais por uma matriz energética mais limpa, não se espera a repetição dos picos históricos de preço, ainda que a retomada das atividades pós-pandemia promova sobressaltos e a Opep+ mantenha restrições na produção.

Na oferta de combustíveis ao mercado brasileiro, a adoção do preço de paridade de importação pela Petrobras, seguida por expressivo aumento do número de players no mercado interno com o avanço de traders internacionais e novos operadores das refinarias privatizadas, beneficia o consumidor pelo acirramento da competição. A ampliação da infraestrutura logística, com novos investimentos em terminais portuários e ferrovias, também contribui para redução de custos no setor. Porém, ainda que somados, os ganhos de eficiência em todas estas iniciativas não seriam suficientes para compensar o impacto das oscilações de preço do petróleo e taxa de câmbio, os grandes vilões.

O caminho mais curto, e preferido dos populistas, é a criação de incentivos fiscais ou o controle de preços através da Petrobras, uma empresa de capital aberto com acionistas privados. Porém, a manutenção artificial de preços baixos, como critica a Abicom, afeta a competitividade de todo o segmento, especialmente na relação entre gasolina e etanol, um combustível renovável, colocando em risco a viabilidade econômica do setor alcooleiro.

No momento em que a Agenda ASG (tradução do acrônimo ESG, do inglês environmental, social and governance) ganha cada vez mais força, precisamos decidir se o país embarcará definitivamente no movimento global de incentivo às energias renováveis ou se continuaremos concentrando recursos (ou abrindo mão deles) na exploração de combustíveis fósseis, suscetíveis a suas flutuações e impactos sociais e políticos.

Bruno Cesar de Paiva e Silva advogado e especialista em gestão de negócios, é diretor da Nictheroy Business

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

Reforma tributária pode ter impacto de R\$ 11 bi em fundos de pensão

Esse impacto potencial tem poder para afetar o equilíbrio atuarial dos fundos

Por Juliana Schincariol — Do Rio

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Potenciais mudanças na reforma tributária podem ter um impacto de pelo menos R\$ 11 bilhões na rentabilidade dos fundos de pensão, segundo cálculos da Abrapp, associação que representa o setor. Os números consideram a rentabilidade de 11,3% das entidades de previdência complementar fechada no ano passado. Uma eventual incidência de imposto resultaria em uma redução de 1,18% nesse ganho, o que equivale a mais de R\$ 11 bilhões nominais nas contas da associação. Os números ainda são preliminares e podem não captar todos os dados do setor.

O artigo 43 do projeto de reforma tributária (PL 2337/21) afirma que os rendimentos de aplicações de renda fixa e variável, auferidos por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, ficarão sujeitos à incidência do Imposto de Renda. Até então, o setor entendia que não seria impactado, apesar da percepção de que o texto era ambíguo.

Isso porque o setor acreditava estar respaldado pela lei 11.053, de 2004. Nela, está expressa a dispensa sobre a retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidades de previdência complementar e também seguradoras.

Esse impacto potencial tem poder para afetar o equilíbrio atuarial dos fundos. “O plano de previdência não pode ficar desequilibrado. Se isso acontecer, pode haver a necessidade de equacionamento pelas patrocinadoras e participantes dos fundos de pensão”, disse o presidente da Abrapp, Luís Ricardo Martins.

A Abrapp realizou na sexta-feira reunião de emergência com as principais lideranças dos fundos de pensão para discutir medidas a serem tomadas para preservar o sistema e seus participantes em relação aos impactos da reforma tributária. Além da possibilidade de cancelamento do diferimento tributário ao patrimônio das fundações, o setor também quer impedir a tributação de dividendos recebidos pelas entidades.

O líder de previdência da consultoria Mercer, João Morais, lembra que um dos benefícios do sistema complementar é o diferimento fiscal, uma vez que a cobrança de tributos ocorre no momento do resgate dos investimentos. “É um incentivo bastante importante, é preciso ter um certo cuidado em preservar esses mecanismos.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Carteira Knup

CARTEIRA TENDAI SY

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Pendrive 4 em 1 para celular acaba de chegar em Salvador

STORE-INOVA

LINK PATROCINADO

O melhor tênis de 2021 agora com desconto imperdível.

NOX CALÇADOS

LINK PATROCINADO

[Fotos] Famosos falidos trabalhando em empregos comuns

HISTORY 10

LINK PATROCINADO

Conheça o aspirador que não gasta energia elétrica e limpa sua piscina sozinho

F10M SOLUCOES

Conteúdo Publicitário

Pessoa que faria demonstração da fraude na urna eletrônica está com covid, diz Bolsonaro

VALOR INVESTE

Picape Ford F-150 elétrica já tem 70 mil reservas (e custa menos que uma Ranger)

UM SÓ PLANETA

Petrobras pode pagar dividendos maiores

Estatual deve reduzir dívida para US\$ 60 bilhões no fim do ano, o que abre espaço para elevar a distribuição

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Passados os primeiros meses da nova gestão da Petrobras, a companhia se prepara para um segundo semestre menos turbulento, depois que o presidente Jair Bolsonaro optou por trocar o comando da estatal em fevereiro. A paridade da política de preços com o mercado internacional continua a ser um ponto de dúvida do mercado, mas a empresa tem dados sinais positivos, segundo analistas.

Um deles está na continuidade do programa de desinvestimentos, com foco na venda das refinarias, movimento importante para que a empresa cumpra a meta de reduzir a dívida bruta para US\$ 60 bilhões (era de US\$ 70,9 bilhões no fim de março

deste ano), o que pode ocorrer ainda em 2021. A redução da dívida deve destravar o pagamento de dividendos maiores aos acionistas, como prevê o UBS.

Apesar das incertezas em relação à paridade de preços, a companhia tem uma agenda de eventos positiva. Em agosto, a previsão é de que a estatal apresente resultados melhores, relativos ao segundo trimestre de 2021, na comparação com os três primeiros meses do ano. A divulgação dos resultados, agendada para 4 de agosto, deve ser marcada pela continuidade dos bons resultados operacionais apresentados no último balanço, quando a receita de vendas da empresa atingiu R\$ 86,17 bilhões e o lucro situou-se em R\$ 1,17 bilhão.

O desempenho operacional reflete, em parte, o aumento dos preços do barril do petróleo no cenário internacional, em meio à retomada da demanda pela commodity com o avanço da vacinação para conter a pandemia.

Analistas seguem olhando com atenção para a política de preços de combustíveis da companhia. O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, assumiu o cargo em abril e, desde então, houve apenas um aumento nos preços. Especialistas consideram que a estatal está próxima à paridade internacional e não tem assumido perdas para subsidiar combustíveis, apesar de ter optado por reajustes mais espaçados do que na gestão anterior.

“Pode-se até argumentar que a Petrobras poderia ter ganhos maiores com a venda de combustíveis, mas a companhia não está tendo prejuízo”, diz fonte do mercado. As dúvidas para os próximos meses recaem sobre a manutenção da política de paridade com os preços internacionais com a proximidade das eleições presidenciais.

“Não há dúvida de que a aproximação do cenário eleitoral traz um holofote maior ao tema, mas a mensagem que a Petrobras passou com o aumento deste mês foi boa. A paridade pode não ser mais tão dinâmica quanto na gestão anterior, mas existem limites em que os fundamentos dos preços falam mais alto”, diz Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos.

A venda de ativos também deve avançar. A expectativa é que a venda das refinarias continue, para o cumprimento do prazo do acordo assinado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que prevê a assinatura dos contratos para a alienação dos ativos de refino até 31 de dezembro de 2021. Fontes reconhecem que os prazos estão apertados, mas o trabalho prossegue. Até o momento, o único ativo de refino vendido foi a refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, comprada pela Mubadala por US\$ 1,65 bilhão.

Outra venda que deve ser anunciada em breve é a da participação de 51% da estatal na Gaspetro. Há também expectativa de andamento das negociações para alienação da fatia remanescente na Braskem, com a possibilidade de que a estatal acompanhe a oferta feita para a venda da fatia da Odebrecht.

A Petrobras concluiu outras operações que devem ajudar a reduzir a dívida, caso da venda da fatia remanescente na BR Distribuidora e o acordo de coparticipação do campo de Búzios.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Taxa global atinge poucas multinacionais

Informações preliminares mostram que o acordo será menos ambicioso do que o esperado

Por Assis Moreira — De Genebra

19/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

As novas regras globais de tributação de multinacionais, previstas para serem concluídas em outubro, vão taxar número modesto de empresas. O novo acordo será importante, mas sem a ambição até agora exibida por certos governos, conforme o **Valor** apurou.

A taxa de imposição efetiva mínima de “pelo menos 15%” sobre multinacionais com receita global acima de € 750 milhões afetará entre 2,3 mil e 2,5 mil empresas, segundo fonte próxima das negociações, que ocorrem na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Detalhes técnicos continuam em discussão. Outra fonte diz que os grupos atingidos serão “menos de 10 mil”. Em 2011, a economia global tinha 80 mil multinacionais (sem contar o número de subsidiárias), segundo estimativa da Agência das Nações para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que não foi mais atualizada.

Outro pilar do acordo tributário global foca nas maiores multinacionais e com superlucros. Pelo conceito usado no acordo, trata-se de companhias com receita mundial superior a € 20 bilhões por ano e rentabilidade (lucro dividido pelo faturamento) superior a 10%.

Essa regra deve atingir as 100 maiores multinacionais inicialmente. O mecanismo prevê redistribuição de uma parte dos lucros para tributação nos mercados onde estão os consumidores. Os países beneficiários serão aqueles onde essas multinacionais faturam pelo menos € 1 milhão por ano.

Sete anos depois do acordo, se essa regra for implementada com sucesso, a cifra de faturamento será reduzida para € 10 bilhões, aumentando o número de multinacionais envolvidas.

A parte do lucro atribuído às chamadas “jurisdições de mercado” continua em negociação. Uma proposta original era de o “lucro residual” (superior a 10% da rentabilidade de vendas) para redistribuição ser de 20%. Nas negociações na OCDE, para que 130 países aceitassem apoiar os parâmetros do acordo, países

desenvolvidos aceitaram que a cifra poderia chegar a 30% para atender a demanda dos emergentes. Uma semana depois, na reunião de ministros de Finanças do G-20, na Itália, a França já mencionava 25%.

Os percentuais fazem evidente diferença. As 100 maiores multinacionais registraram vendas totais de US\$ 9,5 trilhões em 2020, segundo levantamento da Unctad. Mas companhias de exploração de recursos naturais (mineração, petróleo e gás), que faturaram US\$ 2,576 trilhões, não serão atingidas pela taxa mínima. A exclusão se explica porque essas empresas já pagariam fortes taxas locais.

Também o setor de serviços financeiros ficará de fora das novas regras de taxaço. O argumento é que a regulaço bancária força os bancos a serem capitalizados separadamente em cada jurisdiço, de forma que declaram lucros e pagam impostos no país onde operam.

Certo mesmo é que as grandes companhias digitais, campeãs da otimizaço fiscal e, portanto, de pouco pagamento de impostos, vão ser submetidas a essa “taxa mais justa”, na expresso de negociadores. Três delas estão entre as 100 maiores da lista da Unctad: Amazon, com faturamento de US\$ 386 bilhões em 2020; Apple com US\$ 274,5 bilhões; e Alphabet / Google, com US\$ 182,5 bilhões. Facebook, com US\$ 70,7 bilhões de receita, também não tem como escapar da lista da OCDE.

As negociaço vão prosseguir, com a expectativa de um acordo na reunião de ministros de finanças do G20 em 14 e 15 de outubro em Washington.

Total de 36% dos lucros das multinacionais, representando várias centenas de bilhões de dolares, foi transferido para paraísos fiscais entre 2015 e 2017, em busca de taxaço menor, segundo diferentes estudos. Isso reduziu bastante a receita do Imposto de Renda corporativo. Após a criaço de um imposto mínimo global, as empresas ainda serão capazes de transferir os lucros, mas seu benefício fiscal será muito menor.

Os países desenvolvidos vão ganhar a parte do leão com as novas regras, porque os direitos de tributar primeiro recaem sobre o país sede da multinacional. A expectativa é de que as empresas reduzam o uso de paraísos fiscais e deixem os lucros para serem tributados também por outros países.



Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é professor do Ibmec... [ver mais](#)

Uma reforma “fabulosa”

Precisamos reduzir a dependência de dinheiro na política

19/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Era uma vez um jumento que, cansado de carregar pedras ladeira acima, se rebelou e deu no pé. Pegou a estrada que levava à cidade em busca de uma vida melhor, repleta de comida, diversão e arte. No caminho, encontrou um cachorro, uma galinha e uma gata; todos eles fartos dos maus tratos ou da exploração de seus donos.

À medida em que caminhavam e compartilhavam seus planos para o futuro, contudo, foram ficando explícitas as diferenças de perspectivas de cada um em relação ao que os esperava ao final da jornada. A cidade ideal do cachorro não teria carros, para evitar atropelamentos, e possuía um poste por metro quadrado. A galinha, por sua vez, sonhava com ruas repletas de minhocas, enquanto a gata imaginava bondes com tripas frescas, sardinhas e peças de alcatra no final da linha.

Precisamos reduzir a dependência de dinheiro na política

Assim como os saltimbancos do musical infantil criado pelo italiano Sergio Bardotti e pelo argentino Luiz Enríquez Bacalov, adaptado para o português por Chico Buarque em 1977, nós alimentamos muitas ilusões em relação ao nosso sistema eleitoral. Desejamos que ele garanta o pluralismo de ideias e visões de mundo presentes no país, fazendo com que os Legislativos sejam um reflexo de nossa complexa estrutura social. Para proporcionar que as mais diversas correntes ideológicas possam ser defendidas, estimulamos a criação de partidos com fundos públicos e isenções de tributos para a veiculação de propaganda eleitoral “gratuita”.

Mas “a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora”, advertia o sábio jumento quanto às expectativas elevadas de seus amigos. Na semana passada, a aprovação da elevação do fundo eleitoral para R\$ 5,7 bilhões mostrou as garras afiadas da nossa classe política, a cada ano mais faminta por dinheiro público.

Como argumentei na coluna anterior, nosso sistema eleitoral favorece políticos ligados às velhas e novas oligarquias partidárias, assim como celebridades ou representantes de grupos econômicos, religiosos ou profissionais. Isso acontece porque as eleições são realizadas em áreas muito grandes, que elevam o custo das campanhas. Esse quadro ainda é agravado pela existência de dezenas de partidos, a maioria sem identidade programática, que lançam centenas de candidatos para cada cargo em disputa.

A decisão de se gastar a fábula de um bilhão de dólares para bancar as campanhas do ano que vem só piora a situação, pois a distribuição dos recursos entre os candidatos fica nas mãos dos dirigentes dos partidos, que tendem a favorecer a si próprios, seus parentes e aliados. Diante desses fatores, as chances de eleição de um concorrente sem vínculos com a política tradicional ou com grupos de interesses são mínimas diante de barreiras à entrada tão elevadas.

Como os animais dos Saltimbancos, cada pessoa tem sua visão de sistema político ideal. Já que estamos falando de fábulas, se me fosse dado um hipotético poder de reformular as regras atuais com um passe de mágica, eu faria o seguinte:

- 1)** Para baratear as campanhas, eu dividiria cada Estado em regiões eleitorais (distritos) menores, cada uma delas elegendo em média quatro deputados - a metade do número atual de deputados dos Estados menores (AC, AM, AP, DF, MS, MT, RN, RO, RR, SE, TO). Eleições em regiões menores reduziriam os custos de deslocamentos publicidade, além de aproximar os candidatos dos eleitores locais.

- 2)** A disputa em cada um desses distritos eleitorais seria feita segundo o modelo de lista fechada, em que os eleitores votariam na legenda, segundo uma ordem de classificação prévia definida por cada partido a partir de prévias obrigatórias entre seus afiliados locais. A ideia é coibir a personalização da política, diminuindo o risco de eleição de corruptos, milicianos, celebridades sem vocação política e afins, além de estimular a democracia interna dos partidos.

- 3)** Por falar em partidos, a cláusula de desempenho e o fim das coligações parecem estar funcionando bem para minar a força dos partidos de aluguel - prova disso é a pressa do Congresso em aprovar o distritão, que age no sentido contrário. Minha sugestão aqui seria apenas dar ao fundo eleitoral o mesmo tratamento do fundo

partidário e da propaganda em rádio e TV, aumentando ainda mais os incentivos para a fusão de partidos pequenos.

4) Para bancar as campanhas, não é salutar depender de fontes concentradas de dinheiro, seja o fundo eleitoral, grandes empresas ou bilionários. Na minha proposta haveria uma redução drástica dos fundos eleitoral e partidário, além da imposição de limites baixos para contribuições de indivíduos e empresas, assim como o uso de recursos próprios pelos candidatos - algo como R\$ 5 mil por CPF e R\$ 50 mil por CNPJ (no total, e não por recebedor). A pulverização do financiamento forçaria partidos e candidatos a se aproximarem dos eleitores, buscando conquistar não apenas seus votos, mas também suas doações. Como bônus, ainda fecharíamos um caminho para a influência empresarial na política.

5) Esse modelo de limites baixos de doações, porém, só funcionaria se viesse acompanhado de um endurecimento da criminalização do uso de laranjas e de caixa dois nas campanhas. O combate ao financiamento ilícito também dependeria de maior transparência nas prestações de contas e do fortalecimento da estrutura dos órgãos de controle (Ministério Público, Receita, Tribunais de Conta) e da Justiça Eleitoral, assim como da reformulação das normas processuais para se evitar a prescrição de crimes e impunidade de forma geral.

Não tenho ilusão de que essas propostas sejam perfeitas, mas acredito que podem constituir um bom ponto de partida para uma discussão em torno de um novo sistema eleitoral com campanhas mais baratas, menos partidos (porém mais fortes) e uma menor dependência de dinheiro público e privado.

Na fábula inspirada num conto dos irmãos Grimm, os saltimbancos venceram a exploração dos padrões combinando a esperteza da gata, a paciência do jumento, a lealdade do cachorro e a teimosia da galinha. Eu ainda não perdi as esperanças de que possamos unir nossos esforços contra os barões da política brasileira. “Todos juntos somos fortes, não há nada a temer”.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Carf analisará súmula sobre tributação de lucro

Enunciado é um dos 45 que serão analisados pelos conselheiros em agosto

Por Beatriz Olivon — De Brasília

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 37 minutos

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) vai analisar duas propostas de **súmula** polêmicas: uma trata da **taxação de lucro** no Brasil mesmo com a existência de tratado internacional para impedir a dupla tributação e a outra da cobrança simultânea das multas isolada e de ofício. Os textos estão entre os 45 que serão levados aos conselheiros em agosto.

Os entendimentos, se aprovados pelo Pleno, serão a última palavra do Conselho. O ministro da Economia ainda poderá torná-los vinculantes para toda a administração tributária federal - ou seja, passarão obrigatoriamente a ser seguidos pelos fiscais da Receita Federal.

A questão dos tratados está na proposta de súmula nº 26. O texto afirma que os acordos e convenções internacionais celebrados pelo Brasil para evitar dupla tributação da renda que seguem o modelo da Organização das Nações Unidas (**ONU**) ou da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (**OCDE**) não impedem a tributação na controladora no Brasil dos lucros auferidos por intermédio de suas controladas no exterior.

A discussão é importante para grandes empresas, como a **Petrobras**. A companhia tem vários processos sobre o tema nas esferas administrativa e judicial, com impacto financeiro total de aproximadamente **R\$ 13,5 bilhões**.

Em janeiro de 2019, por exemplo, a Petrobras saiu derrotada em um dos processos administrativos sobre o tema (nº 16682.721067/ 2014-01). Envolve subsidiária na Holanda. A decisão, da Câmara Superior, foi pelo voto de qualidade, o desempate pelo presidente da turma julgadora, representante do Fisco. Hoje, com a mudança realizada em 2020, o empate favorece o contribuinte.

O entendimento da Câmara Superior, a última instância do Carf, em muitos casos, é o de que os acordos não impedem a tributação, prevalecendo a Medida Provisória nº 2.158/2001, que determina a disponibilização, no Brasil, de lucros de controladas e coligadas no exterior. Além da Petrobras, a **Eagle**, controlada pela **Ambev**, saiu derrotada.

No Judiciário, há precedente do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) favorável ao contribuinte. O processo, julgado em 2012, envolve a Vale (REsp 1325709). Na ocasião, os ministros decidiram que um tratado internacional deve prevalecer sobre as normas nacionais.

A advogada e ex-conselheira Cristiane Costa, sócia no escritório Thomazinho, Monteiro, Bellangero & Jorge, lembra que esse assunto já apareceu entre as propostas analisadas em 2019, mas não foi aprovado. “O texto segue a jurisprudência dominante no Carf. Mas o STJ tem outro entendimento”, diz.

No caso das multas de mora e de ofício, a polêmica está no fato de não haver uma jurisprudência consolidada sobre o assunto, segundo advogados. “Está [a jurisprudência] dividida”, afirma o advogado Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados.

A proposta de súmula nº 24 afirma que a multa isolada, na hipótese de falta de pagamento das estimativas mensais, pode ser exigida, a partir do advento da MP nº 351, de 2007 (convertida na Lei nº 11.488, de 2007) concomitantemente com a multa de ofício incidente sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata.

O texto afasta a aplicação da Súmula nº 105, de 2007, que impedia a aplicação das duas penalidades. A multa de ofício é de 75% e a isolada, de 50% - juntas, dobram os valores em discussão.

Para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), a aprovação de enunciados de súmulas representa uma oportunidade de sedimentar a jurisprudência do Carf. Entre as que considera mais importantes está a de nº 22. Altera o enunciado da Súmula nº 11 para afirmar que “não se aplica a prescrição intercorrente para créditos tributários no processo administrativo fiscal”.

De acordo com Caio Quintela, vice-presidente da 1ª Seção do Carf, as súmulas, por previsão do regimento interno, não necessariamente exprimem o entendimento majoritário do órgão. São necessários cinco acórdãos favoráveis de duas turmas diferentes para a proposição de súmula. “Geralmente, o debate da aprovação ou

não em relação à posição ser majoritária é algo resolvido em votação no pleno”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Com Dixit você joga com imagens e infinitas interpretações.

DIXIT | AMAZON

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

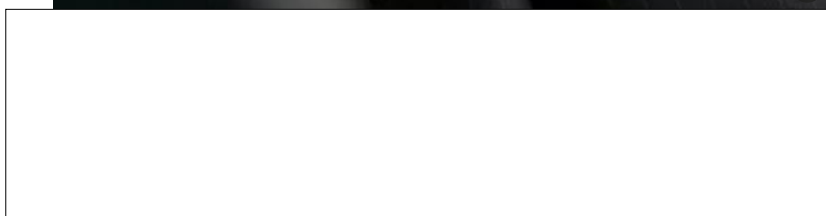
Anvisa autoriza estudos clínicos com 3ª dose de vacina da AstraZeneca e com a proxalutamida

Aposta de desaceleração do preço de alimentos ganha força

Serviços e tarifas administradas devem ser fatores mais importantes para determinar a trajetória do IPCA daqui em diante

Por **Arícia Martins e Alessandra Saraiva** — De São Paulo e do Rio

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



O choque de custos no atacado que vem pressionando a inflação ao consumidor desde meados do ano passado deu sinais mais fortes de dissipação no começo de julho, quando o Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) desacelerou a 0,18%, menor taxa em 14 meses. A principal influência de baixa ante junho, quando o índice subiu 2,32%, partiu dos preços agropecuários: eles recuaram 2,6%, vindo de aumento de 0,92%. Na média, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) deixou alta de 2,64% e caiu 0,07%.

Os dados foram divulgados na sexta pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo economistas, o alívio vindo do atacado neste primeiro momento está concentrado em commodities agrícolas, o que reforça perspectivas de descompressão dos alimentos no varejo. A recomposição de preços de serviços e reajustes maiores de tarifas administradas, no entanto, seriam fatores mais importantes para determinar a trajetória do IPCA daqui em diante, e eles seguem apontando inflação acima de 6% no ano. O teto da meta para 2021 é 5,25%.

A recente valorização do real ajudou a reduzir preços de commodities no mercado interno, o que derrubou a inflação no atacado, afirmou Matheus Peçanha, economista da FGV. "No caso do complexo soja, quase todos os itens relacionados

caíram de preço”, notou Peçanha, acrescentando que a alta da Selic tornou o Brasil mais atrativo para a entrada de dólar, o que ajudou a apreciar a divisa nacional.

Alívio na margem

Variação mensal do IGP-10 e do IPA-10 - Em %



Fonte: FGV Ibre

Houve queda em vários preços agropecuários no IGP-10 em julho, observa Fabio Romão, economista da LCA Consultores, como arroz (-12,5%), soja (-9%), milho (-8,5%) e trigo (-5,8%). “Os produtos agropecuários confirmaram a expectativa de que haveria arrefecimento em algum momento, embora a maior parte dos preços continue acima do patamar pré-pandemia”, ponderou. “De qualquer modo, essa devolução parcial dos preços vai contribuir para tirar um pouco do mal estar com a inflação de alimentos ao consumidor.”

Romão trabalha com aumento de 5,6% para a parte de alimentação no domicílio dentro do IPCA em 2021. Nos 12 meses até junho, esses itens subiram 15,3%, e terminaram 2020 com avanço de 18,2%. Segundo ele, o IPA-agro não deve se sustentar em terreno negativo até o fim do mês, mas o auge da pressão de commodities agrícolas na inflação parece ter ficado para trás. Em suas estimativas, os preços agropecuários no atacado vão subir 12,7% neste ano, bastante abaixo da inflação de 56,2% registrada em 2020.

Flávio Serrano, economista-chefe da Greenbay Investimentos, pondera que houve aceleração no atacado de leite in natura, aves e bovinos, que têm peso relevante na formação de preços de alimentos no varejo. Do lado dos bens industriais - cuja alta arrefeceu de 3,34% a 0,92% na passagem mensal - nem todo o choque ao produtor foi repassado aos preços finais, aponta Serrano, o que pode ocorrer a depender do ritmo em que a ociosidade na economia diminuir. No ano terminado em julho, o IPA industrial aumentou 44,2%.

Para ele, porém, o maior vetor inflacionário ao consumidor no curto prazo ainda será a tarifa de energia elétrica, que deve responder por 0,23 ponto percentual da alta do IPCA neste mês, prevista entre 0,7% e 0,8%. As contas de luz devem subir mais devido ao aumento do adicional da bandeira vermelha patamar 2 e ao reajuste tarifário da Enel, distribuidora de São Paulo.

Passado o pico da pressão de tarifas administradas, as taxas mensais do IPCA tendem a ficar mais comportadas, mas a dinâmica inflacionária vai depender mais do ritmo de reabertura das atividades com o avanço da vacinação, avalia Serrano. Nesse contexto, a perda de ímpeto dos índices do atacado é uma boa notícia, mas deve ter influência secundária sobre os preços ao consumidor, diz o economista, para quem o IPCA vai subir 6,2% em 2021. "A economia está com certa ociosidade, mas está em processo de reabertura, e isso pode criar pequenos desequilíbrios."

De junho para julho, o Índice de Preços ao Consumidor - 10 (IPC-10), que responde por 30% dos IGPs, pouco desacelerou, de 0,72% a 0,70%. Permaneceram em alta preços como tarifa de eletricidade residencial (3,86%) e gasolina (1,42%), notou Peçanha, para quem a perda de fôlego no atacado ajudou em parte a conter a inflação no varejo.

Romão, da LCA, espera que o IPCA suba 6,4% neste ano, influenciado por reaceleração dos serviços, ainda que os preços continuem correndo bem abaixo da inflação total (3,5%), e pelo encarecimento da energia elétrica. Já nos bens industriais, diferentemente da expectativa para alimentos, a descompressão deve ser mais lenta, destaca o economista: esses preços aumentaram 8,7% nos 12 meses encerrados em junho e devem terminar 2021 com alta de 7% em seus cálculos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Veja: Dormir com o pescoço na posição correta pode eliminar dores no pescoço e coluna

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Acordo prevê elevar produção de petróleo

Em resposta à disparada dos preços, Opep e aliados prometem recuperar a produção cortada

Por David Sheppard — Financial Times

19/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados chegaram a um acordo para elevar a produção de petróleo em resposta à disparada dos preços, e definiram a meta de recuperar até o fim de 2022 toda a produção cortada no começo da pandemia.

Inicialmente, serão produzidos 400 mil barris extras por dia a cada mês a partir de agosto, o que elevará a produção para cerca de 2 milhões de barris por dia até o fim do ano. Os aumentos mensais continuarão no ano que vem e a Opep+ informou que estendeu a vigência do acordo até dezembro de 2022, em vez de abril.

A oferta restrita havia empurrado os preços do petróleo para seu nível mais alto em três anos. Mas o ritmo modesto dos aumentos de produção é um sinal da preocupação em torno da força da recuperação econômica mundial diante das mutações da covid-19 que continuam a surgir. Sugere também que os produtores de petróleo se sentem relativamente confortáveis com o preço atual do petróleo bruto.

Como parte do acordo, alguns membros da Opep+, como Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Rússia, Iraque e Kuwait, receberão cotas bases de produção - nível a partir do qual os acordos de produção são calculados - mais altas, em uma vitória para Abu Dhabi, que ameaçara abandonar o grupo no início do mês.

O ministro da Energia da Arábia Saudita, príncipe Abdulaziz bin Salman, disse acreditar que o acordo demonstra que o grupo pode superar divergências e que o mercado de petróleo agora terá mais transparência. “Estamos de volta com toda a força e determinação”, destacou Abdulaziz,

O grupo de produtores de petróleo cortou a produção em quase 10 milhões de barris por dia em abril de 2020, no auge das quarentenas e proibições de viagens que enfraqueceram a demanda. Mas, aos poucos, a demanda tem voltado à medida que as economias reabrem.

A Opep está tendo de se adaptar a uma nova realidade em que o petróleo bruto de tipo Brent, referência internacional, disparou para mais de US\$ 75 o barril, a maior alta em três anos, conforme a demanda se recuperou.

Ainda não se sabe se o volume restaurado pela Opep+ será suficiente para reduzir os preços de forma significativa nos próximos meses, já que a demanda deve continuar a crescer.

A decisão de elevar as cotas base de produção de outros grandes membros parece calculada para evitar uma ruptura no grupo mais amplo. A Opep+ informou que os aumentos de produção mensal de 400 mil barris por dia continuarão até o fim de 2022.

“É um sinal de que a Opep+ quer continuar a gerir o mercado”, disse Amrita Sen, da Energy Aspects. “As mudanças na cotas complicam um pouco as coisas, mas a garantia de 400 mil barris por dia manterá a oferta sob controle.” A próxima reunião da Opep+ está marcada para 1º de setembro.

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade, mesa cotton multifuncional, você precisa conhecer

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

Acordo com UE reduz alíquota de carro em 50%

Redução tarifária deve beneficiar café solúvel brasileiro, que deixa de pagar 9% após 4 anos

Por Assis Moreira — De Genebra

19/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Transporte de veículos: carro europeu (dentro da cota) recolherá alíquota de 17,5%, enquanto o carro dos Estados Unidos ou do Japão pagará 35% — Foto: Edson Ruiz/Valor



O Brasil abrirá uma cota de importação anual de 32 mil veículos da Europa com tarifa de 17,5%, ou seja metade da alíquota normal, por sete anos, a partir do momento em que o acordo Mercosul-União Europeia (UE) entrar em vigor.

Depois dos sete anos com cota, começará a desgravação (mecanismo de redução) da tarifa até chegar a zero nos oito anos seguintes nesse setor. A área automotiva é considerada uma dos mais importantes no acordo.

Por sua vez, o café solúvel brasileiro, que é muito exportado para a Europa, terá acesso sem tarifa nos 27 países da UE quatro anos depois da entrada em vigor do acordo birregional. A tarifa atualmente é de 9%, muito alta para os padrões europeus. E, com sua eliminação, o produto brasileiro com valor agregado poderá ganhar mercado.

Essas informações foram detalhadas na sexta-feira, pela primeira vez, ao mesmo tempo pelos países do Mercosul e pela União Europeia, com a publicação dos cronogramas de redução tarifária e dos compromissos em matéria de serviços e compras públicas pelo acordo birregional.

O objetivo claramente é de buscar algum “movimento” e que não pareça que o acordo está paralisado, apesar da resistência de alguns Estados-membros europeus, que se dizem inquietos com os problemas ambientais no Brasil.

A União Europeia e o Mercosul querem mostrar que há enormes oportunidades de negócios no acordo birregional e que não podem ser perdidas. O exemplo do ganho para os produtores de veículos europeus ilustra isso. A liberalização no Mercosul será em 15 anos no total. Nos primeiros sete anos, o bloco dará cota para entrada de 50 mil veículos europeus com uma vantagem preferencial de 50%. Ou seja, o carro europeu (dentro da cota) será submetido à alíquota de 17,5%, enquanto o carro dos EUA ou do Japão vai continuar pagando 35%.

Essa cota de 50 mil foi distribuída entre os países do Mercosul de acordo com o comércio histórico. É por isso que a cota brasileira é maior, de 32 mil veículos. A Argentina dará cota de 15,5 mil, o Uruguai, de 1.750, e o Paraguai, de 750 veículos. As importações fora da cota continuarão com tarifa de 35%, até que comece a desgravação.

De outro lado, a cota de 99 mil toneladas para exportação de carne bovina do Mercosul para a UE é conhecida. O que é menos é o ganho para produtos já bastante comercializados, como o café solúvel para o Brasil, e que portanto tendem a aumentar mais seu faturamento.

Além disso, o potencial é significativo para frutas brasileiras, um nicho do comércio internacional que tem um dos maiores potenciais de crescimento. Para uva de mesa procedente do Mercosul, por exemplo, a eliminação da tarifa na UE será imediata.

Acordo significa troca recíproca, queda de tarifas para as empresas de cada bloco. Por isso, uma coalizão de 13 importantes associações industriais da Europa recentemente levantou a voz conclamando os governos europeus a uma ratificação rápida do acordo comercial com o Mercosul. As associações alertaram que um fiasco na ratificação do acordo deixaria a UE e o Mercosul “com menos instrumentos para construir confiança mútua e cooperar para enfrentar o maior desafio do nosso

tempo". E que a não ratificação levará Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, os sócios do Mercosul, a continuar ou mesmo a expandir seu comércio com outros parceiros com padrões ambientais e trabalhistas substancialmente mais baixos. A manifestação ilustra o temor de a Europa perder mais negócios em proveito da China na região.

Em comunicado, o Itamaraty diz que, em razão do interesse público nas negociações concluídas entre o Mercosul e a União Europeia, os dois lados decidiram publicar os cronogramas de liberalização recíproca.

Ressalva que os documentos não são definitivos e poderão sofrer modificações adicionais em decorrência do processo de revisão formal e jurídica, ainda em andamento. O acordo será vinculante para as partes, conforme o direito internacional, somente após a conclusão dos procedimentos legais internos necessários para a entrada em vigor.

Na prática, um movimento pode ser esperado do lado da UE depois da eleição presidencial francesa do ano que vem.

Os detalhes da desgravação estão na página do Ministério das Relações Exteriores: www.gov.br/mre

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Só hoje com 50% de desconto, o kit com camisas Lacoste!

CAMISAS KIT

LINK PATROCINADO

Quarto, banheiro ou cozinha: Veja como organizar o seu cômodo mais desarrumado

HOPY

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

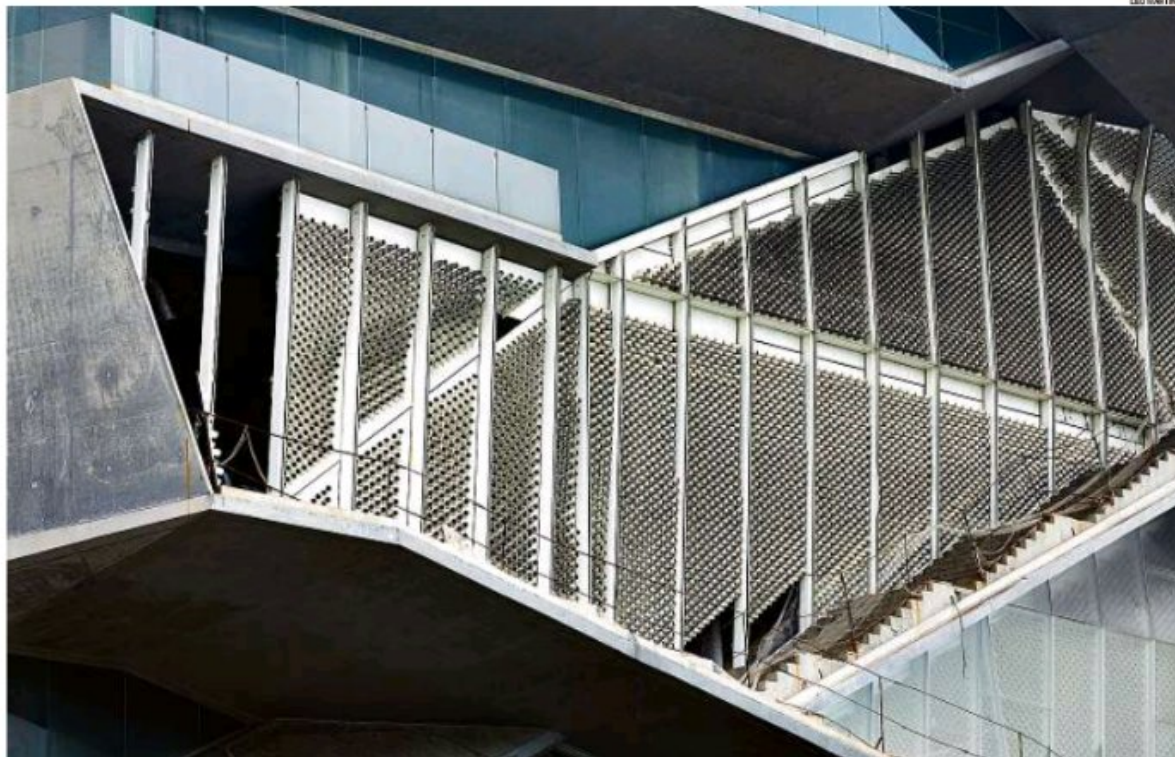
EFEITO CEDAE

ESTADO COMEÇA A ABRIR O COFRE

Governo anuncia obras de R\$ 2 bi em infraestrutura



Abandona. A área do Fé, em Teresópolis, à espera de obras de contenção desde as chuvas de 2011



LEO HARTZ

Luz no fim do túnel. O Museu da Imagem e do Som, em Copacabana, é uma das obras que devem ser reformadas no pacote previsto pelo governo do Rio, com parte dos recursos oriunda da Cedae

SELMA SCHMIDT
selma@oglobo.com.br

O temporal na Serra, em janeiro de 2011, destruiu casas e levou parte do morro dos bairros Jardim Fé e Espanhol, em Teresópolis. Vizinhos, os dois lugares não receberam qualquer obra desde então. Cítrizes da tragédia estão em escombros e imóveis que se mantiveram de pé e acabaram invadidos, depois de desocupados — são 178 casas interditadas e demarcadas para demolição, segundo a Defesa Civil municipal. Agora, uma década depois da tragédia, finalmente o cenário pode mudar. A Secretaria estadual de Infraestrutura (Seinfra) incluiu a região num pacote inicial de sete obras que será publicado no Diário Oficial até o fim do mês. O governador Cláudio Castro decidiu começar a abrir o cofre para investimentos, diante da expectativa da chegada de recursos oriundos da outorga pela concessão da Cedae e do aumento da receita.

Castro já autorizou investir R\$ 2 bilhões em infraestrutur

tura — grande parte do recurso é da Cedae —, com lançamento de editais de licitação de 15 em 15 dias. Entre as obras do primeiro lote, de mais de R\$ 100 milhões, estão as intervenções em Teresópolis, serviços para a conclusão do novo Museu da Imagem e do Som (MIS), em Copacabana, e a construção da nova sede do Comando de Operações Especiais (COE) da PM, em Ramos. Mesmo com o estado em Regime de Recuperação Fiscal, esse dinheiro inicial virá do seu orçamento. Em valores atualizados, de acordo com a Secretaria de Fazenda, entram para o Tesouro R\$ 49,7 bilhões no primeiro semestre deste ano, 8% a mais do que em igual período do ano passado (R\$ 46,2 bilhões).

— Estamos começando a trabalhar num segundo pacote, de cerca de R\$ 110 milhões, também do orçamento do estado — conta o titular da Seinfra, Max Lemos, que tem recebido, em média, dez prefeitos e deputados por dia para pleitear obras para suas regiões.

A pedido do governador, o presidente da Federação de Indústrias do Estado do Rio (Firjan), Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, também encaminhou documento detalhando 22 projetos considerados prioritários para o desenvolvimento socioeconômico fluminense, segundo estudo da entidade. Entre eles, estão a implantação da Linha 3 do metrô, entre Niterói e São Gonçalo; a conclusão da Estação Gávea da Linha 4; e a restauração da Linha Vermelha. Outras obras citadas são o metrô leve, com 17 quilômetros de extensão, entre o Centro e o Aeroporto do Galeão; e a adequação de rodovias estaduais do Norte Fluminense.

EFEITO MULTIPLICADOR

O estudo contabilizou ainda obras de construção de estradas: 43 quilômetros ligando a BR-101 ao Porto do Açú e ao Distrito Industrial de São João da Barra; e 14 quilômetros da BR-040 à Via Light (Transbairrada). Os 22 projetos, diz o documento, "representam R\$ 9,4 bilhões em investi-

mentos, com efeito multiplicador de R\$ 11,9 bilhões e potencial de geração de 135 mil empregos diretos e indiretos".

— As aplicações dos recursos da concessão de serviços de saneamento básico serão fundamentais para transformar o estado num canteiro de obras — afirma Eduardo Eugenio. — Além dos benefícios evidentes para as famílias desprovidas de água encanada e tratamento de esgoto, vagas de emprego serão criadas pelas obras. Diversas indústrias irão produzir essas intervenções.

A outorga da Cedae deve começar a pingar no cofre Tesouro no fim do mês. E o programa de intervenções com o dinheiro está sendo fechado pelo governo. Dos R\$ 14,478 bilhões destinadas ao estado, R\$ 9,41 bilhões devem ser repassados ainda este ano. Mas parte do valor irá para a própria Cedae, sobrando cerca de R\$ 7 bilhões líquidos.

Quanto aos R\$ 2 bilhões direcionados à Seinfra, o governador ressalta que as melhorias permitirão impulsionar o desenvolvimento econô-

mico e social em todas as regiões fluminenses:

— Os pacotes lançados pela Seinfra vão significar mais qualidade de vida para a população e geração de emprego e renda para as cidades beneficiadas. Os planos contemplarão áreas como segurança, educação, assistência social, habitação e saúde. Nossa meta é melhorar a infraestrutura dos principais setores do estado.

O que está sacramentado é que, dos primeiros R\$ 2 bilhões, R\$ 1 bilhão será para serviços básicos de infraestrutura, R\$ 400 milhões para a reforma de equipamentos públicos, R\$ 500 milhões para habitação e a melhoria da habitabilidade em locais carentes e R\$ 100 milhões para a conclusão de obras atualmente paralisadas.

Mas o destino a ser dado a tanto dinheiro preocupa o economista Cláudio Frischtak, presidente da Inter.b Consultoria e especialista em infraestrutura.

— Todo o programa tem que ser consequência de um plano, deve ter uma taxa social de

retorno. Não estou vendo um processo de planejamento para o uso do dinheiro da Cedae. Minha preocupação é que o ciclo eleitoral acabe sendo determinante na alocação desses recursos. Temo que a verba da Cedae tenha o mesmo destino do dinheiro do pré-sal, que não mudou a face do estado. O ideal é que os recursos sejam colocados em fundos capitalizados para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Dessa forma, haveria tempo para planejamento, de modo a assegurar que esse dinheiro seja bem gasto.

Entre moradores de Teresópolis, o anúncio de que o Jardim Fé e o Espanhol receberão mais de R\$ 43 milhões em contenção de encosta e drenagem representa um alívio.

— Nada fizeram nessa região desde 2011, e as pessoas vivem no risco. O difícil será tirar famílias de casas interditadas — prevê Lucinéia da Silva, voluntária de uma comissão de moradores de bairros atingidos pelo temporal, lembrando que, no município, ainda há muita obra a ser concluída.

ÁREA: OBRAS PARADAS

Para o término da construção do MIS serão destinados, no primeiro pacote, cerca de R\$ 40 milhões. Com R\$ 12,7 milhões, será construído um equipamento modular para a nova sede do COE, em Ramos. Além disso, a contenção de encosta, o acesso viário, a estação de tratamento de esgoto e o reservatório de água do Conjunto Habitacional Granja Disco, no município de Areal, contarão com R\$ 6,6 milhões. O condomínio, construído em 2011, tem 153 casas e está com obras paradas desde 2016.

— Essa é uma tragédia ambiental que se transformou em uma tragédia social, onde 153 famílias esperam pelas obras — diz o prefeito Gutinho Bernardes.

Estão previstas ainda a reforma e revitalização da ciclovia e calçada da orla da Praia do Saco, em Mangaratiba; e obras de contenção em Duz Pedras e Lazareto, em Nova Friburgo.

— Além de tocar novas obras, vamos terminar as que não foram concluídas. Assim, estimulamos a construção civil e geramos novas receitas e empregos — diz Max Lemos.

O primeiro lote de R\$ 100 milhões

> **Jardim Féo e Espanhol.** Estão previstas obras de contenção e drenagem nesses dois bairros de Teresópolis, na Região Serrana do estado. Total da licitação: R\$ 43.159.081,86.

> **Museu da Imagem e do Som (MIS).** Será licitada parte dos obras para a conclusão do novo

MIS, na orla de Copacabana. Valor: cerca de R\$ 40 milhões. No total, o governo do estado promete investir R\$ 52 milhões para finalizar a obra do museu, suspensa há cinco anos.

> **Nova sede do COE.** Será construído um equipamento modular para a nova sede do Comando de

Operações Especiais da PM, em Ramos. Valor: R\$ 12.758.386,45.

> **Areal.** O projeto prevê a implantação de infraestrutura e melhoria viária no acesso ao Conjunto Habitacional Granja Disco, no município da Região Serrana, onde foram construídas 153 casas. A obra está parada desde 2016.

Custo: R\$ 6.630.71,46.

> **Mangaratiba.** Estão previstas a reforma e a revitalização da ciclovia e da calçada da orla da Praia do Saco. Custo: R\$ 3.128.437,53.

> **Praças.** Serão revitalizadas três praças no município de Engenheiro Paulo de Frontin:

Júlio Nora, Sacra Família e Wagner Medeiros. Valor: R\$ 1.730.021,80.

> **Nova Friburgo.** Serão feitas obras de contenção de encostas em Duas Pedras e Lazareto, que sofreram com as chuvas de janeiro de 2011. Custo: R\$ 243.981,84



Lira articula proposta de semipresidencialismo

Pressionado por pedidos de impeachment, presidente da Câmara defende a votação da matéria, mas encontra resistências

MELISSA DUARTE
E FERNANDA TRISOTTO
opais@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Pressionado pelos 126 pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), articula a votação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para mudar o sistema de governo e instituir o semipresidencialismo,

com a criação da figura do primeiro-ministro.

Parlamentares relataram ao GLOBO que Lira queria incluir a mudança já na reforma política em debate, desde que houvesse anuência dos líderes partidários. A proposta, porém, deve ter dificuldade para avançar.

O tema foi discutido em reunião do colégio de líderes na última semana, como revelou o jornal "Estado de S.Paulo". O

próprio autor da proposta, Samuel Moreira (PSDB-SP), porém, admite dificuldades para a tramitação. Segundo o tucano, a PEC, protocolado em agosto de 2020, conta com cerca de 40 assinaturas das 171 necessárias.

Para Moreira, a proposta seria menos traumática para a sociedade do que o impeachment:

— Tem uma crise, está mal demais o governo, tem proble-

mas como nós cansamos de ter? Você troca o primeiro-ministro em 48 horas.

Na semana passada, Lira defendeu a proposta ao falar com jornalistas na Câmara. E disse que, "neste momento, tem que trabalhar mais para pôr água na fervura do que para botar querosene."

— Eu não posso fazer esse impeachment sozinho. Erra quem pensa que essa responsabilidade é só minha. Ela é

uma somatória de características que não se configuram. Então, temos que nos acostumar a ter um processo democrático. Nós defendemos eleições em 2022. Daí a possibilidade, muito bem aceita, de votar um semipresidencialismo em 2026, com uma forma de você estabilizar mais o processo político no Congresso Nacional — disse.

Relatora de mudanças no código eleitoral, Margarete

Coelho (PP-PI) diz que esse é um debate que está em fase inicial e aposta que a discussão terá mais espaço após encerrada a reforma política.

Para o líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), pautar essa proposta é um equívoco sobretudo após dois plebiscitos terem escolhido o presidencialismo como sistema de governo, em 1963 e em 1993:

— A um ano do início do processo eleitoral, debater uma mudança que não se sabe sequer a partir de quando valeria, não faz sentido. (...) Seria uma afronta se os parlamentares decidissem passar por cima da vontade dos eleitores.



No aguardo. Aline Gonçalves, dona de clínica de estética e fisioterapia: "Usei o dinheiro que tinha guardado, mas acabou. Preciso adaptar as salas com divisórias e outras exigências da vigilância sanitária"

CRÉDITO PARA RETOMADA

Com corrida por recurso do Pronampe, demanda chega a R\$ 200 bilhões

GABRIEL SHINOHARA
E RAPHAELA RIBAS
economia@oglobo.com.br
socio@lucio.com

Em menos de duas semanas, o novo Pronampe emprestou R\$ 10 bilhões para um total de R\$ 25 bilhões para cerca de 130 mil pequenas empresas, mas o próprio governo admite que o tamanho atual do programa não será suficiente para a demanda. Muitos ainda se queixam de dificuldades para acessar os recursos, mas quem conseguiu reestruturar dívidas e até investe, já espera a retomada da economia com o avanço na vacinação. O Sebrae, no entanto, estima serem necessários entre R\$ 160 bilhões e R\$ 200 bilhões para ajudar as pequenas empresas, segmento que mais emprega, a saírem da crise e voltarem a crescer. Ou seja, muitas ficarão desassistidas.

O presidente do Sebrae, Carlos Melles, acredita que o crédito vem sendo absorvido rapidamente porque o programa tem um ótimo modelo, pois a garantia do Tesouro facilita a concessão de crédito aos pequenos pelos bancos. Ele relata que chegou a pedir um aporte entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões para o segmento. O governo fez um aporte inicial de R\$ 5 bilhões, que, avançados pelos bancos, transformaram-se em R\$ 25 bilhões.

— Quando nós falamos de R\$ 40 bilhões, R\$ 50 bilhões de aporte, prevíamos que esse valor poderia alavancar de R\$ 160 bilhões a R\$ 200 bilhões de crédito, que talvez seja a necessidade mais adequada da micro e pequena empresa hoje — explica Melles.

O empresário Rafael Nunes Plantz, dono da Tag Eventos, tentou empréstimo pelo Pronampe várias

vezes e só conseguiu agora. Sua empresa aluga palcos, grades e estrutura para eventos no Estado do Rio, um setor que parou totalmente por vários meses e ainda não se recuperou.

— Tínhamos consciência de que seríamos os primeiros a parar e últimos a ser beneficiados — diz Plantz. O dinheiro já caiu na sua conta e tem destino certo: o pagamento de contas.

— Nosso setor ainda não voltou. A vacina está caminhando, mas ainda demora. Esse dinheiro vai cobrir o capital de giro de janeiro a abril e será usado na folha de pagamento — diz o empresário.

REESTRUTURAR DÍVIDAS

Pagar dívidas, funcionários e fornecedores é a prioridade de quem consegue recursos, com quem empresários e representantes dos setores de comércio e serviços — os mais prejudicados pela pandemia, pois dependem da circulação de pessoas.

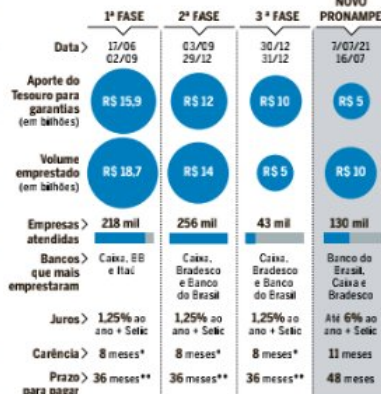
Dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) mostram que, no primeiro quadrimestre de 2021, 437.787 empresas fecharam — alta de 22,9% em relação aos quatro meses imediatamente anteriores. Frente ao mesmo período de 2020, o aumento é de 23,1%.

No setor de bares e restaurantes, desde o início da pandemia mais de 300 mil estabelecimentos fecharam. Segundo Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, associação que representa o setor, 57% dos donos de bares e restaurantes estão operando com prejuízo, e 71% têm dívidas atrasadas.

Os principais débitos são relativos a impostos (federais, municipais e estaduais), água e luz, aluguel, FGTS e

AJUDA NO FINANCIAMENTO

Desde junho do ano passado, o Pronampe já viabilizou R\$ 47,7 bilhões em empréstimos para pequenas empresas



* É possível pedir extensão da carência por 11 meses ** É possível pedir aumento do prazo em até 12 meses / Fonte: EC e Ministério da Economia



Digital May Amorim, dona de uma loja na Bahia, busca recursos para ampliar vendas on-line: "É para dar fôlego, investir e compensar as perdas"

fornecedores, nessa ordem. — Na primeira leva do Pronampe, muitos pegaram o empréstimo por precaução. Agora, quem conseguiu, vai usar para reestruturar dívidas — afirma Solmucci, que considera que a

ajuda demorou muito.

O subsecretário de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas do Ministério da Economia, Michael Dantas, reconhece que havia uma demanda reprimida por crédito no segmento

e diz que a pasta trabalha em medidas de curto, médio e longo prazo para atendê-la.

— É um fato dado (que o Pronampe não chegará a todos). A demanda por crédito é muito, muito maior, em especial em um momento de recuperação. Mas o Pronampe ajuda, é um respiro, em especial para pequenas empresas que estão lutando pela manutenção do emprego.

Nas cooperativas, os recursos também estão saindo rápido. Do R\$ 1,2 bilhão captado pelo Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), R\$ 300 milhões já foram emprestados, e a expectativa é que o limite seja atingido nesta semana. Francisco Repose Júnior, diretor comercial e de canais do Sicoob, espera poder solicitar mais recursos, pois o R\$ 1,2 bilhão não será suficiente.

Sergio Gusmão Suchodolski, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne bancos de desenvolvimento e públicos, relata que as concessões estão saindo rápido e provavelmente será necessário pedir novas liberações do Fundo Garantidor de Operações (FGO):

— Há empresas que ainda buscam socorro pelas dificuldades que enfrentam e há até algumas, em segmentos mais aquecidos, que já estão usando os recursos para investir, porque estão com demanda elevada.

O investimento, muitas vezes, visa garantir a sobrevivência do negócio, como restaurantes que querem aprimorar o *delivery* ou que precisam fazer obras na área externa por causa do distanciamento social.

A empresária Aline Gonçalves, de 43 anos, dona de uma clínica de estética e atendimento de fisioterapia

e nutrição em Bangu, na Zona Norte do Rio, aguarda a resposta do banco sobre seu pedido. Ela está com impostos atrasados, e seu caixa foi à mingua nos meses em que a clínica ficou fechada.

— Usei o dinheiro que tinha guardado, mas agora acabou. Além do giro de caixa, preciso, por exemplo, adaptar as salas com divisórias e várias outras exigências da vigilância sanitária, ainda mais agora que está tendo uma demanda alta — conta a esteticista.

Já a empresária May Amorim precisa de um *e-commerce* mais robusto. Ela estava no meio da expansão da sua loja em Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, quando veio a pandemia. Teve de adiar os planos. Buscou o Pronampe e não conseguiu. Agora, em mais uma tentativa, aguarda resposta. Assim como muitos lojistas, ela conseguiu sucesso nas vendas on-line, mas estas ainda são feitas por WhatsApp e Instagram, de forma mais casual.

— Tenho muitos clientes em Salvador e na região, mas fico limitada com a entrega. Preciso investir em um site e no *e-commerce* para continuar. O dinheiro do Pronampe é para dar fôlego, investir e compensar a perda que tive em 2020 e neste ano — diz May.

'POUCO, MAS NECESSÁRIO'

Para José César da Costa, presidente da CNDL, os lojistas estão hoje em três situações. Há aqueles que, como May, precisam comprar estoque ou se reestruturar; aqueles para quem o dinheiro chegou tarde; e aqueles que vão pagar dívidas.

— O Pronampe é bom e importante, mas insuficiente por causa da crise. É pouco, mas é necessário — diz Costa.

Um novo aporte no Pronampe pelo governo ainda é incerto porque depende da situação orçamentária e do ritmo da recuperação econômica. Mas o Ministério da Economia está desenhando programas que facilitam o acesso ao crédito e o oferecimento de garantias para os bancos.

O primeiro deve ser implementado nos próximos 20 dias. O Sistema Nacional de Garantias vai possibilitar a criação de sociedades de garantias, instituições com administração privada que poderiam fornecer cartas de garantia aos pequenos empresários. Com elas em mãos, seria mais fácil obter um empréstimo do banco.

Dantas, do Ministério da Economia, explica que essas sociedades teriam um caráter mutualístico e poderiam ser financiadas por governos, mas, principalmente, pelos próprios empresários.

Outra medida, ainda sem data para sair, é a atualização do portal CredMei, voltado para pequenas empresas. Ele permitirá comparar os preços de maquininhas e até fazer vários pedidos de avaliação de empréstimo de uma só vez.



MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriam.leitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



A boiada das leis nos tira do mundo

As florestas e os índios brasileiros estão vivendo um risco extremo nos inúmeros projetos que tramitam no Congresso. A boiada do Salles era infralegal. A do Congresso é mais perigosa, porque quando vira lei fica mais difícil desfazer. Há projeto que anistia até grileiro futuro, outro que, na prática, acaba com licenciamento ambiental. Tem um que abre terra indígena para todo tipo de atividade e permite que entidades privadas façam o contato com índios isolados. Deixe eu ser clara: mesmo se você for indiferente às agendas ambiental e indígena, você vai perder. O Brasil será isolado da economia mundial.

— Estamos no pior dos mundos, porque há a

união do Executivo com o Congresso. Sobre o Judiciário, mas ele é lento. Os decretos, o sucateamento do Ibama, a redução do orçamento podem ser revertidos. As perdas legislativas podem se eternizar — afirma Márcio Astrini, coordenador do Observatório do Clima.

A estratégia de ambientalistas, indigenistas, empresários que defendem a sustentabilidade é tentar evitar a aprovação desses projetos sem que o Brasil entenda o que está sendo votado. Astrini usa a expressão: “o empate é nossa vitória.”

Quem se dedica ao estudo dos povos indígenas está ainda mais aflito. Nem o empate é possível. A antropóloga Luísa Molina, doutoranda da UnB, fez um estudo com outros pesquisadores sobre o garimpo nas terras Munduruku e Sai Cinza, no alto e médio Tapajós, no sudoeste do Pará. O estudo “Cercos do Ouro” é de arrepiar. O desmatamento explodiu nas terras Munduruku em 2019 e 2020. Aumentam os casos de contaminação por mercúrio, Covid e aliciamento de pessoas para o tráfico de armas. Maquinários pesados são encontrados dentro de terras indígenas.

Em alguns pontos da Amazônia, os vários crimes, de tráfico de drogas e de armas, garimpo e contrabando de madeira estão se unindo. Aumenta a força das quadrilhas que atuam na região. O governo estimula os grileiros. Bolsonaro é o primeiro governan-

te que acha que tem ganhos políticos com a má notícia ambiental. Só que agora grileiros têm sócios mais perigosos. Há casos que mostram a grande capitalização do crime.

— Em dezembro do ano passado, uma ação do Ibama na Ituna Itatá (Pará) ocasionou as demissões dos coordenadores que fizeram a operação. O que chamou a atenção foi o maquinário enorme dentro da terra indígena. Sempre há

Crime ambiental organizado está ganhando escala, com a anuência do governo e do Congresso, e a união com o tráfico de drogas e de armas

uma escavadeira, esteira para retirar o ouro, uma ou duas, mas quando se encontram 16 escavadeiras, é uma operação de R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões. O crime está ganhando escala — diz Astrini.

No Brasil das muitas urgências, passa boi, passa boiada, passa maquinário pesado para o desmatamento e para o garimpo, unem-se os criminosos. O governo Bolsonaro tem estimulado os ocupantes de terras públicas e o Congresso está votando as leis. Dias atrás a Câmara aprovou a urgência do PL 2633. Ele abre várias possibilidades de legalização de terra grilada depois de 2008. O Código Florestal estabelece 2008 como ano limite. Esse e outros projetos trazem a data para mais perto. No Senado, há o PL 510, com o mesmo objetivo. O

510 é um espelho da MP 910, da grilagem, que não prosperou. Ele cria anistia até 2014. Mas abre caminho para aprovar grilagens depois dessa data. Até as que nem ocorreram ainda.

— Tudo está perdoado para trás, e o que ocorrer para frente o governo vai facilitar a titulação das terras para quem as ocupou ilegalmente. Um grileiro de terra na Amazônia hoje se sente protegido. Em vez de ter medo da Justiça, ele é empoderado pelo próprio governo e pelas leis que tramitam — diz Astrini.

Há ainda o projeto de licenciamento ambiental que elimina travas legais e protege os bancos que financiam as obras mal licenciadas.

O PL 490 é o mais cruel dos projetos, porque aumenta a vulnerabilidade dos indígenas. Acaba com as novas demarcações, libera mineração, exploração de madeira, construção de estradas se houver “interesse nacional”, e acaba com a política de “não contato” com os isolados que, sem memória imunológica, vão morrer. É isso. Vão morrer.

O mundo está indo na direção oposta. O “Financial Times” publicou dias atrás um forte editorial pedindo aos investidores, aos donos de U\$ 7 trilhões, que punam o Brasil. “O Código Florestal está virando letra morta”, diz o jornal. Há muitos outros projetos. Todos eles nos tiram do mundo civilizado e aumentam o grau de barbárie no país.

RECORDE À VISTA

Fundão de R\$ 5,7 bilhões deve tornar próxima campanha a mais cara de todas

BERNARDO MELLO
bernardo.mello@englobo.com.br

Com o aumento do fundo eleitoral para o patamar de R\$ 5,7 bilhões, aprovado pelo Congresso na quinta-feira, a campanha eleitoral do ano que vem deve se tornar a mais cara já realizada. O posto hoje pertence ao pleito de 2014, quando, em valores já corrigidos pela inflação, foram gastos R\$ 6,3 bilhões pelos candidatos — o valor destinado pelos parlamentares para 2022 corresponde a 90% deste montante. Como a legislação permite também o financiamento via fundo partidário e doações de pessoas físicas, a probabilidade de que o recorde seja ultrapassado é real. Em 2014, ainda havia a possibilidade de doação empresarial.

Também como um exemplo de como os valores destinados pelos parlamentares vão na contramão do movimento que vigorou nas eleições de 2016, 2018 e 2020 — de barateamento de custos —, 11 dos 33 partidos devem receber em 2022 uma fatia superior a R\$ 200 milhões, valor máximo destinado a uma sigla nas eleições do ano passado.

Onovo fundo eleitoral reservaria, segundo cálculo do GLOBO, mais de R\$ 1 bilhão a PT e PSL, já que a legislação prioriza repasses às maiores bancadas na Câmara. Chamado de "fundão", o Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC) foi introduzido nas eleições de 2018, no valor de R\$ 1,7 bilhão, para compensar o fim do financiamento empresarial, que se tornou malvisto após denúncias de corrupção, caixa dois e uso indevido desses recursos, trazidas pela Operação Lava-Jato.

Executivos de empresas como JBS, Odebrecht e Andrade Gutierrez, que figuraram entre as maiores doadoras da eleição de 2014, firmaram acordos de delação nos quais admitiram obter contrapartidas, como facilitações para ob-



Remoto. O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) em pronunciamento por videoconferência na sessão no Congresso que deliberou sobre o projeto da LDC

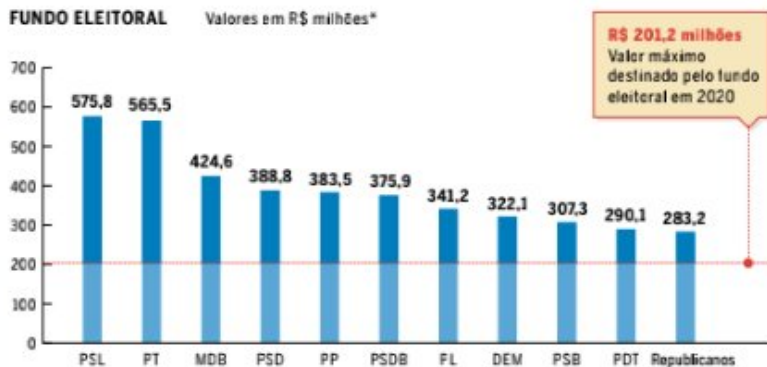
ter contratos públicos. Marqueteiros como João Santana e Duda Mendonça — que atuaram em eleições presidenciais com o PT — e Renato Pereira, que chegou a atuar na pré-campanha de Aécio Neves (PSDB) em 2014 e coordenou vitórias do antigo PMDB no Rio, também foram alvos de investigações e fizeram acordos para devolver valores.

— É preciso olhar o teto de gastos das campanhas. Em 2018, o teto presidencial foi de R\$ 70 milhões. Se corrigirem pela inflação, é menos problemático. Agora, se liberarem algo como R\$ 300 milhões, voltaríamos ao tempo de fartura e doping eleitoral de 2014. O dinheiro distorce o resultado, é como uma vantagem adicional muito grande — avalia o cientista político Murillo Aragão, da Arko Advice Pesquisas.

O novo patamar do fundão, correspondente a 25% dos recursos destinados à Justiça Eleitoral neste ano e do previs-

CAMPANHAS MAIS RICAS

Com novo fundo eleitoral, 11 partidos podem receber mais do que o teto do ano passado



RECEITA COMPARADA

Fundão pode fazer com que próxima eleição ultrapasse a de 2014 como a mais cara



*projeção feita pelo GLOBO com base nos critérios da legislação em vigor
**valor corrigido pela inflação; inclui financiamento privado

to para o próximo, foi aprovado por Câmara e Senado dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A proposta ainda depende de sanção do presidente Jair Bolsonaro. Conselheiros têm recomendado ao presidente que não vote o aumento do fundo eleitoral, por avaliarem que seria um desgaste desnecessário com o Congresso, já que o apoio à medida foi robusto e a tendência seria de derrubada do veto.

Em 2019, Bolsonaro afirmou que vetaria o aumento do fundo eleitoral para as campanhas municipais, mas recuou alegando que temia cometer crime de responsabilidade. O valor sancionado foi de R\$ 2 bilhões, cerca de um terço do novo patamar. Segundo assessores, Bolsonaro ainda não tomou decisão e disse que avaliará o tema ao receber alta hospitalar.

MODELOS ENXUTOS

Marqueteiros ouvidos pelo GLOBO argumentam que, em que pese o aumento de recursos, as campanhas seguirão direcionadas por modelos mais enxutos, baseados nas redes sociais e em inserções curtas na TV, a exemplo da vitória de Bolsonaro em 2018.

— Em 2018, foram poucos os que gastaram o teto na campanha. Aumentar o fundo significa que mais gente vai ter acesso aos recursos — afirmou Marcelo Vitorino, professor da ESPM e consultor de campanhas eleitorais.

Reservadamente, outro marqueteiro compara a retomada do modelo de 2014, com forte investimento no horário eleitoral, a "um time de futebol contratar um treinador vencedor nos anos 1990 para não ganhar nada hoje".

Para a pesquisadora Lara Mesquita, do Cepesp-FGV, uma das autoras de estudo feito em 2019 que comparou custos das quatro últimas eleições gerais, uma possível consequência do novo fundão é que as siglas tenham maior facilidade para conciliar campanhas a Legislativo e Executivo. Em 2014, o gasto para campanhas de deputado federal foi de R\$ 1,6 bilhão, em valores corrigidos, 20% a mais do que em 2018 — quando entrou em vigor a cláusula de barreira, que incentivava siglas a investirem nos candidatos à Câmara.

— Com PT e PSL ganhando meio bilhão cada, daria para investir o teto em candidatos ao governo e à Presidência, e sobra para financiar campanhas ao Legislativo.

CRISE HÍDRICA

PARA NÃO FALTAR ENERGIA

ONS pede a todas as usinas do país que suspendam paradas de manutenção no segundo semestre

MANUEL VENTURA
manuelventura@globo.com.br

Em mais uma medida para garantir o fornecimento de energia elétrica neste ano e diminuir o risco de apagões e de racionamento, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pediu que as usinas geradoras de eletricidade adiem as manutenções programadas para o segundo semestre. O órgão responsável pela gestão operacional do sistema elétrico brasileiro disparou mensagens para diversas empresas solicitando que as atividades de manutenção previstas para os próximos meses sejam adiadas o máximo possível.

O apelo do ONS é dirigido principalmente para as usinas termelétricas, que têm garantido a segurança energética do país nos últimos meses, em meio a uma das piores secas nas regiões das hidrelétricas dos últimos 90 anos. Mas vale também para usinas hidrelétricas, eólicas e solares. O objetivo é garantir que o parque gerador de energia seja capaz de cobrir todo o consumo, principalmente nos meses de outubro e novembro.

Procurado, o ONS respondeu ao GLOBO que o pedido foi enviado a todas as usinas cujo funcionamento é comandado pelo órgão. E afirmou que o objetivo é garantir a "segurança e também a excelência na operação do sistema".

NÍVEL MENOR QUE EM 2001

A preocupação não é a toa. O nível de água nos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste — os mais importantes para o sistema elétrico — é de 27,79%, de acordo com dados do ONS. O valor é o mais baixo para essa época do ano, segundo os registros do órgão. O nível de água é inferior, inclusive, aos de 2001, quando o país passou por um racionamento de energia. Naquele ano, em



Questão de segurança. Lago da represa de Marimbondo praticamente seco; governo pede operação ininterrupta a usinas hidrelétricas, térmicas, eólicas e solares

meados de julho, essas barragens operavam com 27,89% da capacidade.

Em uma das cartas dirigidas a uma geradora de energia, a qual o GLOBO teve acesso, o ONS afirma que é necessário "a maximização das disponibilidades das usinas, especialmente nos meses de outubro e novembro, o que constituirá um recurso fundamental para o atendimento eletroenergético do SIN (Sistema Interligado Nacional)".

No documento, o órgão faz o pedido "tendo em vista a severidade das condições energéticas que se configuraram ao término do período chuvoso, com baixos ni-

27,79%

Era o nível dos reservatórios em 15 de julho deste ano. Trata-se do patamar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, as mais importantes para o setor elétrico. É o mais baixo para essa época do ano.

27,89%

Era o nível dos reservatórios em 15 de julho de 2001. No ano de racionamento, pais enfrentou condições semelhantes. Hoje, porém, o parque de termelétricas é muito maior.

veis de armazenamento nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional".

Por isso, o ONS solicitou que a manutenção seja adiada para o início de 2022, "possibilitando desta maneira a utilização plena dos recursos" das usinas. O Operador Nacional também cita a política adotada pelo órgão de minimizar o uso dos recursos das hidrelétricas da região Sudeste nos meses de julho, agosto e setembro para justificar o pedido.

RISCO DE PARADA REPENTINA

O governo tem acionado usinas termelétricas em níveis recordes para poupar água nas barragens.

Diferentemente de 2001, ano do racionamento, o país tem hoje parque termelétrico muito maior, além de mais linhas de transmissão de energia que interligam o sistema.

O adiamento das paradas programadas, como quer o ONS, evita que seja necessário recorrer a hidrelétricas mais afetadas pela crise para garantir o fornecimento de energia. Também reduz as chances de apagão por falta de capacidade de geração de energia nos horários de pico, concentrados no meio da tarde dos dias úteis.

As manutenções podem levar semanas e dependem da idade e da tecnologia usada na termelétrica — se ela é movida

a óleo, carvão ou gás natural. A maior parte dos procedimentos é feita de maneira preventiva e periódica, com exceção de intervenções de emergência.

O problema é que parte das usinas ligadas hoje não é preparada para operar "na base", ou seja, o tempo inteiro. A falta de manutenção, na avaliação de agentes do setor, pode levar as unidades a pararem de funcionar repentinamente. Também por isso, o governo segue em busca de termelétricas para reforçar a geração de energia.

ENTRADA DE 4 TÉRMICAS

Os técnicos do governo negociam com quatro usinas que podem entrar em operação este mês. Juntas, as unidades têm capacidade de gerar 1.700 megawatts (MW) de energia elétrica, de acordo com os relatos das reuniões aos quais o GLOBO teve acesso. A capacidade que está sendo negociada pelo governo equivale a cerca de 10% do que o país vem gerando de energia por termelétricas nas últimas semanas.

Nas reuniões feitas nos últimos dias junto com o ONS, por outro lado, os donos das usinas têm alertado para a dificuldade no fornecimento de gás natural.

Nem todas as usinas de energia estão conectadas ao sistema nacional de energia. Com a crise hídrica, o Ministério de Minas e Energia passou a fazer uma varredura para encontrar unidades que possam ser conectadas ao sistema e ser acionadas pelo ONS.

As quatro usinas com as quais o governo está negociando não têm contratos e seriam contratadas até o fim deste ano. Os técnicos negociam com as usinas de William Arjona, em Campo Grande (que entrou em operação semana passada); Araucária e Cuiabá, ambas na capital mato-grossense; e Uruguaiana, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

Guedes propõe a empresários criar comissão sobre a reforma

Em encontro com setor produtivo foi discutida a possibilidade de postergar cobrança sobre dividendos para 2023 e manter faixa de isenção em R\$ 20 mil

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS,
JOÃO SORIMA NETO E GERALDA DOCA
economis@oglobo.com.br
SÃO PAULO E BRASILIA

Após enfrentar uma série de críticas à reforma tributária, o ministro da Economia voltou a se reunir ontem com empresários para discutir alterações ao projeto. No encontro, foi definida a criação de uma comissão formada por empresários e advogados tributaristas para debater sugestões de mudanças ao texto. Segundo participantes da reunião, Guedes se comprometeu a se encontrar com essa comissão em São Paulo toda semana.

A reunião com empresários e representantes do setor de serviços no escritório mantido pelo Ministério da Economia em São Paulo durou pouco mais de 1h30. O ministro ouviu críticas e propostas. Pouco mais de 20 pessoas foram ao compromisso, e a maioria usou máscaras para evitar o contágio da Covid-19, segundo participantes. Parte do empresariado presente ao encontro apoia o presidente Jair Bolsonaro, como Meyer Nigri, da Tecnisa, e Alberto Saraiva, do Habibs. Ambos discursaram, segundo os presentes.

No encontro, também foi discutida a possibilidade da taxa de dividendos ser postergada para 2023, sob o argumento que os lucros distribuídos em 2022 serão gerados pelas operações deste ano, quando a reforma ainda não está em vigor. Também está sendo avaliada a manutenção da faixa de isenção para dividendos de R\$ 20 mil mensais, e não reduzi-la a R\$ 2,5 mil como sugeriu o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Além disso, será levado ao relator o pedido para reestabelecer tributação mais dura de *offshores* para reduzir os benefícios de paraísos fiscais.

Gabriel Kanner, do Brasil 200, movimento que reúne empresários próxi-



Atenção. Ministro ouviu reclamações e propostas de empresários, muitos deles alinhados ao governo

mos a Bolsonaro, afirma que o próprio ministro admitiu que a proposta teve forte oposição da iniciativa privada e se mostrou apto a modificar a reforma:

—O setor produtivo sempre apoiou muito o ministro Guedes por sua agenda liberal, mas esta proposta de reforma tributária do governo repercutiu muito mal porque representa aumento de carga tributária. O próprio Guedes falou na reunião que se teve reação tão forte (do empresariado), vão parar e analisar (os questionamentos).

DEFESA DA DESONERAÇÃO DA FOLHA

Entre os participantes, havia integrantes de federações e associações de setores como trabalho temporário, asseio e conservação, vigilantes, escolas particulares, segurança privada e comércio. Ao todo, segundo as entidades, falam em nome de 12 milhões de trabalhadores e 950 mil empresas.

—O ministro se mostrou aberto ao diálogo com o setor de serviços, que era o que estava faltando — disse João Diniz, presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse).

Guedes disse na reunião que quer calibrar a redução do Imposto de Renda para empresas com a alíquota de 20% que será cobrada sobre os dividendos.

Diniz apresentou ao ministro um estudo com propostas para simplificar o sistema tributário. Em outro ponto, empresários criticaram ideias, como a taxa de dividendos e até mesmo o momento da discussão.

—O momento não é adequado para discutir reforma tributária, estamos no meio ainda de uma pandemia, as pequenas e médias empresas sofreram muito. Preferiríamos ter a reforma administrativa primeiro — disse Alfredo Cotait, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Renato Fortuna, presidente da Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), defende a desoneração da folha de pagamento.

—Nosso setor é intensivo em mão de obra, e a desoneração da folha é importante — defendeu Fortuna, cuja associação representa 42 mil empresas e 2 milhões de trabalhadores.

Vinculação de novo Bolsa Família a dividendos gera críticas no governo

Tributação precisa passar pelo Congresso. Bolsonaro estaria pressionando por uma solução

GERALDA DOCA
geralda.doca@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após um ano em busca de uma fonte de financiamento para o novo programa social do presidente Jair Bolsonaro, a equipe econômica ainda não tem uma solução para o problema. A última aposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, para o programa gerou desconforto na ala política do governo.

Guedes vinculou a taxa de dividendos prevista na reforma do Imposto de Renda como fonte de receita para o benefício que vai substituir o Bolsa Família. A principal crítica é que essa é uma receita incerta, diante das dificuldades que o texto enfrenta no Congresso.

O ministro da Cidadania, João Roma, tem insistido com a equipe de Guedes sobre a necessidade de apontar uma fonte de receita concreta, dentro da proposta de Orçamento da União a ser encaminhada ao Congresso em agosto. Roma já tem pronto o formato do novo programa e pretende enviar o projeto ao Legislativo assim que acabar o recesso parlamentar, ainda que seja sem fonte de custeio.

Segundo técnicos do Cidadania, a alternativa proposta pela equipe do ministro Guedes é arriscada e pode dificultar tirar do papel o novo programa social, considerado vitrine para o presidente Bolsonaro na campanha à reeleição em 2022. O próprio presidente, se-



Benefício. Fila para receber Bolsa Família em Campo Grande (RJ): governo quer turbinar programa

gundo um auxiliar próximo, tem cobrado de Guedes uma solução quase que diariamente.

TEMPO CURTO

A avaliação é que o tempo está ficando cada vez mais apertado, faltando praticamente cinco meses para encerrar o ano. A lei eleitoral proíbe o lançamento de programas sociais em ano eleitoral. O plano do ministro Roma, já confirmado por Bolsonaro, é aprovar o projeto até outubro para que o novo Bolsa Família comece a rodar em novembro, quando termina a última etapa de pagamento do auxílio emergencial.

Bolsonaro quer elevar o valor médio do benefício, hoje em R\$ 189, para per-

to de R\$ 300. Defende elevar o número de famílias beneficiadas, de 14,7 milhões para quase R\$ 17 milhões. Para isso, Roma quer mais R\$ 18 bilhões, além dos R\$ 35 bilhões do orçamento atual, atingindo R\$ 53 bilhões.

Roma viaja para Tóquio no início da próxima semana para participar da abertura dos Jogos Olímpicos. A secretaria Especial do Esporte é vinculada à pasta. Ele volta no fim de julho, quando pretende ter voltar a conversar com o ministro da Economia.

Contudo, a depender da equipe econômica, não há alternativas além da reforma tributária. De acordo com uma fonte da pasta, o único caminho é votar a reforma do IR até o fim de agosto.